

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

RAFAEL MENDONÇA

**O DESAFIO ÉTICO DO MEDIADOR AMBIENTAL: POR UMA
ÉTICA DA LIBERTAÇÃO BIOCÊNTRICA SUBJACENTE À
DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
AMBIENTAIS**

**Florianópolis
2014**

RAFAEL MENDONÇA

**O DESAFIO ÉTICO DO MEDIADOR AMBIENTAL: POR UMA
ÉTICA DA LIBERTAÇÃO BIOCÊNTRICA SUBJACENTE À
DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
AMBIENTAIS**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientador: Professor Doutor
Javier Ignacio Vernal

Co-Orientador: Professor Doutor
Alexandre Morais da Rosa

**Florianópolis
2014**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mendonça, Rafael

O desafio ético do mediador ambiental: por uma ética da libertação biocêntrica subjacente à deontologia da mediação de conflitos ambientais / Rafael Mendonça ; orientador, Professor Doutor Javier Ignacio Vernal ; coorientador, Professor Doutor Alexandre Moraes da Rosa. - Florianópolis, SC, 2014.
203 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. ética, deontologia. 3. mediação ambiental. 4. ética ambiental biocêntrica. 5. psicanálise, ética da libertação. I. Vernal, Professor Doutor Javier Ignacio . II. Rosa, Professor Doutor Alexandre Moraes da . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

BREVE ENSAIO DE GRATIDÃO

Passaram-se os anos enquanto eu escrevia esta tese. De fato vivi, sem demagogia e com pesar, o que foi chamado de: a *neurose da tese*.¹ Prostrado frente aos moinhos, eis que só consegui sobreviver pela mão de algumas pessoas. Por isso, preciso começar este escrito endereçando minha gratidão a quem devo mais do que os conhecimentos que preenchem esta tese. Devo gratidão por suas presenças, paciências, palavras de incentivo, olhares e toques carinhosos, pelo convívio que tive ao lado de cada um, ano após ano, desta longa jornada acadêmica. O que lhes devo é impagável, porque aquilo que recebi não se quantifica, pesa ou valora. Similar à crítica de Carl Schmitt acerca da noção de *valor* inerente da dignidade humana, a gratidão que sinto vive em outra esfera, não econômica e nem matemática, mas sim do desejo e do amor.

Esta jornada inesperada doutoral começou com meu ingresso no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele me permitiu conhecer um excelente grupo de docentes, de funcionários e de colegas doutorandos. É por grande mérito dessas pessoas que na última avaliação trienal da CAPES o Programa recebeu nota 6, sendo, agora, reconhecido internacionalmente. Agradeço às professoras que tive a satisfação de participar de suas aulas: Carmen Silvia de Moraes Rial, Joana Maria Pedro, Luzinete Simões Minella, Miriam Pillar Grossi e Sandra Noemi Cucurulo Caponi. Às excelentes aulas e experiências de vida dos professores: Gustavo Andrés Caponi, Hector Ricardo Leis, Rafael Raffaelli, Selvino José Assmann. Agradeço aos amáveis e acolhedores Jerônimo Duarte Ayala e Angelo Couto La Porta e a todos os outros funcionários da instituição, os quais eu não alcanço seus nomes, mas seus sorrisos e cumprimentos sempre mantiveram o ambiente agradável e em harmonia para que empreendêssemos nossos estudos.

Ao meu orientador Javier Ignacio Vernal, com o qual aprendi valiosas lições de companheirismo e disposição acadêmica. Considero-lhe meu Professor Xavier (X-Men), detentor de grande inteligência e sensibilidade, mas também porque me socorreu e adotou quando eu já estava com os prazos praticamente estourados, o que já foi um grande

¹ “[...] fomos vítimas da ‘neurose da tese’: deixamo-la de lado, retomamo-la, sentimo-nos irrealizados, entramos num estado de depressão, valemo-nos da tese como álibi para muitas covardias, não nos formamos nunca.” ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 14.

sinal de compaixão com este mutante. Javier sempre me recebeu com disposição, um sorriso no rosto e um aperto de mão firme para conversarmos sobre a investigação. Ele realizou incontáveis correções neste estudo, o que, sem elas, o texto ficaria incompreensível. Sua paciência e força de vontade são um exemplo a ser seguido na nossa docência.

Quando ganhei de meu amigo Alexandre Morais da Rosa, uma bela edição da obra *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes Saavedra², trazida de alguma de suas viagens, não imaginei a importância e os desdobramentos existenciais que aquela mirabolante estória me produziria. Alexandre, entretanto, sabia o que fazia. A clássica aventura e a luta com os cruéis gigantes hoje me simbolizam as ilusões e fantasias que eu, um *rapaz de bem*, batalhava com vigor para, heroicamente, vencer para receber os merecidos louros da conquista. Alexandre, na época, presenteou-me a obra certa para me prevenir. A prevenção foi parcial, o mundo, de sua parte, marcou-me o espírito com sua lança afiada de maldade humana, de corrupção, de pomposas instituições (estatais e privadas) movidas à propina, com seus infinitos representantes e sua busca desenfreada por satisfazer interesses pessoais, guardados em uma caixa envernizada com o discurso democrático, humanista, moral, de bons costumes e de ordem pública. Enfim, é em nós, humanos, onde toda teoria, filosofia e utopia, encontram fim. Precisamos flertar com a loucura para continuar a jornada. Alexandre foi o amigo que precisei para chorar as mágoas e poder ouvir que deveria para erguer a cabeça e seguir em frente (falando, claro, do jeito dele). Foi meu co-orientador e, como nos merecemos, tentamos fazer o impossível.

Às professoras Letícia Albuquerque e Paula Cals Brügger Neves, por todas suas contribuições na qualificação sobre temas deveras importantes para a pesquisa que eu não conseguia alcançar e foram de suma importância para ampliar o escopo e relevância da investigação.

Agradeço e devo muito à professora Sônia T. Felipe, foi ela que me ensinou sobre ética ambiental (principalmente biocêntrica), direitos animais e outros tantos conhecimentos de filosofia. Ela é uma preceptora nestes temas e duvido que alguém seria tão disciplinado e rigoroso academicamente para desempenhar, por tantos anos, os estudos que ela realizou e produzir os artigos e livros, irretocáveis, sobre estas

² SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *El ingenioso hidalgo Don Quijote De La Mancha*. 2. ed. Edición Conmemorativa IV Centenário. Madrid: Espasa Calpe, 2005. 890 p.

temáticas. Foi a minha mentora e primeira orientadora desta pesquisa doutoral e, mesmo após a merecida aposentadoria da universidade, continuou acompanhando meus estudos. O capítulo dois foi cuidadosamente corrigido e comentado por ela, o que me garantiu mais segurança no quesito de qualidade na escrita e coerência com as teorias estudadas.

Sem meu analista, Carlos Augusto Monguilhott Remor, o Tuto, também não teria sobrevivido. Ele cumpriu a tarefa impossível e me ajudou muito com meus sintomas. Ajudou-me a entender que/como meus sintomas me trouxeram para trabalhar os temas desta tese, a mediação de conflitos e o respeito pela natureza. Graças a ele, cada vez mais consigo viver à infelicidade comum. Sempre escuto suas intervenções psicanalíticas em minha mente.

À Juan Carlos Vezzulla, que sempre esteve disponível para conversarmos sobre mediação e as angústias do caminhar da tese. Começamos nossa relação como professor-aluno e hoje somos amigos. Sou muito grato por me permitir conhecer sua ternura e sensibilidade. Ele, por ser uma pessoa capaz de se mostrar em suas carências e carinhos, foi minha referência para a libertação de vários grilhões que me prendiam aos *padrões* do gênero masculino, ajudando-me a ser mais sensível.

Em memória, à Luis Alberto Warat, tenho a gratidão de lhe ter conhecido de perto, desde seus livros, à banca de minha dissertação, até no belo projeto de seu curso de Direito que me confiou um lugar. Agradeço por tudo que semeou nas diversas áreas do saber, em especial por sua *terapia do reencontro amoroso*. Acredito que ainda não nos damos conta do quanto ainda iremos colher.

À Camila Schlickmann Ribeiro se mostra a evidente gratidão incomensurável, porque eu não teria conseguido sem ela. Camila não sabia que sendo signatária do nosso amor, em letras miúdas, assumia um homem acompanhado de um fantasma, sua tese. Mas minha musa, com sua personalidade calma e perseverante, acompanhou-me pelos espinhosos caminhos da pesquisa, assistiu minhas fugas aos prazeres efêmeros e me salvou de vários escapismos. Além disso, foi capaz de muitos sacrifícios e de abrir mão de muitas alegrias para ficar ao meu lado nos anos que passaram e me incentivar a concluir o trabalho. Por tudo isto e do que não dou conta, por toda minha vida lhe amarei.

Aos meus pais Waldir José Mendonça e Diva Gomes de Oliveira e também aos meus amigos, que sempre me incentivaram na pesquisa e deram todo suporte familiar e emocional para que confluíssem meus estudos. Sou muito grato, em especial, à Daniela Rosendo, que me deu

suporte nos primeiros anos do doutorado, principalmente quando padeci de uma toxoplasmose ocular, logo no início do curso. À Neide Köhler Schulte, por todo incentivo e carinho que me destinou desde que nos conhecemos na UFSC e começamos nossa linda amizade. Também aos demais amigos e amigas que me ajudaram nestes anos, a exemplo de: Diogo Cesar de Melo Correa, Luiz Alberto B. de A. Marques, Mauro Peres, Samantha Buglione, Luciana Pinheiro, Elton Anderson Hille e Rogério Zuel Gomes.

Para Camila, meu amor, sempre.

A morte das maiorias exige uma ética da vida, e seus sofrimentos nos levam a pensar e a justificar a sua necessária libertação das cadeias que as prendem.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*.

A frase mais apta para descrever este 'melhor mundo possível', em seus mais simples termos, é: uma ordem mundial em nosso planeta onde a civilização humana alcançou a harmonia com a natureza.

TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*.

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade do Federal de Santa Catarina – UFSC, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, a Banca Examinadora, o Orientador e Co-Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Florianópolis (SC), março de 2014.

Rafael Mendonça
Doutorando

RESUMO

Esta tese analisa o cenário da deontologia da mediação ambiental e da ética ambiental pós-viragem biocêntrica, em especial de Paul W. Taylor. Propondo-se a responder perguntas relativas à ética subjacente à mediação ambiental, à função do mediador ambiental, sua diretividade e responsabilidade sobre o resultado produzido na mediação, a partir do debate de Susskind/Stulberg. O caminho teórico seguido para tal investigação partiu de um exame do alcance e limites da ética ambiental biocêntrica, com o entrelaçamento desta com a Ética da Libertação, de Enrique Dussel, o que produziu uma proposta teórica intitulada de Ética da Libertação Biocêntrica. Desde este novo patamar teórico ambiental, pôde-se estabelecer os parâmetros e regras do jogo mediativo ambiental, em especial da ética subjacente à mediação ambiental e do acolhimento dos participantes a serem levados em consideração nesse processo. Finalmente, analisou-se a postura do mediador e sua responsabilidade perante o produto do processo mediativo aportando conceitos da epistemologia e ética do psicanalista, que guarda semelhanças com a função do mediador ambiental.

Palavras-chave: ética, deontologia, mediação ambiental, ética ambiental biocêntrica, psicanálise, ética da libertação.

ABSTRACT

This thesis analyzes the scenario of the deontology of environmental mediation and environmental ethics after the biocentric turn, especially Paul W. Taylor's. It proposes to answer questions related with the underlying ethics of environmental mediation, the function of the environmental mediator, her directivity and accountability for the output of the mediation, from the debate Susskind/Stulberg. The theoretical path followed for this research came from an examination of the scope and limits of biocentric environmental ethics, interlacing it with the Ethics of Liberation by Enrique Dussel, which produced a theoretical proposal entitled as Biocentric Ethics of Liberation. From this new environmental theoretical level, it was possible to establish the parameters and rules of the environmental mediation game, in particular the underlying ethics of the environmental mediation and the hosting of the participants to be considered in this process. Finally, we analyzed the role of the mediator and its accountability to the output of the mediation process providing concepts of the epistemology and ethics of the psychoanalyst, which bears similarities with the function of environmental mediator.

Keywords: ethics, deontology, environmental mediation, biocentric environmental ethics, psychoanalysis, ethics of liberation.

ROL DE ABREVIATURAS

O uso dos termos abaixo servirá para abreviar as expressões completas:

CONIMA	Conselho Nacional de Instituições de Mediação e Arbitragem;
Constituição de 1988	Constituição da República Federativa do Brasil, de 10 de outubro de 1988;
CNJ	Conselho Nacional de Justiça;
EPA	<i>United States Environmental Protection Agency</i> ;
EUA	Estados Unidos da América;
FONAME	Fórum Nacional de Mediação;
<i>Model Standards</i>	<i>Model Standards of Conduct for Mediators</i> (Modelo Normativo de Conduta para Mediadores);
Mediação	em um sentido primário se refere à mediação de conflitos, se reportando ao método de resolução de conflitos e não a outras atividades que também utilizam este termo, por exemplo: mediação em negócios imobiliários ou mediação espiritual; eventualmente, no terceiro capítulo utilizarei o termo no sentido filosófico, do processo pelo qual o pensamento tira uma conclusão, dados os elementos fornecidos pelos sentidos. Neste caso marcarei, entre parênteses com o termo <i>filosofia</i> ;
Mediador Ambiental	Mediador de Conflitos Ambientais;
Terceira Parte	termo utilizado para representar o mediador ou facilitador, uma tradução do inglês de um termo comumente usado, <i>third party</i> .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
I. OBSERVAÇÕES SOBRE A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS (AMBIENTAIS) E SUA DEONTOLOGIA APLICÁVEL	27
II. OBSERVAÇÕES SOBRE A VIRADA BIOCÊNTRICA E A TEORIA ÉTICA AMBIENTAL DE PAUL W. TAYLOR	33
III. PARA ENTENDER A DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA ÉTICA DA LIBERTAÇÃO BIOCÊNTRICA E A FUNÇÃO DO MEDIADOR	35
IV. ELEMENTOS METODOLÓGICOS E INTERDISCIPLINARES DA PESQUISA	36
CAPÍTULO 1.....	41
ALCANCE E LIMITES DA ÉTICA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS.....	41
1.1 A MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA POR PRESSUPOSTO	42
1.2 DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO: UM RETRATO DA FALTA	49
1.2.1 Limites da codificação deontológica na mediação	51
1.2.2 Autonomia da vontade das partes.....	53
1.2.3 Equidade processual	58
1.2.4 Equidade Substantiva	61
1.3 A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS E SEU DEBATE DEONTOLÓGICO	69
1.3.1 O discurso em torno dos conflitos ambientais	71
1.3.2 O lugar ao sol que a mediação ambiental encontrou (mas não no Brasil)	76
1.4 PARA ALÉM DA DEONTOLOGIA TRADICIONAL DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL.....	82
CAPÍTULO 2.....	91
A VIRADA BIOCÊNTRICA NA ÉTICA AMBIENTAL E A ÉTICA DO RESPEITO PELA NATUREZA	91
2.1 A <i>VIRADA BIOCÊNTRICA</i> EM PERSPECTIVA	93
2.1.1 O pioneirismo da Ética da Terra	93
2.1.2 A <i>virada biocêntrica</i> de Kenneth E. Goodpaster	96

2.1.3 O debate e a construção da teoria ética ambiental de Taylor	99
2.2 OS FUNDAMENTOS DA ÉTICA DO RESPEITO PELA NATUREZA	101
2.2.1 Uma ética para o outro, o foco no paciente moral	101
2.2.2 Simetrias e diferenças da ética ambiental com a ética humana e a biocultura	105
2.2.3 Condições formais e materiais dos princípios na ética humana e do respeito pela natureza	110
2.3 O NÚCLEO DO ARGUMENTO BIOCÊNTRICO	112
2.3.1 Atitude de respeito pela natureza	117
2.3.2 A perspectiva biocêntrica e o sistema de crenças	120
2.3.2.1 Humanos como membros da comunidade de vida da Terra ...	123
2.3.2.2 O mundo natural como um sistema de interdependência.....	127
2.3.2.3 Organismos individuais como centros teleológicos de vida ...	127
2.3.2.4 Negação da Superioridade Humana	129
2.4 O NOVO SISTEMA DA ÉTICA AMBIENTAL: REGRAS DE CONDUTA, PRINCÍPIOS DE PRIORIDADE E DILEMAS MORAIS	135
2.4.1 As regras de conduta	135
2.4.2 O problema dos dilemas morais	138
2.4.3 Os cinco princípios de prioridade	140
2.5 UM BREVE RECORTE SOBRE OS DIREITOS DOS ANIMAIS E PLANTAS	147
CAPÍTULO 3	153
A DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL E A FUNÇÃO DO MEDIADOR A PARTIR DA ÉTICA DA LIBERTAÇÃO BIOCÊNTRICA E DE APORTES PSICANALÍTICOS	153
3.1 PARA UMA LEITURA BIOCÊNTRICA DA ÉTICA DA LIBERTAÇÃO (OU VICE-VERSA): TAYLOR COM DUSSEL	154
3.1.1 Uma ética (míope) desde e para as vozes das vítimas	156
3.1.2 Construção comunitária do conteúdo material da ética biocêntrica	167
3.2 SOBRE A FUNÇÃO DO MEDIADOR AMBIENTAL: APORTES DA EPISTEMOLOGIA E DA ÉTICA PSICANALÍTICA	172

3.2.1 Semelhanças de um lugar vazio, função do mediador e construção do significante em comunidade.....	177
3.3 POR UMA DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL ABERTA ÀS VOZES DISSIDENTES.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
I. UMA CONSTITUIÇÃO INTERDISCIPLINAR DA DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL	185
II. UM RESTO, ALHURES, MAIOR QUE ESTE PRODUTO, OU, POR UMA CONTINUAÇÃO DA DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL EM SINTONIA COM AS VOZES DISSIDENTES ..	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

Para esta introdução à pesquisa de tese, esboço o que tenho pesquisado e as perguntas que me acompanham, nos últimos anos, sobre a intersecção entre a mediação de conflitos e a ética ambiental. Ao leitor caberá um pouco de paciência, pois além de retomar perspectivas teóricas mais reconhecidas na filosofia e na mediação, precisará ter uma disposição de conhecer algumas teorias de menor evidência, porém considero que às vezes precisamos buscar autores que não estão na *moda acadêmica* para renovar as ideias. Esforcei-me em ser claro, objetivo e interessante para auxiliar na sua paciência.

Inicialmente eu pretendia centrar o estudo apenas na análise do discurso ético biocêntrico de Paul W. Taylor, no entanto a trajetória da pesquisa foi mudando na medida em que horizontes mais brilhantes foram se desvelando, envolvendo temas sobre os quais eu já havia me debruçado no passado, como a mediação de conflitos, e uma das cadeiras que leciono nos cursos de direito de Joinville, a ética profissional (ou deontologia jurídica). O resultado dos filtros da pesquisa foi uma investigação sobre os problemas na deontologia da mediação de conflitos ambientais na intersecção com a teoria ética ambiental biocêntrica.

A temática e os problemas abordados na pesquisa se dão a partir de uma estrita fundamentação teórica. O levantamento de evidências empíricas é um projeto futuro para refinar os estudos desta tese. Nesta investigação teórica problematizo o que vem sendo mantido, quase que de forma acrítica, como discurso da ética do mediador. O resultado da pesquisa foi uma fala fora do lugar tradicionalmente reservada à deontologia da mediação, desafiando as propostas atuais ligadas a esta ética.

Diante da bem estabelecida problemática sobre os meios existentes para alcançar a justiça e sobre o debate da relação humana com o ambiente, os temas da mediação e da ética ambiental são fundamentais para traçar uma trajetória de pesquisa e buscar por novos lugares teóricos e experiências práticas capazes de mudar a presente realidade local e global. Isto justifica o estudo das bases epistemológicas e hermenêuticas da ética da mediação de conflitos ambientais, mostrando ser imperioso, principalmente por um viés interdisciplinar, pensar seriamente em mudanças nas condições entre sociedade e ambiente, em conflito na atualidade. Mesmo diante das ricas experiências em outros lugares do planeta, a ética da mediação não é um tema em discussão, dentro das proporções mínimas, em nosso país. Da

mesma forma, a prática da mediação de conflitos ambientais não existe nos meios a se buscar a justiça ambiental em nossas terras, muito menos os questionamentos de sua deontologia.

Em pesquisa à plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), em nossa língua, por exemplo, não se localizam quaisquer artigos sobre a ética na mediação ambiental. Realizando uma busca somente sobre a mediação ambiental encontramos um artigo fazendo relação entre o método e o conceito de fraternidade humana.³

No Brasil, a legislação estatal que visa dispor sobre a mediação se delonga no processo legislativo, para a ansiedade de alguns profissionais e para a alegria de outros, pois a lei limita a pluralidade de práticas mediativas. Desde a perspectiva filosófico-deontológica a legislação da mediação, e de certa forma, o Direito, é uma referência limitada, pois sofre de diversos limites sociais, políticos e de outros tipos de interesses.

Qual é o cenário da deontologia da mediação ambiental? Qual é o cenário da ética ambiental, em especial, da biocêntrica? Eu objetivo nesta pesquisa, portanto, erigir uma análise do cenário da deontologia da mediação ambiental e da ética ambiental pós-iragem biocêntrica. A tese se propõe a responder, em seguida, algumas perguntas relativas à função do mediador ambiental, do alcance e dos limites da ética da mediação ambiental biocêntrica, tendo como inspiração autores que proponham teorias pretensiosas às crises em seu campo. A função do estudo é apresentar pressupostos e critérios que possam inaugurar um pensamento filosófico sobre a função do mediador ambiental e lhe auxiliar a guiar suas decisões morais durante a mediação, com uma ética que comporte a complexidade dos conflitos ambientais. Não objetivo, entretanto, codificar ou regulamentar a mediação de conflitos ambientais de forma manualista, mas, antes disso, produzir um conteúdo relevante ao ofício do mediador.

Mais especificamente, objetivo: demonstrar os limites teóricos no campo deontológico da mediação, tanto geral como ambiental, que no Brasil ainda se encontra em estágio embrionário, mas, mesmo no EUA, ainda caminha seus primeiros passos; identificar os padrões epistemológicos seguidos na ética subjacente da mediação ambiental e traçar um comparativo com a ética ambiental; descrever os deveres do mediador ambiental informado a partir de uma ética biocêntrica; propor, a partir de uma deontologia informada pela epistemologia da psicanálise, da teoria crítica, da ética da libertação, avanços no ofício do

³ SciELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <<http://www.scielo.org/>> Acesso em: 9 nov. 2013.

mediador ambiental, fugindo da mera reprodução automatizada de ideias de eticistas antropocêntricos e da deontologia de códigos reinantes na cultura da mediação atual; e realizar uma ruptura no debate estabelecido da mediação ambiental.

O problema central da investigação é o tipo de ética ambiental que se utiliza de forma subjacente e informa a deontologia da mediação, além dos efeitos desta matriz cognitiva de realidade no momento de preencher o conteúdo material dos princípios da mediação. Este problema, o hiato entre ética e deontologia, faz com que o mediador não reflita criticamente acerca da ética da qual é signatário e também não consiga referenciais simbólicos para tomada de decisão nos dilemas dos casos que atua.

A intenção neste estudo foi enfrentar o tema sem receios e protelações, para tanto realizei uma investigação avessa ao texto prolixo. Recordo-me dos semblantes de desânimo, quando, em uma reunião do Colegiado do Programa de doutorado, alguns professores receberam uma tese, em andamento, para qualificação, contendo mais de quinhentas páginas. Não me refiro ao mérito de conteúdo daquele trabalho, somente acredito que seja possível tratar objetivamente o tema desta pesquisa com menos da metade das páginas daquela. Assim, não pretendo, e nem seria possível, debater exaustivamente temas fundamentais e estruturais das áreas que estou tratando, parto do pressuposto que o(a) leitor(a) tenha um conhecimento mínimo sobre as correntes teóricas da mediação e da ética. Não haveria espaço, fôlego ou maestria para tratar sobre todas as teorias subjacentes ao texto (teoria crítica, ética, mediação, psicanálise, por exemplo). Além disso, transformaria o texto em um labirinto teórico enfadonho. Na medida do possível as obras e correntes seguidas por mim são referenciadas nas notas de rodapé e nas referências das fontes citadas para melhor orientar sobre as filiações e afastamentos teóricos.

I. OBSERVAÇÕES SOBRE A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS (AMBIENTAIS) E SUA DEONTOLOGIA APLICÁVEL

A mediação de conflitos ingressou há poucas décadas no debate jurídico sobre o acesso à justiça e aos métodos de promover a paz social de maneira não-adversarial. O lamentável atraso é contrabalançado pela positiva, mas atormentadora, herança dos pensadores da Teoria Crítica, que oxigenam a teoria da mediação e lhe conferem um substrato capaz de perceber os limites teóricos quixotescos da Filosofia da Consciência e do Paradigma da Modernidade. Em resumo, a Teoria Crítica foi o

fenômeno da reflexão pós-moderna, o qual permitiu o crescimento da já existente crítica à Modernidade: (a) crítica da modernidade na condição de subjetividade pensante em detrimento da compreensão radical do ser (Heidegger); (b) crítica da razão instrumental (Escola de Frankfurt); (c) crítica da universalidade abstrata desde a subjetividade afirmada na diferença (Derrida, Lyotard), (d) crítica da Modernidade em sua pretensão universalista da razão moderna (Rorty, McIntyre), (e) crítica a certas formas de sujeito, porém com revalorização de outras formas de sujeito (Foucault), (f) crítica da racionalidade discursiva com a finalidade de realizar promessas da modernidade (Apel e Habermas), e (g) crítica de Levinas à totalidade, na categoria do desejo metafísico.⁴

Na Filosofia da Consciência o sujeito, portador do cogito, da subjetividade (consciência), é que, a partir dessa, consegue conhecer o universo, o (meio) ambiente; e desse lugar, desse ponto fundante, teria condições de formular um ou “o” conhecimento (verdadeiro), utilizando-se de um método próprio, que lhe garante a objetividade e neutralidade. Habermas levanta variadas críticas a tal concepção. Ele assevera que na Filosofia da Consciência, a autoconsciência do sujeito (base da subjetividade abstrata) é tomada como ponto de partida para a análise auto-referenciada do sujeito cognoscente. A objeção a essa consciência é que ela não pode ser um fenômeno originário (apriorístico), pois a espontaneidade da vida consciente não consegue assumir a forma de objeto sob a qual ela deveria ser subsumida, para que assim pudesse ser detectada no momento em que o *sujeito se debruça sobre si mesmo*. A problemática apresentada é, para ele, de uma epistemologia complexa, que toma forma a partir do conhecimento do conhecimento, visando compreender os limites desses (Freud e Saussure) e que levará os autores da Escola de Frankfurt e do Círculo de Viena, por exemplo, a desenvolverem a teoria da Filosofia da Linguagem, a qual tenho por referencial ao realizar esta pesquisa.⁵ Portanto, os padrões da Filosofia da consciência e do positivismo são dogmas insustentáveis pelo sujeito na condição humana.

⁴ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade: reflexões desde a filosofia de Enrique Dussel. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). *Repensando a teoria do estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2004, p. 284-285.

⁵ Uma forte referência sobre essa temática é retirada de HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Trad. de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 53 e ss.

Finalmente, acerca do Paradigma da Modernidade, além das críticas tradicionais, por exemplo, o reducionismo e o mecanicismo (Descartes), a simplificação (Newton), o domínio e o controle da natureza (Bacon), tomo por referência as análises de Enrique Dussel. Para ele, o nascimento do Paradigma da Modernidade tem início com o “descobrimento” da América, em 1492, origem da *experiência* do ego europeu de se constituir como *centro do mundo* e dos outros sujeitos e povos como *periferia*, *objetos*, *instrumentos*, que podiam ser usados e controlados para seus próprios fins europeizadores e civilizatórios. A Filosofia, Política e Direito Modernos são criados a partir da experiência e condição europeias como centro do mundo e da necessidade de administrar essa sua periferia.⁶

Retomando a temática, a mediação ambiental, que é uma especialização da mediação, possui um caráter idiossincrático. Ela é uma resposta ainda mais recente às incômodas e perturbadoras questões sobre o modo de tratar as crises nas interações que envolvem a natureza. Desviando da intenção de realizar uma pesquisa deontológica com viés de estabelecer os deveres tradicionais do mediador de conflitos ambientais, nesta tese atravesso essa primária e ingênua função (presente em códigos e manuais) de que tais normas serão suficientes para responder aos casos concretos relevantes. Essa é uma crença e prática comum na área, no entanto, esses códigos não respondem à insistente pergunta: *o que fazer agora, nesse caso?* A deontologia *prêt-à-porter* será atravessada por questões viscerais da constituição do ofício do mediador e da constituição de seu lugar moral ao facilitar às partes a saírem da crise em sua interação ambiental.

Algumas questões que acompanham esta pesquisa são: qual é a função de um mediador ambiental? Qual é a importância da ética ambiental na deontologia do mediador? Quem são as partes responsáveis pelas decisões relevantes? As partes ausentes ou pessoas que serão afetadas pelas decisões, devem ser levadas em consideração? Como elas podem ser representadas? Estas perguntas já perturbam os mediadores ambientais, mas incluo neste rol outras questões, influenciado pelos debates da ética ambiental, por exemplo: os

⁶ Em meus estudos as obras de Dussel de maior relevância são: DUSSEL, Enrique. *1492 - O encobrimento do outro*: a origem do mito da modernidade. Trad. de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.; e DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*: na idade da globalização e da exclusão. Trad. de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 671 p.

interesses de animais e plantas contam? Existe, ou atribuiremos, algum valor a ser levado em consideração às formas de vida não-humanas, além de um valor instrumental? O valor de sua existência é igualmente considerado ao valor da existência humana? Quais os deveres do mediador, caso formas de vida não-humanas devam ser levadas em consideração? Alguém deve lhes representar na mesa de conversação? De que forma isto é possível e quem poderia falar pelo ambiente? Estas são algumas perguntas que representam os dragões na cartografia deste estudo, os lugares perigosos, de crise, que navegaremos.

No primeiro capítulo da pesquisa faço uma análise teórica aprofundada sobre o estado da arte deontológico da mediação de conflitos, tanto geral quanto ambiental. Esse capítulo é dividido em duas sessões, uma sobre a ética da mediação de conflitos em geral e outra sobre os debates em torno da ética da mediação de conflitos ambientais. Portanto, na abertura da primeira sessão eu reconstituo brevemente o modelo de *mediação transformativo* (Bush e Folger), pois este é a referência principal de mediação na investigação, em preferência aos outros modelos. Alguns aportes epistemológicos também serão incorporados da *mediação narrativa* (Winslade e Monk), da *terapia do reencontro amoroso* (Warat) e da *mediação dinâmica* (Vezzulla). Warat e Vezzulla, principalmente, terão suas teorias aproveitadas adiante, no terceiro capítulo. Essas escolas representam marcos na construção da teoria da mediação contemporânea e delas extrairéi o que se refere ao ofício do mediador, seus deveres morais e profissionais. Até hoje nenhuma dessas correntes dedicou mais do que alguns capítulos ou artigos sobre os problemas éticos ou deontológicos do mediador, o que, para o desenvolvimento do ofício, é o grande desafio: aprofundar o debate ético ao invés de construir códigos deontológicos.

A obra mais completa sobre a ética na mediação foi publicada recentemente, em 2011, por Ellen Waldman, acompanhada pelos comentários de 27 profissionais da mediação, dos mais diversos modelos e ramos de atuação, o que enriqueceu o escrito e permitiu ter uma ampla visão do que se entende pela deontologia da mediação nos dias atuais. Waldman e os diversos autores que lhe acompanham dão grande foco nos códigos e textos legais, mas, como a própria autora assevera, a lei é somente mais um, dentre vários outros fatores, nos quais os envolvidos na mediação podem basear suas decisões.

Realizo neste capítulo uma síntese dos principais valores implícitos na mediação e os problemas que causam dificuldades de solução na clínica da mediação. No debate deontológico da mediação, as respostas para tais questões envolvem, principalmente, um sopesamento

entre tais valores. Semelhante à responsabilidade de um advogado, que é uma responsabilidade de meio (pois nas ações judiciais ele não tem poder decisório), o mediador, no processo de mediação, deve manter seu dever ético, eventualmente cedendo alguns deveres profissionais, como o de confidencialidade.

Além dos autores analisados dentro do campo deontológico, elenquei como referenciais alguns códigos de ética de mediação brasileiros (CONIMA, FONAME, CNJ) e um estadunidense (*Model Standards of Conduct for Mediators*) que seguem os mesmos padrões, com pequenas diferenças entre si. Levanto algumas críticas à lógica simplista das codificações e à função que não lhes é possível cumprir, de responder as questões éticas da mediação.

Analisando tais códigos encontramos uma contaminação do que Lenio Luiz Streck intitulou de pan-principiologismo, uma rotulação geral de padrões de comportamento como princípios, aproximando-se do que o autor chamava de uma

[...] verdadeira usina de produção de princípios despidos de normatividade. [...] Já não basta a bolha especulativa dos princípios, espécie de *subprime* do direito, agora começa a fábrica de derivados e derivativos. [...] construídos de forma voluntarista por juristas descomprometidos, em sua maioria, com a deontologia do direito (lembremos: princípios são deontológicos e não teleológicos!).⁷

Nesta análise, entretanto, não me proponho a criticar os códigos existentes em específico, os quais são formulados com propósitos gerais. O que me proponho é indicar o vazio que existe entre a prática da mediação (ambiental) no que concerne à sua amplitude filosófica, ética e hermenêutica e os desdobramentos disto no ofício do mediador e no processo mediativo.

Ainda neste capítulo, analiso as singularidades da mediação de conflitos ambientais, retratando as suas características e na sequência investigando os caracteres singulares da sua deontologia. Grande parte dos estudos deontológicos deste campo passam pelo debate entre Lawrence Susskind e John Stulberg, sobre o papel do mediador nos

⁷ STRECK, Lenio Luiz. O pan-principiologismo e o sorriso do lagarto. *Consultor Jurídico*. Coluna Senso Incomum. 22 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-mar-22/senso-incomum-pan-principiologismo-sorriso-lagarto>> Acesso em: 28 dez. 2013.

conflitos ambientais e sua responsabilidade (*accountability*) sobre o resultado da mediação. Em resumo, um debate sobre a posição sustentada por Susskind, de que o mediador deve estar comprometido com o resultado da mediação e direcionar as partes para um resultado responsável e sustentável, pois em disputas envolvendo o ambiente existe uma forte transcendência dos resultados das decisões das partes. Portanto, a função do mediador envolveria se certificar que os interesses daqueles que não estão na mesa de negociação estão sendo respeitados. Stulberg se opõe à posição de Susskind afirmando que nada nos deveres de ofício do mediador lhe autoriza a assumir um papel de *consciência ou crítico social e polícia do meio ambiente*. Essa postura diretiva do mediador faria com que ele saísse de sua função primordial de facilitar a interação das partes para que *elas* sejam capazes de resolver seus conflitos responsavelmente.

Adiante, ainda no mesmo capítulo, reconstituirei as questões levantadas por William O. Stephens, John B. Stephens e Frank Dukes em seu artigo *The Ethics of Environmental Mediation*.⁸ Nos últimos anos que realizei a presente pesquisa este foi o único artigo encontrado no campo da mediação de conflitos ambientais que propõe uma análise da ética subjacente à prática do mediador de conflitos. O que os autores reconhecem é que dois diálogos significativos sobre a tomada de decisões de questões ambientais foram realizados independentemente um do outro. Um deles é a discussão filosófica e política sobre a ética da humanidade, sobre o valor da vida e dos ecossistemas globais (ética e direitos animais, pastoreio e desenvolvimento sustentável, por exemplo) e outro sobre a mediação de disputas ambientais (projeção de uso de recursos ambientais, direito de propriedade e regulação governamental, por exemplo). O interessante no artigo é a ampla reconstituição das mais importantes correntes da ética ambiental e suas respectivas críticas, passando pela tradicional e dominante corrente *antropocêntrica* e pelas diversas correntes opostas à primeira, o *bem-estar animal*, o *biocentrismo*, o *ecocentrismo*, a *ecologia profunda*, o *ecofeminismo* e a *ecologia social*.

Após analisar as correntes ético ambientais, os autores reconstituem o propósito da mediação de conflitos ambientais e apontam a falta do debate sobre sua ética subjacente. No entanto, o artigo se

⁸ STEPHENS, William O.; STEPHENS, John N.; DUKES, Frank. The Ethics of Environmental Mediation. In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Eds.). *Mediating Environmental Conflicts: Theory and Practice*. Quorum Books: Westport, 1995, p. 167-184.

resume a levantar algumas questões sobre as implicações de se utilizar uma ética ambiental diferente da antropocêntrica. Os desafios passariam por saber como seria possível ter o meio ambiente como uma parte interessada, ou qual seria o lugar do mediador e quais seriam suas possíveis intervenções. Portanto, os autores reconhecem as dificuldades da representação do meio ambiente como parte interessada e da atuação do mediador nesse novo cenário.

Um escopo da presente pesquisa é tomar as dificuldades das sessões deste capítulo e encontrar um caminho coerente de atuação ética para o mediador de conflitos ambientais, para tanto, no capítulo seguinte reconstituirei detalhadamente a teoria ética biocêntrica que proponho utilizar como fundamento ético para a deontologia do mediador de conflitos ambientais.

II. OBSERVAÇÕES SOBRE A VIRADA BIOCÊNTRICA E A TEORIA ÉTICA AMBIENTAL DE PAUL W. TAYLOR

Um dos objetivos pretendidos para esta tese é propor uma ética da mediação de conflitos ambientais capaz de conciliar o debate da ética ambiental e se filiar a uma teoria mais respeitosa pela vida do que a tradicional ética antropocêntrica. Na pesquisa me utilizei principalmente de autores estadunidenses, não por colonialismo (ao menos em minhas reflexões não chego a esta conclusão), mas porque muitos textos nacionais ainda não focam nos aspectos filosóficos da ética e sim em casos pontuais derivados da ecologia e do movimento ambientalista. A título de exemplo, aponto a obra de José Renato Nalini, que em sua obra não trata de ética ambiental, desde a filosofia, mas de questões ecológicas e se mostra muito boa como um manual para o ativismo e defesa do ambiente.⁹

Tendo em vista que o escopo da ética do respeito pela natureza é construir uma *relação harmônica* entre a civilização humana e os não-humanos, preservando um equilíbrio entre os valores humanos e o bem-estar de animais e plantas em ecossistemas naturais, acredito que é possível, por meio da mediação, produzir soluções para os conflitos ambientais nas quais as pessoas, em alguma medida, sejam capazes de perseguir seus interesses individuais e as suas formas culturais de vida enquanto, ao mesmo tempo, permitam que muitas comunidades bióticas naturais continuem sua existência sem interferência.

⁹ NALINI, José Renato. *Ética ambiental*. 3. ed. São Paulo: Millenium, 2010. 422 p.

Com esse objetivo em mente, no segundo capítulo analiso o que chamo de virada biocêntrica e dou foco na *teoria ética ambiental* de Paul W. Taylor, uma teoria pouco conhecida no seu país de origem, os Estados Unidos, e muito menos no Brasil. Uma teoria ética ambiental, para Taylor, é uma tentativa de estabelecer o fundamento racional para um sistema de princípios morais que guie a interação humana com as comunidades de vida silvestres, ou seja, estabelecer o lugar moral da civilização humana no mundo natural.

O autor desenvolve uma ética, de forte influência kantiana, *centrada no paciente moral* e no *respeito aos centros teleológicos de vida*. A teoria desenvolvida por Taylor é considerada por muitos de seus críticos como uma teoria sofisticada e exigente, no entanto, considero que muitas das críticas atribuídas a sua teoria se dão pela descuidada leitura de sua obra, criticando pontos que o próprio autor já esclarece em seus textos, ou lhe incumbindo de responder perguntas de ordem prática que não caberia a ele, eticista, responder, e sim a estudiosos de outros campos (cientistas políticos, biólogos e engenheiros, por exemplo).

Taylor intitula a visão de mundo proposta em sua ética de “perspectiva biocêntrica da natureza”. A partir do panorama biocêntrico, a pessoa se vê membro da Comunidade de Vida da Terra, compartilhando um elo comum com todas as diferentes espécies de animais e plantas que têm evoluído ao longo dos tempos. Semelhante a todos os outros seres vivos do planeta, a sua própria existência depende da solidez fundamental e da integridade do sistema biológico da natureza. Quando se olha para esse domínio da vida em sua larga amplitude, vê-se que é uma teia complexa e unificada de partes interdependentes. Isso não implica uma negação de personalidade, ao contrário, é um modo de entender o seu eu para incluir tanto sua natureza biológica quanto sua personalidade. O panorama biocêntrico da natureza também inclui um modo de perceber e compreender cada organismo individual como um *centro teleológico de vida* (meta-orientado), buscando seu próprio bem, a sua própria maneira. Isso não necessariamente significa que eles procuram o *bem* com um fim consciente ou uma finalidade. O lugar dos humanos no mundo natural, a partir da perspectiva biocêntrica, passa pela rejeição da ideia da superioridade humana sobre outras coisas vivas. Humanos não são pensados como portadores de um grau superior de existência quando comparados com as chamadas *ordens de vida inferiores*. O panorama biocêntrico exclui a visão hierárquica da natureza, pois está comprometido com o *princípio da imparcialidade das espécies*. Nenhum viés a favor de *alguns sobre outros* é aceitável. Essa

imparcialidade se aplica à espécie humana assim como às espécies não-humanas.¹⁰ Todos são igualmente merecedores de consideração moral. Essa é a teoria ética ambiental na qual pretendo fundamentar a deontologia do mediador de conflitos ambientais, escopo do capítulo seguinte.

III. PARA ENTENDER A DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DA ÉTICA DA LIBERTAÇÃO BIOCÊNTRICA E A FUNÇÃO DO MEDIADOR

Neste capítulo encontra-se o último desafio da investigação, onde me utilizo dos referenciais teóricos dos dois capítulos anteriores para propor algumas teses sobre uma deontologia da mediação ambiental *orientada para maximizar o respeito à vida*. Utilizando o conteúdo deontológico da mediação geral e ambiental do primeiro capítulo e associando-o à teoria ética ambiental biocêntrica do segundo capítulo, constituirei uma mediação de conflitos ambientais sintonizada com a virada biocêntrica, em contraposição ao fundamento tradicional antropocêntrico subjacente à ética do mediador e das partes envolvidas no conflito, que limita o ofício do mediador em auxiliar as partes a criar habilidades para resolver a sua crise de interação com o ambiente.

Além dos aportes teóricos dos capítulos anteriores, envio meus esforços em estabelecer (a) uma comunicação com a Ética da Libertação, de Enrique Dussel; e (b) finalizar as proposições teóricas aportando recursos epistemológicos da psicanálise e sua abordagem da *função do analista*.

Para isto, analiso a pouca relação entre deontologia da mediação e a ética geral (do *respeito pelas pessoas* ou da ética ambiental), que considero relevante, mas esquecida, e que abordo como um dos pontos fundamentais da tese, porque o mediador, ao realizar seus juízos morais na *função de mediador*, não é signatário somente ao dever ser de sua profissão, mas também à *ética material* que estrutura e antecede sua deontologia. Portanto, na medida em que age moralmente para auxiliar as partes, mesmo que não diretamente, participa e é responsável pelo processo de tomada de decisão. O desafio deste capítulo é encontrar as melhores respostas para essas perguntas e as demais que surgirem no percurso. Com base na deontologia atual da mediação e na prática corrente da mediação ambiental é possível pensar em muitas respostas. Dependendo do lado que se filiar o mediador sobre sua prática nos

¹⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 44-45.

conflitos ambientais, pode ser pró-ativo, se seguir o argumento de Susskind, ou totalmente neutro na perspectiva de Stulberg. O horizonte mais coerente a seguir será por fim abordado, influenciado pelas teorias acima observadas e pelos conceitos sócio-jurídicos emancipatórios de Boaventura de Souza Santos. Neste ponto, posso dizer que me influenciei pela trajetória de Juan Carlos Vezzulla, em especial seu texto sobre a mediação com crianças e adolescentes.¹¹

IV. ELEMENTOS METODOLÓGICOS E INTERDISCIPLINARES DA PESQUISA

O leitor talvez já tenha notado na escrita acima que venho detalhando o caminho metodológico percorrido, as dificuldades, caminhos seguidos e alterados durante a investigação. Esta foi uma escolha deliberada e influenciada por Salo de Carvalho, em sua obra: *Como não se faz um trabalho de conclusão*.¹² Alexandre Morais da Rosa, meu co-orientador, indicou indiretamente a obra de Carvalho, que me auxiliou a corrigir e seguir alguns estilos de escrita.

Abordar um tema sob a ótica interdisciplinar produz a preocupação com sua cientificidade, por decorrência das inúmeras variáveis que podem comprometer tal caráter e rebaixar o texto a uma salada teórica sem valor acadêmico. Portanto considero fundamental analisar alguns elementos sobre a metodologia e interdisciplinaridade desta investigação. De início, vale entender que a mediação de conflitos e a ética ambiental, as temáticas centrais dessa pesquisa, cada uma delas constituiu seu corpo teórico por uma abordagem interdisciplinar.

A mediação é um método de resolução de conflitos que não pertence, por exemplo, nem à esfera do Direito, nem da Psicologia e nem da Assistência Social. Ela se apropria de saberes dessas e de outras áreas, pois lida com algo comum às relações interpessoais, o conflito. O conflito pode ser abordado de diversas formas e geralmente é visto como algo negativo às relações humanas e tratado como anomalia no relacionamento. A perspectiva transformativa da mediação toma o conflito como uma crise na interação humana, na qual as partes envolvidas necessitam de ajuda para restaurar sua interação de forma

¹¹ VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*. Florianópolis: Habitus, 2006, p. 93.

¹² CARVALHO, Salo de. *Como não se faz um trabalho de conclusão*: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 187 p.

construtiva. A teoria da mediação possui uma característica interdisciplinar, pois para entender e manejar seu objeto de estudo, o conflito, recebe conhecimentos e toma emprestadas diversas técnicas de diversas disciplinas.

Por outro lado, a ética ambiental, em especial a ética ambiental biocêntrica proposta por Taylor, também se utiliza de uma abordagem interdisciplinar. Em grande parte, Taylor constrói uma nova linguagem para a ética ambiental a partir de conceitos tradicionais da ética do *respeito pelas pessoas* para abrir espaço a um novo pensamento sobre o lugar do ser humano na Terra, entretanto ele importa muitos conhecimentos, principalmente para constituir o sistema de crenças biocêntrico, de ciências como a biologia e ecologia. Enquanto no campo filosófico de sua teoria ele encontra pouca resistência de seus leitores, é no campo de sua aplicação, especificamente relativo aos dilemas morais, que as críticas mais fortes ecoam. O campo dos dilemas morais carrega uma carga interdisciplinar ainda maior, pois evoca temas sociais, culturais e preconceitos muito arraigados nas sociedades humanas. É neste campo obscuro, da resolução dos conflitos e dilemas ambientais, que esta tese pretende versar, analisando as possibilidades de cruzar conhecimentos da mediação de conflitos com os do biocentrismo.

Por interdisciplinaridade, entendo ser a técnica de pesquisa com vistas à integração mútua e parcial de conceitos, metodologias, procedimentos, epistemologia, terminologia e informação entre disciplinas, com vistas a assimilar os conhecimentos das disciplinas participantes. Para Klein, a integração dos conhecimentos permitiria uma maior união dos seres humanos, o que ela atribui como um ideal encarnado nas noções gêmeas da comunidade de disciplinas de conhecimento (*universitas scientiarum*) e da comunidade de professores e alunos (*universitas magistrarum et scholarium*). Em uma ética biocêntrica, a tentativa de uma integração coerente dos saberes levaria não só a uma *união dos seres humanos*, mas a uma *união dos seres vivos*.¹³

Klein apresentou algumas confusões comuns na utilização da técnica interdisciplinar: (i) a geral incerteza sobre o significado do termo; (ii) a falta de familiaridade dos pesquisadores, advindos de campos disciplinares isolados, com a erudita prática interdisciplinar; e (iii) a falta de um corpo unificado no discurso interdisciplinar, pois a discussão da interdisciplinaridade se estende sobre campos de saberes

¹³ KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity: History, Theory, and Practice*. Detroit: Wayne State University Press, 1990, p. 20 e 63.

gerais, profissionais, acadêmicos, governamentais, entre outros.¹⁴ Confusões conceituais a parte, existe uma inevitável dificuldade, quando se fala de interdisciplinaridade, de o pesquisador não escapar do vocabulário (de fato, de toda lógica de classificação) que lhe predispõe a pensar em termos disciplinares.¹⁵

Desde minha estada na graduação e mestrado em Direito e agora no doutorado, sinto a imperiosidade no desenvolvimento do conhecimento que estudo e produzo de um viés interdisciplinar. Por conta da separação disciplinar e compartimentação do saber, percebo que diversos pesquisadores se tornam limitados na apreensão de soluções em questões relevantes, por estarem distantes intelectualmente de outros campos onde se poderiam encontrar ferramentas para a sua solução. Essa limitação não é só de conteúdo teórico, presente em cada campo disciplinar, mas muitas vezes de *ininteligibilidade em conseguir cruzar a fronteira de sua área*. Sair da delimitação disciplinar põe o cientista em condição análoga ao bebê que foge do cercadinho que sua mãe lhe confinou e se aventura em um mundo complexo e perigoso, afirma Klein. Avançar nessa pesquisa, pelos caminhos da mediação, da ética e do ambiente significa ingressar em um mundo de saberes e práticas que não domino.

Concordo com Klein, que os pesquisadores ampliam seus estudos a outros campos para dar conta de diversos objetivos, dentre eles: (1) responder questões complexas; (2) referir-se a problemáticas mais amplas; (3) explorar relações disciplinares e profissionais; (4) resolver problemas que estão além do escopo de qualquer disciplina isolada; e (5) conseguir a unidade de conhecimento em reduzida ou larga escala.¹⁶ A crise sócio-ambiental instaurada na atualidade e o tema da ética ambiental estão em direta relação com dois dos objetivos acima, o de responder questões complexas e o de resolver problemas que estão além do escopo de qualquer disciplina isolada.

Das técnicas interdisciplinares mais comuns, aquela que com frequência utilizarei na pesquisa é a do *empréstimo (borrowing)*, transferindo o conhecimento de uma disciplina para outra. Para Klein a transferência de conhecimento pode ocorrer por diversas razões, quais sejam: (i) para ajudar a estruturar um domínio ainda pouco estruturado; (ii) para simplificar um domínio; (iii) para completar um domínio; (iv) para explicar um domínio; (v) para permitir a um domínio imaginar sua

¹⁴ KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity*, p. 12-13.

¹⁵ KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity*, p. 77.

¹⁶ KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity*, p. 11.

própria estrutura; e (vi) para permitir a experimentação onde o domínio não lhe permite.¹⁷ Ambos os campos da ética da mediação de conflitos geral e ambiental e da ética ambiental biocêntrica se encaixam e se beneficiarão por essas mesmas razões.

Realizar essa pesquisa interdisciplinar, levada a sério, demanda carregar, nos termos de Klein, o *fardo da abrangência* (*burden of comprehension*). Essa metáfora se refere a um requisito àqueles que emprestam conhecimentos de outras disciplinas ou que trabalham *entre-disciplinas*: o fardo de cingir o entendimento de como algo é usado no seu contexto original, para utilizá-lo de forma adequada e coerente.

Para Klein, a falha ao assumir esse fardo pode levar a consideráveis problemas de confiança das pesquisas. Em diversos contextos, a falta de compreensão na utilização de um conhecimento de outras disciplinas pode gerar diversos problemas, por exemplo: (i) distorção e incompreensão de materiais emprestados; (2) uso de informação, métodos, conceitos e teorias fora de contexto; (3) *ilusão de certeza* sobre um fenômeno tratado com cautela e ceticismo na sua disciplina original; (4) supervalorização de uma teoria ou perspectiva particular; e (5) uma tendência a descartar testes contraditórios, evidências e explanações adicionais.¹⁸ Todos estes são riscos que este estudo corre, e que, por mais que constantemente eu saneie-a, serão os olhares atentos dos leitores que poderão me auxiliar a testá-la e aperfeiçoá-la. Existe um grande fardo em trabalhar essa temática interdisciplinar. Assumo adiante o trabalho de iniciar o diálogo entre dois campos que avançaram sem comunicação durante anos, o debate ético ambiental e a mediação de conflitos ambientais.

¹⁷ KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity*, p. 85.

¹⁸ KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity*, p. 88.

CAPÍTULO 1

ALCANCE E LIMITES DA ÉTICA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS

Mediação é o termo utilizado para nomear um método particular de transformação de conflitos, no qual as partes cooperam entre si, voluntariamente, para mudar a experiência que têm de si, do outro e da qualidade de sua interação. O mediador é uma terceira parte que se insere nesta relação, sem nenhum poder de decisão sobre o conflito, para auxiliá-las a potencializar suas capacidades de autonomia e, com isso, aumentar as possibilidades de criarem soluções para a crise na sua interação. Por extensão, dá-se o nome de mediação: a) ao *processo* conduzido seguindo esse método; b) à *disciplina* que abrange um método de resolução de conflitos, uma organização clínica, um conjunto de técnicas mediativas, um sistema de pensamento com princípios e valores e uma modalidade de transmissão de saber (simulação e supervisão); e c) ao *movimento* da mediação, isto é, uma escola de pensamento que engloba todas as correntes da mediação.

Estudar a ética da mediação significa interrogar a própria mediação, o que entendemos como seu ofício (a função do mediador), e desdobrar sua teoria e clínica, transpassando os lugares comuns de suas dimensões (*processo*, *disciplina* e *movimento*, no âmbito internacional e brasileiro) para alcançar e explorar seus lugares desconhecidos. No atual estado da mediação, as atenções à sua deontologia têm resultado na criação de manuais e códigos para guiar o comportamento e as intervenções adequadas do mediador. A intenção das instituições que realizam essas normatizações é legítima, pois elas estão preocupadas com o desenvolvimento e a integridade profissional da classe. Entretanto, a ética da mediação reside muito menos em *regras técnicas* e *modos de fazer ensaiados* e mais no conteúdo material da ética subjacente à sua deontologia e no modo de constituir o conteúdo de tal ética e deontologia. Leis, regulamentos e códigos deontológicos exercem um papel muito menor na *práxis* da constituição moral da mediação do que muitos imaginam.

O leitor notará que realizo uma descrição dos principais conceitos, alcances e limites da mediação e da mediação ambiental de forma a criar um forte aporte teórico para a construção das teses do terceiro capítulo. Eu dividi esse primeiro capítulo em duas sessões principais, uma sobre a mediação e sua deontologia em geral, na qual eu reconstituo brevemente o modelo de *mediação transformativo* (Bush e

Folger) e apresento a preferência dessa teoria em face das demais. Na sequência, realizo uma síntese dos principais valores subjacentes à mediação e os problemas que causam dificuldades de solução nos casos de mediação. Na segunda sessão reconstituo o debate em torno da clínica da mediação de conflitos ambientais e também o debate em torno de sua deontologia. Muitas das questões deontológicas presentes na mediação geral e ambiental não encontram uma resposta unívoca, principalmente porque são casos hipotéticos. Esta análise crítica será ampliada no capítulo seguinte, com a incorporação do debate da virada biocêntrica e no capítulo final, com as teses acerca de uma ética crítica na mediação de conflitos ambientais.

1.1 A MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA POR PRESSUPOSTO

A mediação, entendida como disciplina organizada, com uma abordagem própria do conflito e integridade profissional, é um fenômeno recente.¹⁹ A prática moderna da mediação expandiu-se exponencialmente pelo mundo e esse crescimento se deve a diversos fatores. Em parte, há uma expansão das aspirações pela participação democrática em todos os níveis sociais e políticos, da crença de que um indivíduo tem o direito de participar e de ter o controle das decisões que afetam sua própria vida e as singularidades que lhe abrangem. A crescente insatisfação com os processos do tipo vencedor-perdedor de resolução de conflitos, de caráter autoritário de tomada de decisão, na qual um juiz ou árbitro impõe acordos que não se ajustam adequadamente aos interesses subjacentes das partes, soma-se aos custos cada vez maiores em dinheiro, tempo, recursos humanos e aos danos emocionais que os processos adversariais provocam.

Os processos *adversariais* de resolução de conflitos são utilizados em larga escala na maior parte do mundo. No Brasil isto não é diferente, a organização política avançou na direção de dividir os poderes do

¹⁹ Nesta pesquisa não me proponho a reconstituir a história da mediação pré-moderna. Entretanto, Christopher W. Moore fez uma excelente reconstituição dessa história e dos tipos de práticas mediativas desenvolvidas por milhares de anos pelos povos da Ásia, Austrália, Nova Zelândia, Melanésia, América Latina, África, Oriente Médio e Europa, encontrando lugar e referências nas culturas judaica, cristã, islâmica, hinduísta, budista, confucionista e de diversos povos originários. Recomendo a leitura de: MOORE, W. Christopher. *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. 2.ed. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 32-47.

Estado. O Poder Judiciário toma prevalência como método adversarial de resolução de disputas na cultura jurídica brasileira, no qual as partes buscam a um terceiro, o juiz, para defender sua posição, atacar a do oponente e receber uma sentença positiva à sua causa. O Brasil conta, predominantemente, com o que intitulo de um *Sistema Único de Justiça* (“SUJ”, para fazer analogia ao Sistema Único de Saúde, SUS). Outros países já utilizam um *sistema multiportas*, uma organização judicial e de cultura jurídica que incorpora diversos meios de resolução de disputas, por exemplo, mediação e arbitragem. A magistratura é necessária para lidarmos com alguns conflitos, entretanto, ela é inadequadamente utilizada quando detém o monopólio da justiça. A assistência de uma esfera judiciária estatal é necessária para muitos casos e até hoje a teoria crítica jurídica se questiona quais seriam as melhores fronteiras para traçarmos a linha de seu reinado.

Inversamente ao processo judicial, o processo da mediação permite às partes desenvolver capacidades para transformar seus conflitos. É um processo de *empoderamento*, no qual as partes são donas do procedimento e responsáveis em encontrar as melhores soluções para seus conflitos. Um ponto fundamental para o desenvolvimento dessa capacidade de autogestão está na característica cooperativa (ou não-adversarial) da mediação que dá abertura àquilo que Wolkmer intitula de pluralismo jurídico, entendido como um novo referencial da dimensão política e jurídica, comprometido com a atuação de novos sujeitos coletivos, com a satisfação das necessidades humanas essenciais e também com o processo político democrático de descentralização, participação e controle comunitário. O processo mediativo fomenta a construção intersubjetiva da realidade por um viés pluralista, informal e descentralizado da realidade, construindo-se não a partir da razão metafísica ou do sujeito como essência em si, senão de um *sujeito histórico-em-relação* e de uma nova forma de ver o mundo dos valores: parte-se de um espaço marcado não só pela exigência de direitos e pela justa satisfação dos interesses como, sobretudo, pela superação dos conflitos de classes e grupos, pela erradicação das formas de opressão, exploração, sofrimento e injustiça.²⁰

Enquanto nos meios adversariais as partes, desde o início, posicionam-se como inimigas e devem derrotar seus oponentes, nos meios pacíficos de solução de conflitos, as partes, mesmo *sentindo-se* profundamente *enfraquecidas* e estando *auto-absorvidas* na

²⁰ WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa-omega, 2001, p. 232 e ss.

interpretação do conflito, estão postas em um processo de resgate da responsabilidade individual sobre a crise em sua interação.

Com o desenvolvimento do campo da mediação de conflitos, numerosos modelos e denominações foram criados, com singularidades sobre a função do processo, a abordagem do conflito e o próprio ofício do mediador. Esses modelos refletem filosofias divergentes sobre o conflito, as interações humanas, as metas e propósitos do processo de mediação. Os mediadores de cada modelo são inspirados por diferentes compromissos ideológicos que se desdobram em diferentes análises éticas. Portanto, dado o impacto dos modelos, é importante às partes que o mediador lhes esclareça sobre o modelo que ele adota e suas metas para o processo de mediação. O esclarecimento ao cliente sobre o modelo de mediação seguido e suas eventuais adaptações respeita a condição da mediação como método plural no que diz respeito à quantidade de modelos existentes. Isto possibilita o aumento das informações dos envolvidos, sua possibilidade de autonomia e de expressar suas expectativas a respeito do próprio processo do qual pretende participar.

Na clínica da mediação, uma prática comum, não só no Brasil, é a mistura de modelos e técnicas, às vezes filosoficamente muito diferentes entre si. Salvo raras exceções, essas misturas formam um *senso comum teórico* que prejudica mais do que contribui à prática do mediador e à possibilidade das partes saírem satisfeitas do processo mediativo. O senso comum teórico se baseia em apropriações trivializadas e dispersas de ideias pertencentes a modelos teóricos diversos, desvinculadas das matrizes em que foram produzidas. São imagens cotidianas, sumarizadas, criando a ilusão de um modelo de mediação composto de dados claros, transparentes e coerentes entre si. Essa resignificação do aparato de mediações existentes é utilizada como uma nova forma de fazer o processo, descomprometida com a coerência entre a função da própria mediação, perfazendo uma prática muito mais ligada aos interesses do próprio mediador do que aos das pessoas envolvidas no conflito. Nesta pesquisa, evito a trivialização dos modelos e utilizarei o modelo de mediação transformativo, em detrimento de outras escolas relevantes, por exemplo, a de Harvard, a Sistêmica, a Terapia do Reencontro Amoroso e a Narrativa. Sintetizarei as abordagens destas escolas para apontar as diferenças com a escola transformativa.²¹

²¹ Ressalto que existem outros modelos cooperativos de resolução de conflitos que não serão abordados aqui, por exemplo, a Justiça Restaurativa, que tem sido utilizada no sentido de *restaurar a coesão social* em casos que envolvam crimes

A Escola de Harvard foi precursora da teoria moderna da mediação, com sua busca por melhores resultados nos conflitos através da negociação e mediação, focando em um processo que facilitasse o acordo. Ela reconhece que as posições apresentadas pelos disputantes representam interesses subjacentes e que trabalhando com estes interesses é possível chegar a um *melhor acordo negociado*, principalmente em comparação aos resultados advindos dos meios litigiosos tradicionais. Essa escola tem o grande mérito de ser amplamente utilizada e adaptada até hoje e ter contribuído para a estruturação da mediação, focando na *solução do conflito*.²²

Leonard L. Riskin desenvolveu a seguinte tipologia acerca dos tipos de mediações focadas na *solução de problemas*, qual seja: que o papel do mediador pode ser ou *facilitativo* ou *avaliativo*. Na mediação facilitativa o mediador estabelece limites no seu papel, não emitindo opinião sobre o conflito e nem direcionando as partes para um acordo. Mediadores facilitadores auxiliam, dependendo do modelo, às partes a explorar seus interesses, ou a seguir no processo no sentido de melhorar a qualidade de sua interação em crise. O mediador facilitador não avalia a posição das partes, não julga o valor ou o mérito das propostas nem oferece opiniões sobre o que poderia acontecer no caso de haver ou não o acordo. O mediador acredita que esta tática prejudica a sua imparcialidade e abafa a autonomia das partes, pois prover informações significa derrogar preferências e valores das próprias partes. As avaliações usurpam a autodeterminação ao invés de dar suporte. Por outro lado, o mediador avaliador tem uma prática mais expansiva, assumindo que os participantes querem e precisam de direcionamentos

ou um abalo em uma relação social. Este rico modelo tem sido desenvolvido na contemporaneidade, no entanto, civilizações como os Maori, da Nova Zelândia, hoje são referência para repensar a justiça tradicional, focada na aplicação da lei e na busca de culpados. Nandor Tanczos apresenta uma severa crítica ao sistema tradicional que se ocupa exclusivamente com a punição, relegando as vítimas ao ostracismo, e elenca a forma de encontrar justiça originária dos Maoris, de forma restaurativa e comunitária, centrada no cuidado da vítima, que sofreu um mal. Para mais detalhes: TANCZOS, Nandor. A better kind of justice. *The Ecologist*. jun. 2000. Disponível em: <http://www.theecologist.org/back_archive/20002009/269676/a_better_kind_of_justice.html>. Acesso em: 1º jan. 2014.

²² Uma relevante obra precursora desse modelo é: FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim: a negociação de acordos sem concessões*. Trad. de Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. 216 p.

para ter um solo mais apropriado para o acordo. Ele assume que é qualificado para dar tais direções, em virtude de sua experiência, treino e objetividade.²³

Em síntese, o principal problema da Escola de Harvard está na postura do mediador ser muito diretivo e linear em sua clínica quando *busca a satisfação das partes*, suavizando o conflito, através de reenquadramentos e não dando a liberdade das partes trazerem à mediação temas que, a primeira vista, não teriam conexão com o conflito, tudo isso, por ansiar *chegar ao acordo*.²⁴

A Escola Narrativa, por sua vez, uma das mais recentes no campo da mediação, foi fundada por John Winslade e Gerald Monk. Esses autores realizam um grande avanço teórico em sua obra *Narrative Mediation*²⁵ ao revisar as bases epistemológicas da mediação, incorporando os discursos pós-modernos e pós-estruturalistas na compreensão do fenômeno do conflito e na maneira de tratá-lo. O modelo narrativo está estruturado sobre três crenças, quais sejam: (a) a linguagem estrutura a realidade, ela não só transmite um sentido, ela é um lugar onde o sentido é criado; (b) não existe algo como uma realidade fixa objetiva, pois os fatos são sempre produto de uma perspectiva subjetiva forjada nas circunstâncias de uma sociedade ou cultura particular; e (c) a identidade individual é um produto de múltiplos mitos, tradições, e histórias aceitas por uma cultura circundante. Essas histórias estruturam e guiam a compreensão e a escolha dos indivíduos.

Na mediação narrativa, as histórias precisam ser desdobradas para que as partes possam ganhar um senso mais amplo de como elas imaginam seus conflitos e como elas devem se reimaginar para permitir seguir adiante. As partes vêm à mesa com uma *história saturada pelo conflito* e a função do mediador é desconstruir a história e expor as ideias que mascaram as verdades inquestionáveis e ajudar às partes a trabalhar por um discurso mais positivo. A mediação narrativa vê os indivíduos presos em histórias de conflitos que emanam e encarnam

²³ RISKIN, Leonard L. Understanding Mediators' Orientations, Strategies and Techniques: A Grid for the Perplexed. *Harvard Negotiation Law Review*, v. 1. p. 7-51, 1996. Disponível em: <<http://www.hnrlr.org/print/wp-content/uploads/2008/09/15-60.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2013.

²⁴ BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The Promise of Mediation*, p. 16-32.

²⁵ WINSLADE, John; MONK, Gerald. *Narrative Mediation: A New Approach to Conflict Resolution*. Jossey-Bass: San Francisco, 2000. 261 p.

mitos culturais e verdades mal examinadas. O mediador expande a autonomia das partes ao desdobrar esses véus e olhar mais de perto sentimentos não examinados e papéis dados a eles por serem membros de uma família, comunidade religiosa ou sociedade. O mediador envia esforços por desestabilizar relações de poder existentes e arraigadas.

Os aspectos epistemológicos desse modelo de mediação e suas derivações são compartilhados por mim, no entanto, por mais coerente que seja seu fundamento teórico, ainda tenho dúvidas acerca da forma de fazer sua clínica e, pela experiência e debates no campo da mediação, considero a atividade do mediador narrativo excessivamente direcionadora, na medida em que *ele se importa em investigar as narrativas* e intervir no sentido de mudá-las ou se interessar pela sua mudança, mesmo quando as partes não se mostrem interessadas nisso.

Um modelo de mediação que carrega semelhanças com o narrativo é o da *Terapia do Reencontro Amoroso*, de Luis Alberto Warat. Ele foi um jus-filósofo da Teoria Crítica do Direito e deixou um grande legado para a filosofia jurídica brasileira, incluindo diversos escritos sobre a mediação, onde uniu seu surrealismo jurídico, com a psicanálise, a teoria crítica e a arte para apresentar uma perspectiva muito original em sua abordagem mediativa. A mediação waratiana propõe a reconstrução das relações através da *ecologia do desejo*, celebrando a alteridade e as singularidades sem precisar recorrer a atos de legislação ou a receitas prescritas pela razão e pelo Direito tradicional. No corpo teórico do autor, a mediação tem um lugar fundamental para a constituição da *transmodernidade* e de um Direito não preocupado com a paz social e a aplicação estrita da lei, mas com a solidariedade do conflito.²⁶

O modelo de Mediação Sistêmica é estruturado a partir da teoria dos sistemas, filiando-se à Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig Von Bertalanffy, e à Terapia Sistêmica de Família e de Casais. Este modelo tem como expoente a professora Marínes Suares quem produziu uma grande quantidade de obras e técnicas para trabalhar as relações dos mediados de modo a produzir uma mudança no seu sistema familiar, criando mais aptidões para tratar seus conflitos.²⁷

²⁶ Um excelente compêndio com seus escritos de mediação é a obra: WARAT, Luis Alberto. *Surfando na pororoca: o ofício do mediador*. Fundação Boiteux: Florianópolis, 2004. 423 p.

²⁷ SUARES, Marínes. *Mediando en Sistemas Familiares*. Buenos Aires: Paidós, 2002. 416 p.

Finalmente, a Escola Transformativa, uma forte referência desta pesquisa, foi introduzida por Robert Baruch Bush e Joseph P. Folger em sua obra *The Promise of Mediation*, de 1994.²⁸ Nesse modelo, a principal tarefa da mediação, antes da resolução do conflito, é a mudança na relação e o crescimento moral das pessoas envolvidas no conflito, portanto, ele pode ser classificado como um modelo focado na *construção de relacionamentos*, divergindo de modelos focados na *solução de problemas*. O foco do mediador transformativo não está em simplesmente auxiliar as partes a resolver o problema apresentado e chegar a um acordo, mas sim em melhorar a qualidade da interação entre as partes para que elas possam decidir o que fazer com o conflito que lhes trouxe à mediação ou, caso desejarem, tratar de outras questões subjacentes ao conflito inicial. Essa autonomia criada nas partes lhes auxiliará a lidar com conflitos futuros com mais maturidade.

O modelo transformativo se assemelha ao modelo facilitativo. O mediador é cauteloso nas intervenções, pois estas podem deslocar o foco, direcionar e influenciar o diálogo das partes de acordo com os desígnios, conscientes ou não, do mediador. Portanto, seu papel é ser um *seguidor pró-ativo* das partes, auxiliar-lhes a mudar a qualidade da sua interação em crise. Sob nenhuma circunstância o mediador deve intervir para afetar substantivamente a direção da discussão, por isso, oferecer uma avaliação ou apreciação sobre a posição das partes nunca é justificado. A mediação transformativa difere do modelo facilitativo e avaliativo na medida em que os mediadores dessa escola compreendem que a *resolução do conflito* é algo subordinado às verdadeiras metas do processo: uma mudança na vida das pessoas e a criação de capacidades para resolver as crises em suas interações, pela via do reconhecimento e do empoderamento.

O conflito, desde a perspectiva transformativa de Bush e Folger, oferece aos disputantes uma oportunidade única de mudar a qualidade de sua interação e, durante o processo, se desenvolver como pessoas mais maduras, moral e emocionalmente. O envolvimento das partes com o conflito lhes produz, em diferentes graus, um estado de vulnerabilidade, ou fraqueza (*weakness*), e de auto-absorção (*self-absorption*). Os efeitos do conflito, no caso da fraqueza, são sentimentos de perturbação, confusão mental, temeridade e incerteza. Já sob os efeitos da auto-absorção os sujeitos ficam ensimesmados, com

²⁸ BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The Promise of Mediation: Responding to Conflict Through Empowerment and Recognition*. Jossey-Bass Publishers: San Francisco, 1994. 296 p.

pensamentos de autoproteção, defensivos, hostis, desconfiados e mais fechados. As intervenções do mediador, portanto, são no sentido de empoderar as partes e lhes auxiliar no reconhecimento do outro. Por isso, o mediador transformativo não vê utilidade em oferecer informações ou opiniões para as partes. O empoderamento ocorre quando as partes dão conta de suas metas e interesses e entendem que, independentemente das restrições externas, sempre existem algumas opções abertas e o controle sobre essas opções é deles.²⁹

Dorothy Della Noce postula que apesar dos potenciais impactos alienadores e desumanizadores da interação conflituosa, as pessoas no centro do conflito são capazes de mudar seu reconhecimento e empoderamento: elas podem e desejam mudar a qualidade de suas interações para refletir sobre suas forças pessoais, autoconfiança, ou agência (empoderamento), sua capacidade de abertura e resposta com o outro (reconhecimento). Portanto, o sucesso na mediação é medido não pelo acordo em si, mas pela mudança das partes para uma relação mais forte, responsável e construtiva. O *bem* na ética do modelo transformativo funda-se no esforço das partes em construir uma comunicação e compreensão interpessoal, afirma Della Noce.³⁰

1.2 DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO: UM RETRATO DA FALTA

Passo para uma reconstituição do estado da arte na deontologia da mediação. Os referenciais utilizados para esta investigação são, principalmente, princípios e deveres estabelecidos pelos autores que se dedicaram à temática nos últimos anos, acompanhados, secundariamente, dos códigos de ética relevantes no Brasil e nos Estados Unidos da América. Fiz a escolha dos códigos de ética do Conselho Nacional de Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA)³¹ e do Fórum Nacional de Mediação (FONAME)³² com

²⁹ BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The Promise of Mediation*, p. 85 e ss.

³⁰ DELLA NOCE, Dorothy. Comentários ao Caso 3.2. In: WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 68.

³¹ CONSELHO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. *Código de ética para mediadores*. Disponível em: <http://www.conima.org.br/codigo_etica_med> Acesso em 10 dez. 2013.

³² FÓRUM NACIONAL DE MEDIAÇÃO. *Código de ética para mediadores: referências de boas práticas para mediadores*. Disponível em: <<http://www.foname.com.br/codigo-de-etica-para-mediadores>> Acesso em 10 dez. 2013.

base na representatividade que estas organizações têm nacionalmente, abarcando muitas organizações não-governamentais e empresas de mediação. O código do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)³³, por outro lado, vem contribuir na medida em que, além das questões usuais relacionadas aos valores e princípios da mediação, detêm-se ao resultado da mediação, asseverando que o aspecto substantivo não pode se encontrar fora da legalidade, bons costumes e ordem pública.

A referência de regulamento deontológico exterior trazida à pesquisa, em grande parte pela influência dos autores estudados serem estadunidenses, é o mais conhecido conjunto de diretrizes daquele país, o *Model Standards of Conduct for Mediators* (Padrões de Modelo de Conduta para Mediadores)³⁴, um conjunto de nove normas com comentários, originalmente preparadas e endossadas em 1994 pela *American Arbitration Association*, *American Bar Association* e *Association for Conflict Resolution*. Essas associações revisaram e reendossaram em 2005 tais normas, ressaltando que elas têm três metas primárias: guiar a conduta dos mediadores, informar às partes mediadas e promover a confiança pública na mediação como processo de resolução de disputas. Além do *Model Standards* existem diversos códigos estaduais estadunidenses que direcionam as ações dos mediadores no sentido de prover informações avaliativas sobre o conflito e oficiar o mediador com a busca da justiça no resultado da mediação tanto de maneira geral quanto para algumas áreas específicas, como a mediação familiar. No Brasil não possuímos uma legislação nacional ou estatal que trate da mediação, somente um projeto de lei que tramita desde 1998, na Câmara dos Deputados.³⁵

³³ BRASIL, Conselho Nacional de Justiça - CNJ. *Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010*. Código de Ética, do Anexo III. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>> Acesso em 10 dez. 2013.

³⁴ AMERICAN ARBITRATION ASSOCIATION. AMERICAN BAR ASSOCIATION. ASSOCIATION FOR CONFLICT RESOLUTION. *Model Standards of Conduct for Mediators*. Disponível em: <http://www.americanbar.org/content/dam/aba/migrated/dispute/documents/model_standards_conduct_april2007.authcheckdam.pdf> Acesso em 10 dez. 2013.

³⁵ BRASIL, Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 4.827, de 1998*. Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21158>> Acesso em 10 dez. 2013.

A integridade e a maturidade de uma profissão advêm de fatores como o desenvolvimento de sua deontologia. O debate e a concordância da comunidade profissional sobre a função social e ofício do profissional são fundamentais para isto. A mediação moderna ainda é uma profissão mirim e encontra uma pluralidade de escolas com muitas questões a responder. Suas significantes diferenças filosóficas não são simplesmente variações estilísticas de um tema comum, elas refletem filosofias divergentes sobre o que é o conflito, a condição humana, as metas primárias e os propósitos do processo de mediação.

Poderíamos, ingenuamente, imaginar que com tantos códigos para se considerar, aparentemente seria fácil ao mediador agir eticamente, restando somente seguir os códigos nacionais para as questões gerais e os códigos institucionais e especializados para cada área de atuação. Este caminho hermenêutico linear leva à beira de um abismo no qual aqueles que em suas bordas clamam por respostas, só escutam seus próprios ecos. Os códigos que governam a conduta profissional são demasiado vagos e inconsistentes. Não só a aplicação de dois códigos ao mesmo caso levará a diretivas diferentes, mas também as normas dentro dos próprios códigos conflitam entre si.

1.2.1 Limites da codificação deontológica na mediação

Um limite à deontologia da mediação que desde já podemos observar diz respeito à problemática dos códigos deontológicos. Essa problemática carrega um caráter, principalmente, hermenêutico. Iniciarei uma problematização sobre esta temática agora e a aprofundarei no terceiro capítulo com o aporte dos demais estudos realizados.

Os códigos de ética da mediação abundam. Eles são formulados em níveis nacional, estadual e por instituições profissionais privadas, buscando estabelecer os rumos da prática dos mediadores. Embora sejam necessários, em um sentido pedagógico, essa codificação no máximo reflete o consenso de princípios e algumas escassas direções dominantes sobre o comportamento do mediador.

Somos carentes de um debate sobre a deontologia da mediação. O discurso praticado ao tratar da ética da mediação é simplista e manualista. Os códigos acabam sendo um apanhado geral de princípios e regras de mediação, pasteurizados (eliminando as singularidades de cada modelo) e organizados para serem seguidos como *protocolo de atendimento* pelo mediador na sua atividade. Acaba por ser um guia a ser decorado nos cursos de formação ou ingresso em alguma instituição

de mediação. Eventuais lacunas a serem preenchidas ficam ao encargo do próprio mediador, ermitão, que segue sua consciência no processo de interpretação.

Este é um problema não só brasileiro, Waldman também se debruçou sobre a temática. A pergunta que ela faz é: *por que os códigos não são suficientes?* Primeiramente, porque os códigos não respondem a questão sobre *qual é o caminho ético de ação a seguir no caso concreto*. Existem muitas contradições e tensões *entre* distintos códigos e mesmo dentro dos próprios códigos. Os códigos não resolvem os casos concretos e *a maior parte dos dilemas não encontram resolução com uma só resposta*. Podemos concordar que *raramente faz sentido se prender a um valor como o princípio dominante que subordina todos os outros em todos os casos possíveis*. A primazia de vários princípios deve variar de acordo com os fatos particulares de cada caso. Por exemplo, a autonomia deveria figurar mais proeminentemente nos casos onde as partes estão parelhas, mais competentes e informadas, principalmente quando os resultados da mediação não ameacem causar dano a um terceiro ou a interesses sociais. A qualidade no processo e preocupação com a sua equidade devem entrar na pauta do mediador nos casos em que as partes careçam de habilidades de deliberar sobre todos os pontos em questão dos seus interesses a longo prazo e onde as decisões possam afetar o bem-estar daqueles que não estão na mesa.³⁶

As análises de Waldman mostram-se coerentes, mas cabe ainda alcançar um ponto importante, os códigos são um discurso que pertence à linguagem e esta carece de um sentido em si. O esforço hermenêutico sobre o sentido do discurso deontológico da mediação está amarrado a sentidos pré-estabelecidos e que não necessariamente são congruentes entre si, existem tensões entre seus valores, tensões entre os diversos métodos de mediação e ainda uma tensão entre o que as teorias da mediação propõem e a tentativa do social em segurar os sentidos e soluções produzidos na mediação. Neste ponto me refiro às recomendações (ou obrigações) de que os acordos não se contraponham à legislação.

Na prática diária do mediador e em nossas terras o debate é praticamente inexistente. Até que nos fixemos em tais lugares desconhecidos e se constitua uma comunidade que conviva e discuta o lugar deontológico e ético reservado ao mediador, os códigos de ética continuarão a ser simulacros de uma deontologia inexistente. Uma repetição nefelibata, religiosa, acrítica e alienada de textos pré-

³⁶ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 14.

fabricados para sustentar um pensamento descompromissado com as mais importantes contribuições teóricas e práticas que a mediação trouxe para a condição humana.

A *ética da mediação*, semelhante às outras éticas profissionais, possui questões fáceis e difíceis de serem resolvidas. O mediador, ao praticar seu ofício, encontra questões estritamente deontológicas, entre os *deveres internos de profissão* (por exemplo, o que significa ser um bom mediador?) e questões ético-deontológicas, ligadas aos deveres gerais da ética para ser uma boa pessoa, ou seja, um bom agente moral *enquanto age como mediador*.

Os valores subjacentes à mediação são considerados os fundamentos para tais condutas do mediador, na medida em que este deverá agir ou deixar de agir orientado por estes faróis para sustentar o seu lugar com as partes. Estes valores estão presentes com muita semelhança nos códigos de ética de referência.

Podemos especificar três valores subjacentes à mediação que moldam o entendimento do que está em jogo nos casos e que são eticamente necessários nos procedimentos: a) autonomia das partes; b) equidade processual; c) equidade substantiva.

1.2.2 Autonomia da vontade das partes

Analisarei cada um desses valores, iniciando pela *autonomia*, também intitulada autodeterminação das partes, que se refere à função da mediação de que a parte tenha o máximo controle e poder de escolha, para que possa tomar decisões baseadas em suas crenças e valores pessoais, livre de coerções e restrições. Waldman explica que

Diferente da litigância, na qual os advogados estruturam as disputas e os juízes decidem, a mediação assume que os disputantes devem manter o controle sobre como o conflito deve ser apresentado, discutido e resolvido. Na litigância, a justiça é descoberta olhando à lei existente. Na mediação, os disputantes buscam olhar suas próprias normas de justiça. Leis, convenções sociais e outras normas que possam interferir com os esforços dos disputantes em construir acordos auto-determinados deveriam ficar em segundo plano.³⁷

³⁷ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 3-4.

Portanto, tais decisões autônomas expressam quem são essas pessoas, suas preferências, desejos e prioridades. É a função do mediador se questionar se as decisões tomadas na mediação expressam estas características autônomas. Determinar isto requer um olhar atento às condições internas e externas que influenciam ou subvertem o exercício do arbítrio das pessoas. Ameaças internas são inerentes à fragilidade da condição mental e física de um disputante. Se uma tomada de decisão autônoma reflete valores a longo prazo, padrões de crença e comportamento, então, doenças, luto, fúria cega podem levar às pessoas a tomar decisões das quais depois, quando estiverem saudáveis ou mais calmas, se arrependam.

Para assegurar a integridade do processo é fundamental assegurar a capacidade das pessoas de utilizarem a mediação e esta função pode se tornar complexa para o mediador, pois caso alguma restrição interna ou externa afete o mediando, ao invés de ele alcançar uma solução *autodeterminada*, este pode produzir uma solução *autoderrotada* para o conflito. É o mediador que analisa a possibilidade de participação de uma parte na mesa de negociação. Se ele estabelecer os critérios de autonomia muito acima, ele pode estar excluindo pessoas que poderiam se beneficiar dessa oportunidade. Caso estabeleça um nível muito baixo ele se arrisca a expor uma parte vulnerável, confundida ou cognitivamente desequilibrada a um cenário perigoso, especialmente se estiverem à mesa oponentes experientes em negociação.³⁸

No sentido de auxiliar nesta questão, Waldman propõe três critérios ao mediador para determinar a capacidade de participação na mediação: compreensão (*understanding*), avaliação (*appreciation*) e a habilidade de se comunicar. O primeiro aparece comunmente nos códigos de ética como uma recomendação ao mediador em *ter certeza* que as partes compreenderam as razões pelas quais a mediação foi convocada, o propósito e o processo da mediação. No quesito de avaliação as partes precisam ser capazes de considerar racionalmente as opções que estão na mesa, pesar os custos e benefícios associados a cada opção e conectar suas escolhas com as consequências que logicamente lhes seguem. Finalmente, a comunicação se refere à capacidade das pessoas transmitirem seus pensamentos e expressar seus desejos e emoções para os demais, mesmo que de maneira escrita, por linguagem de sinais ou pelo uso de computadores especialmente projetados.³⁹

³⁸ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 28-29.

³⁹ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 30.

O desequilíbrio de poder é outra forma de ameaça que provoca questões éticas aos mediadores. Diferente dos aspectos físicos e psicológicos da autonomia, tais diferenças de poder podem influenciar negativamente o desenvolvimento da mediação. Em geral, quando existem reservas de poder extremas se poderia dizer que a mediação é inapropriada. No entanto, *quanto desequilíbrio é excessivo?* Nas disputas o poder se acomoda de diversas formas, fragmentado e raramente, ressalta Waldman, os disputantes entram na mediação exatamente iguais na quantidade de poder. Duas questões são apresentadas pela autora: i) Quando o desequilíbrio de poder é tão grande que o mediador deveria interromper o processo? ii) Caso tais desequilíbrios sejam navegáveis, quais estratégias e precauções deveria o mediador implementar para assegurar que a mediação siga de maneira ética?⁴⁰

Nas relações interpessoais o poder é fragmentado e nômade, não estando dividido de forma equânime e sendo difícil de medir. Cabe ao mediador a virtude de perceber as mudanças sutis na gravidade do poder e saber auxiliar às partes a gerir sua mudança e distribuição, pois um disputante poderoso consegue exercer controle através das discussões mediadas e obter os benefícios desejados.

A título exemplificativo, Waldman elenca as fontes de onde o poder pode tradicionalmente derivar:

- a) *Recursos*: disputantes com amplas reservas de dinheiro, propriedades, acessos a valiosos contatos e especialistas. Estes podem se dispor a esperar pela outra parte ou pressioná-la ao contratar advogados que irão se engajar em uma exaustiva (ou cara) manobra de litigância. Por outro lado os disputantes com menos dinheiro sofrem pressões substanciais para adentrar e manter os custos da disputa.
- b) *Conhecimento, informações e dados precisos*: em uma disputa, se uma parte for especialista nos mercados envolvidos e nas leis de oferta e procura específicas, então essa parte desfrutará de uma vantagem na negociação, sabendo os melhores valores de mercado e quais alternativas existem se um resultado não for alcançado.
- c) *Mérito aos olhos da lei*: uma parte na qual sua posição é fortemente apoiada pela legislação ou jurisprudência existente, desfruta de uma melhor posição de barganha do que

⁴⁰ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 87-88.

aquela para a qual o suporte legal é mais tênue. O disputante com o caso mais forte pode afirmar com mais credibilidade que ele irá ser bem sucedido mesmo se a negociação falhar.

- d) *Convicção moral e segurança*: partes com fortes crenças de que o justo e a verdade estão ao seu lado estão empoderados por seu próprio fervor moral. Quando uma parte se torna a guardiã da virtude, abrir mão se torna um defeito moral. O conflito em si assume o lugar de uma nobre cruzada, onde ser bom significa marchar não mostrando fraquezas e não fazendo concessões.
- e) *Traços de personalidade vantajosas na mediação*: eloquência, discernimento, lógica, empatia, pensamento analítico e determinação podem compensar outros pontos fracos do disputante.
- f) *A habilidade de infligir dor ou irritar*: indivíduos que ameaçam abrir processos sem mérito exercem esse tipo de poder. Mesmo que o processo tenha pouca chance de sucesso, a visão de ser arrastado para um litígio, com todas as misérias concomitantes, pode ser suficiente para induzir a cooperação.
- g) *Percepção*: um disputante tempestuoso, que consegue falar mais alto e montar um show de maior força, pode se beneficiar de sua projeção de poder, mesmo que lhe falte a capacidade de levar a cabo suas ameaças.⁴¹

Os riscos que encontra o mediador quando uma parte é muito mais poderosa é que a outra parte provavelmente tomará decisões que não representam sua vontade autônoma, fazendo falhar um valor subjacente fundamental à mediação, das partes tomarem decisões que reflitam suas singularidades. Um processo não reflete a autodeterminação quando estão presentes fatores como o *medo*, pois não preenche as suas metas em longo prazo. Por exemplo, uma mulher, em um casamento em que sofra violência doméstica, escolhe renunciar a direitos patrimoniais ou abrir mão da guarda, por estar aterrorizada pelas consequências de suas decisões. Ou quando uma parte tem *dificuldades de argumentação* e se encontra frente a uma pessoa hábil em debates, rápida e esgueira em sua retórica. Ou havendo *falta de dinheiro, tempo, saúde ou mesmo informação* pode-se criar um sentimento de falta de esperança ou derrotismo que afeta uma das partes e o procedimento. Os

⁴¹ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 94-95.

efeitos da informalidade e da neutralidade do mediador, próprios do processo de mediação, também podem apresentar riscos, pois abrem espaço para tipos de expressões preconceituosas e discriminatórias que em procedimentos mais formais e cerimoniosos, como no Judiciário, seriam inibidas. Embora o mediador trabalhe para abrandar as disparidades de poder, esses movimentos são conduzidos com cuidado para evitar criar uma aparência de favoritismo para uma das partes.⁴²

Obviamente que tais desequilíbrios de poder que afetam a autonomia das partes e geram um problema à terceira parte não estão restritos somente à mediação. Eles são encontrados em qualquer processo que trate de conflitos. Ao mediador, às partes e aos seus consultores cabe sopesar que, em face destes riscos, as vantagens do processo de mediação superem os primeiros.

Afastar-se da mediação pelos riscos da condição do conflito leva a duas opções: manter a condição atual de conflito ou litigar. Mantendo a condição atual, se a parte queria reparação ou recompensa, abandonará a possibilidade de receber algum valor, enquanto, se os disputantes tiverem uma relação pessoal ou profissional, continuarão sustentando um estado de guerra que lhe imporá diversos custos, por exemplo, emocionais e financeiros.

Portanto, o mediador não necessariamente deve evitar ou sair de uma disputa que apresente desigualdades de poder. Se as partes optarem pela resolução por uma via adversarial, pelo litígio, cabe resaltar que esse meio, em muitos casos, não eleva o grau de igualdade entre as partes, ao contrário, ele tende a exacerbar as desigualdades de poder. Em casos complexos, conseguir um advogado especialista para ser patrono da causa exige pagamentos elevados ou a promessa de pagamentos para levar a disputa às últimas consequências e instâncias do judiciário. Uma parte com recursos escassos pode se encontrar em desvantagem quando o jogo judicial começar. É uma promessa que nem sempre se cumpre de que a formalidade do direito processual irá proteger os litigantes de qualquer forma de exploração, principalmente daquelas que adviriam de uma parte com grande poder de lábia, pois um disputante com dinheiro suficiente pode contratar um advogado capaz de realizar toda sorte de *manipulações processuais*; além disso, o tempo do litígio e os limites dos juízes e custos processuais também devem ser lembrados nestes momentos. Enfim, a informalidade e o papel neutro do mediador podem potencializar resultados pobres em algumas mediações com partes menos empoderadas, mas a litigância também possui seus próprios

⁴² WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 96-98.

problemas que levam a toda sorte de estudos para reformular o Judiciário contemporâneo.

A postura ética do mediador, ao decidir continuar em um caso de grandes desigualdades de poder, é utilizar movimentos, no processo, que levem em conta os desequilíbrios existentes. Ajudar à parte desempoderada a encontrar sua voz e sua agenda é parte da tarefa do mediador, para a qual utilizará técnicas que permitam *assegurar tempo igual, administrar comportamentos intimidadores e nivelar o campo informacional*. No caso de um divórcio, por exemplo, no qual uma das partes se nega a pagar os alimentos a seu filho porque foi decisão da outra parte buscar o divórcio, o mediador poderia trazer à mesa informações relacionadas ao direito de divórcio e ao respeito à dignidade da criança e do adolescente, para que ambas as partes observem que não é relevante para providenciar o suporte aos filhos quem iniciou o processo de divórcio. No entanto, alguns mediadores são relutantes em trazer informações legais. As incertezas sobre estar adentrando no campo da assessoria jurídica, que é atividade privativa do advogado, geram controvérsias e deixam os mediadores desconfortáveis de intervir em um campo demasiado obscuro eticamente.

Outra forma de nivelar o campo de informação das partes é trazendo terceiros ao processo para contribuir com as informações que faltarem, podendo ser contadores, engenheiros ou tributaristas, esses profissionais oferecem informações especializadas que podem contribuir para a tomada de decisão que sejam satisfatórias em longo prazo. Não é raro encontrar casos de divórcio em que as partes dividem os bens somente calculando seu valor imaginário de mercado, mas sem contar que alguns bens tendem a depreciar com o tempo (veículos), enquanto outros tendem a valorizar (imóveis). Uma divisão sem as informações corretas pode fazer com que uma das partes acabe decidindo ficar com bens que somem o mesmo valor em comparação ao do outro disputante, mas bens que depreciam, enquanto o outro recebe bens que valorizam. Em uma situação como esta, um administrador de bens ou contador poderia auxiliar na melhor maneira de dividir os bens levando em conta esses fatores específicos.

1.2.3 Equidade processual

A *equidade processual* se refere à justiça do processo, necessária para alcançar um resultado mediado. A promoção de procedimentos como a confidencialidade e o limite nos relacionamentos profissionais

ou pessoais do mediador com os clientes facilitam acordos que são mais justos e mais satisfatórios para os disputantes.

Para a psicologia e a advocacia, o dever de confidencialidade é, por exemplo, uma *conditio sine qua non* e um imperativo ético para o profissional. O bom exercício do ofício, ou seja, para que se possa exercer a terapia, consultoria ou representação jurídica, requer a promessa e efetiva proteção daquilo que o paciente ou cliente confia ao profissional. O profissional é acionado, pois alguém está vulnerável e necessita de um terceiro para tratar a vulnerabilidade (mental ou jurídica, por exemplo). O profissional tem o dever de manter em sigilo o que conheceu através do ofício e também a prerrogativa de não ser forçado a quebrar esse sigilo em juízo. Sem essa relação profissional, não é possível exercer o ofício, pois as ressalvas dos disputantes, decorrentes do temor de que as informações sejam tornadas públicas, ou usadas contra a própria pessoa que confia, impedem o profissional de prover o devido serviço.

Nos códigos de ética, o dever de confidencialidade é figura recorrente, com importante destaque para que o mediador zele pelas informações de seus clientes e não as revele ou publicite, tanto informalmente (para familiares, colegas, cônjuge), quanto em conversas formais (com outros clientes ou mesmo perante o juízo que lhe convoque como testemunha).

Como profissão, a mediação ainda precisa encontrar seu lugar ao sol em relação à confidencialidade. Por ser uma classe jovem nas sociedades ocidentais, a mediação não tem reconhecimento, como em outras profissões, sua relevância e essencialidade para uma cultura solidária e uma sociedade colaborativa. Somente a título de exemplo, as relações médico-paciente, psicólogo-paciente e advogado-cliente são semelhantes à relação mediador-disputantes. O ofício do mediador é tão relevante para a construção de uma sociedade com relações harmoniosas, quanto as profissões citadas acima. O médico é o profissional procurado quando uma pessoa sofre de uma doença ou procura a saúde de seu corpo. O psicólogo é procurado quando um indivíduo sofre de um mal em seu aparelho psíquico ou em suas relações pessoais. O advogado é procurado quando uma pessoa sofre uma agressão social ou individual a seus direitos ou necessita de uma consultoria ou assessoria sobre assuntos jurídicos, e, finalmente, o mediador é o profissional procurado quando uma pessoa ou grupo de pessoas sofre de dificuldades em encontrar a paz e equidade em um relacionamento conflituoso. Semelhante ao lugar do médico, do psicólogo e do advogado, não é possível ao mediador exercer a

profissão sem a confiança total da pessoa que confia o que lhe perturba. A abrangência do dever e do direito de confidencialidade do mediador encontra as mesmas dimensões dos deveres e direitos do médico, psicólogo e advogado, por exemplo. A criação de um regime que ofereça proteções fortes à confidencialidade é importante para a confiança das partes, entre si e no mediador. Somente com essa confiança as partes podem revelar seus pensamentos, emoções e sentimentos, desejos, expectativas e vulnerabilidades, necessários para uma construção colaborativa da solução almejada. O processo de mediação depende do sigilo profissional. No entanto, quais seriam os momentos em que caberia ao mediador quebrar esse sigilo?

Waldman aponta duas circunstâncias nas quais seria necessário publicizar algum conteúdo apresentado na mediação, quais sejam: para corrigir um mal ocorrido no passado ou para prevenir que um mal ocorra no presente ou no futuro. Na primeira circunstância, a quebra da confidencialidade serve para corrigir algo de errado ocorrido durante um processo de mediação anterior, por exemplo, no caso de um mediador desonesto ameaçar ou coagir a parte a assinar um acordo injusto, ou no caso de uma parte cair no conto de um golpista e ser enganado. Como essas partes irão provar que foram vítimas no processo se não é possível divulgar o que houve durante a mediação? As legislações estadunidenses reconhecem esses problemas e oferecem algumas ferramentas às partes para a reparação dos danos causados, tanto por mediadores ou instituições que oferecem esses serviços, permitindo a quebra do sigilo e abertura de todo tipo de documentação do processo de mediação, quando essas evidências de má conduta sobrelevarem a proteção do sigilo da profissão e a manutenção da confidencialidade.⁴³

Os códigos americanos já se posicionam favoráveis à quebra do dever de confidencialidade do mediador quando este preveja um mal futuro, por exemplo, quando as partes planejem cometer um crime, causar sérios danos físicos ou colocar em riscos significantes e imediatos a outrem. O nó górdio a ser desatado pelo mediador com relação à quebra do sigilo que envolve seus clientes resta em sopesar a ética e a deontologia, isto é, verificar se os deveres deontológicos não agredem algo que lhes é anterior e fundamental, a ética. Os deveres da profissão existem como uma aplicação especializada da ética que rege as relações entre todas as pessoas. Com relação ao trauma ético entre mediador e as partes frente à quebra do sigilo, a melhor maneira de evitar surpresas é explicar detalhadamente, na pré-mediação e sua

⁴³ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 228-234.

abertura, as lacunas do dever de confidencialidade, principalmente enquanto esses pressupostos profissionais ainda não forem de conhecimento comum na sociedade.

O dever de imparcialidade se encaixa dentro da equidade processual e é também um aspecto crucial dentro da deontologia da mediação. A capacidade de uma pessoa tratar de seus conflitos advém, em parte, da segurança que ela sente na observação desinteressada do mediador em relação ao conflito levado à mesa, ou seja, que o mediador não tentará impor sua ideologia, ou ser tendencioso para determinado resultado do processo. Um *conflito de interesses* faria com que o mediador jogasse a favor de ou contra um interesse levado à mesa. É dever do mediador ser imparcial e neutro, não aliando-se a uma das partes em seu favor (imparcialidade) e indiferente ao resultado do processo (neutro). Ele deve evitar pré-julgar as partes com base em sua ideologia, permitindo que a mediação flua de forma que elas cheguem a uma tomada de decisão livre de manipulações subjacentes por parte dele, na ausência de interesse em um resultado específico ou de alianças expressas ou tácitas com uma ou mais partes.

Vezzulla, ao abordar o dever de imparcialidade e de neutralidade, que prefere chamar de *isenção*, aponta um limite que os mediadores apreendem já em seus cursos de formação, de que esta isenção pura é uma meta impossível. O mediador é uma pessoa no mundo, sujeito de um aparelho psicológico sobre o qual não tem domínio total, influenciado por forças inconscientes que lhe trazem memórias, temores, alegrias e mais uma miríade de emoções e sentimentos que estão fora do controle da pessoa mediadora. Entretanto, a formação do mediador não lhe promete aquele lugar existencial inalcançável, mas deve lhe preparar para, durante a mediação, realizar um “trabalho de auto-observação para evitar interferir com seus pensamentos, valores, critérios e possíveis soluções no trabalho dos mediados [...]”⁴⁴ e, após a mediação, contar com o monitoramento de outros profissionais para verificar o quanto seus limites pessoais vêm lhe influenciando na profissão.

1.2.4 Equidade Substantiva

A *equidade substantiva* trata da justiça do resultado. Enquanto para alguns mediadores a lei formal e a jurisprudência incorporam importantes noções de justiça, para outros os valores das partes

⁴⁴ VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*. Florianópolis: Habitus, 2006, p. 89.

envolvidas e seus sistemas de crenças são os itens mais relevantes para determinar o quanto o resultado é substancialmente justo. Neste campo, ressalta Waldman, restam muitas preocupações por conta dos estudiosos, pois alguns afirmam que os mediadores deveriam se preocupar com as questões de justiça das decisões tomadas pelas partes. Enquanto outros afirmam serem os tribunais e juízes os únicos situados no lugar de determinar o que é justo e que os mediadores não têm nem uma autoridade institucional, nem a perícia para tais julgamentos, portanto esse valor estaria fora da competência de atuação do mediador.⁴⁵

Para a autora, existem fortes tensões entre esses valores *que fundamentam* as ações do mediador e a meta de ajudar os disputantes a encontrar suas necessidades e interesses. O intercâmbio e sopesamento dos valores são inevitáveis nos esforços do mediador para alcançar o meio termo ético. Apesar dos componentes exatos da tomada de decisão autônoma nunca terem sido totalmente definidos, as decisões nunca podem ser totalmente autodeterminadas a não ser que sejam razoavelmente informadas, isto é, quem for tomar a decisão deve entender os riscos e benefícios que tal decisão implica.⁴⁶

Neste ponto entramos no campo das tensões entre os valores da mediação, caracterizadas como as inconsistências entre os valores. Tais inconsistências refletem inclusive entre códigos e entre suas próprias seções. O mediador, portanto, precisará adotar uma prática de *concessões* entre valores e trocas no momento da decisão ética, ou seja, não é possível dar voz e expressão plena a cada valor em cada caso.

Pensemos em um caso hipotético, não raro de encontrar nas mesas de mediação, também levantado por Waldman, e que pode produzir, nos mediadores mais reflexivos, diversas dúvidas em como agir. Imaginemos um mediador, atuando em um caso de divórcio, no qual um marido está fazendo demandas financeiras agressivas e a esposa está aderindo passivamente a elas. O marido quer uma divisão de 75-25 por cento, dizendo que ele tem direito à maior parte, pois ela está ansiosa por recasar. Devido ao regime de comunhão de bens, o mediador sabe que nenhum tribunal concederia ao marido esse pedido, ele dividiria os bens na metade. Um caso comum e simples, que poderia levantar dúvidas ao mediador, tais como: *eu deveria falar com as partes sobre as posições comuns dos tribunais? Como eu poderia melhor desenvolver a autonomia de cada um dos disputantes? Cada um está*

⁴⁵ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 5-6.

⁴⁶ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 15.

operando com o mínimo de informações? O quão preocupado eu deveria estar com a atual divisão dos bens? Se eu tiver dúvidas sobre o acordo proposto, o que devo fazer? Se o mediador observar os códigos de ética que se fundamentam no princípio da autonomia das partes, então caso a esposa queira abdicar de algo que é seu por direito, por qualquer razão, seria uma postura consistente lhe permitir isto. Mas alguns códigos dizem que o mediador pode se retirar da mediação se acreditar que o acordo alcançado for resultado exagerado ou inadmissível, e talvez o marido esteja exagerando. Já alguns mediadores estariam autorizados, por seguir modelos mais diretivos ou códigos específicos, a prover aos participantes informações que está qualificado para fornecer (por treinamento ou experiência profissional). Isso pode levar o mediador a concluir que se ele é um advogado, seja-lhe permitido dar uma informação jurídica sobre como a jurisprudência tem tratado a questão. Entretanto, provendo esse tipo de informações ele ameaça abandonar a neutralidade e se transformar em um conselheiro jurídico, e tanto os códigos do CNJ, CONIMA, FONAME e mesmo o *Model Standards* deixam claro que misturar o papel de um mediador com o de outra profissão é problemático.

Estas tensões entre promover a autonomia de uma parte e preservar a equidade processual e substantiva claramente emergem se o mediador *sugerisse* à esposa buscar por informações jurídicas de um advogado. Se a esposa perguntar diretamente por qual tipo de divisão um tribunal decidiria, e se o mediador fosse capaz de responder, ele poderia fornecer esta informação? Caso o mediador decida dar prevalência à autonomia da vontade da parte do marido e da mulher (abrindo mão do que pode ser seu por direito), cede à equidade processual. Estas questões perturbam qualquer mediador que se importe com a qualidade de seus casos, na medida em que atua para ajudar cada uma das partes.

Existe uma grande amplitude de ações aceitáveis para o mediador ao tentar agir eticamente, por exemplo: perguntar à esposa se ela consultou um advogado, ou sugerir à esposa para consultar a um advogado, ou mesmo discutir, em uma reunião conjunta, as leis que sugerem as decisões judiciais de 50-50. Para Waldman, estas seriam posturas que muitos mediadores especialistas poderiam tomar frente a uma situação de impasse.⁴⁷

Para a autora, um mediador que impõe seu acordo preferido está claramente sendo demasiado diretivo, mas em geral os mediadores

⁴⁷ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 16.

operam perguntando cautelosamente para as partes, acenando para seus direitos de modo a ter certeza que eles estão entendendo completamente do que estão abrindo mão com tais renúncias e o quanto elas podem afetar seus próprios interesses a longo prazo. Finalmente, caso a perturbação com o resultado substantivo seja tamanha que não a considere aceitável, o mediador pode sair da mediação. Desde a perspectiva transformativa, estes questionamentos estariam ainda mais deslocados, pois não caberia ao mediador julgar tais questões pelas partes, e tais medidas ultrapassariam a função do mediador por ser demasiadamente diretivo, exportando seu sistema de crenças ou uma moral social (incluindo a do sistema jurídico) para as partes envolvidas.

Dar suporte a autonomia da vontade é, obviamente, uma postura ética desejável, principalmente quando as partes fazem escolhas que foram pensadas profundamente, bem informadas e que produzem bons resultados. Entretanto, surgem dúvidas quando essas escolhas parecem não atender bem aos interesses das partes a longo prazo, ou quando estão mal informadas, ou ainda decisões que tendam somente a atender aos interesses de uma das partes. Nesse momento há um conflito entre respeitar a autonomia da vontade, como valor precípuo da mediação, em detrimento da equidade substantiva da decisão, outro valor fundamental, e encontrar uma solução a esses valores em competição.

Nessas questões, os códigos de ética nacionais e estrangeiros mantêm-se oblíquos sobre como proceder para respeitar a autonomia das partes e também agir de forma que o consentimento informado sobre a decisão esteja presente. Neste ponto, podemos falar no tipo de responsabilidade a que está sujeito o mediador. Em geral, sua responsabilidade é semelhante à do advogado, uma responsabilidade de meio, ou seja, ele é responsável pelos movimentos da mediação, por ser prudente com os valores e cuidadoso com as partes. Sua responsabilidade não é de fim, ou seja, sobre o resultado, pois não cabe a ele decidir sobre o conflito. A análise, convencimento e decisão final são de cada parte. A atitude responsável do mediador implica em, quando for apropriado, lembrar às partes sobre a importância de consultar outros profissionais para conseguirem as informações necessárias.

Mas se a única forma de as partes conseguirem (ou quiserem) as informações for através do mediador? O que ele deve fazer? Um exemplo comum, apontado por Waldman, é o caso das partes que, não tendo uma clara noção da realidade das suas opções ou mesmo da jurisprudência sobre o tema, rejeitam um acordo e decidem tentar sua sorte no Judiciário. Elas podem estar muito otimistas sobre o que a

litigância pode trazer, sem entender os mecanismos procedimentais, a capacidade reparadora do Judiciário, o custo em dinheiro, tempo e traumas envolvidos. O mediador poderia melhorar o entendimento das partes oferecendo seus conhecimentos sobre as normas legais envolvidas e como elas poderiam se aplicar na sua situação, mas nesse caso, fornecer essas informações legais e discutir como essas informações afetam o mérito e a validade jurídica do acordo transporá o lugar do mediador para o de advogado. Se um advogado atuando como mediador e, nesta função de mediador presta uma consultoria ou assessoria jurídica, já constitui um problema ético, a problemática será ainda maior para aqueles que não têm uma inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, remetendo ao exercício ilegal da advocacia. O ofício do mediador é substancialmente diferente de qualquer outro ofício profissional e misturar esses ofícios, como já foi afirmado, é problemático. Os códigos de ética brasileiros pouco desenvolvem esses pontos e de certa forma pouco podem ajudar sobre como lidar com os casos difíceis. O *Model Standards*, da mesma maneira, não consegue auxiliar nessas questões e silencia principalmente no que concerne à equidade substantiva.⁴⁸

A questão da responsabilidade do mediador frente ao resultado de um processo de mediação em que as partes estejam mal informadas (de acordo com a experiência do mediador, jurisprudência ou mesmo o assessoramento de um profissional desqualificado) ou não desejem buscar informações, perpassa questionamentos sobre o quanto o movimento de resolução alternativa de conflitos pode ser uma *justiça de segunda classe*, utilizada por aqueles que não podem pagar por um processo judicial.

As respostas para esta questão de responsabilidade sobre o resultado passam por se questionar os fatos presentes no caso e a corrente filosófica seguida pelo mediador. Factualmente o mediador vai verificar: (a) se as partes estão devidamente representadas por um advogado ou outro especialista que possa lhe fornecer as informações necessárias; (b) que tipo de informação está faltando e se ela é materialmente necessária para o entendimento das consequências da solução; e (c) quais seriam as consequências de o disputante entrar em um acordo, ou se retirar da mediação para outro meio de resolução do conflito. Quem sairia prejudicado e o quão prejudicial seria essa tomada de decisão? As possíveis respostas para essas questões em casos concretos subjazem na corrente filosófica seguida pelo mediador. O

⁴⁸ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 114-115.

conflito, as metas e mesmo a função do processo de mediação mudam de acordo com a corrente teórica. Um mediador da linha *facilitativa* se sentirá desconfortável em prover informações sobre sua visão alternativa do acordo. Pode fazer perguntas sobre o que as partes imaginam que irá acontecer se forem pelo caminho de determinado acordo ou se decidirem ir a um tribunal, mas não sairá de seu papel neutral para não afetar a substância da negociação. Portanto, para um mediador facilitativo, o equânime se baseia estritamente nas escolhas das próprias partes.⁴⁹

Na linha de mediação *avaliativa*, o mediador sente-se confortável em expressar para as partes o seu conhecimento legal e jurisprudencial. As partes, de certa forma, buscam esse tipo de mediação pelas especialidades em determinadas áreas do mediador e estão dispostas a ouvir sua opinião. Os limites éticos que acompanham essa perspectiva estão ligados à mistura de papéis que o mediador ocupa ao trazer informações de outros campos. Pois se um mediador, mesmo sendo advogado (com inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil) provê informações, estaria saindo de um papel de mediador e atuando como um advogado em uma consultoria e isso implica em uma mudança no panorama deontológico, pois estará partindo para o campo dos deveres e prerrogativas do advogado. Havendo mais advogados à mesa, por exemplo, cada um representando uma parte, esse mediador que passa a advogar, mesmo em uma atividade de consultoria, entra em conflito com os patronos das demais partes e acaba cometendo infrações disciplinares da advocacia por prestar esse serviço quando a parte já possui um advogado constituído. Em um caso como esse, seria mais adequado fazer um contrato de advocacia colaborativa e atuar dentro desse ramo, antes de ir ao Judiciário ou atuar em uma zona cinzenta da mediação.

Mediadores da linha *transformativa* consideram a busca pelo consentimento informado uma ladeira escorregadia para o problema da superproteção das partes, pois um desejo exagerado do mediador pela busca de informações pelas partes sobrepõe um ponto que é a escolha das partes sobre a quantidade de informação que elas querem para decidir sobre o conflito, ou parte dele. Da mesma forma que um mediador avaliativo pode chamar a atenção das partes sobre a quantidade e qualidade de informação que eles necessitam para a tomada de decisão, o mediador transformativo, na mesma esteira, pode fazer esse questionamento, no entanto, evitando, como Bush e Folger

⁴⁹ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 122-123.

alertam, cair em uma armadilha de *proteger as partes delas mesmas* e assim sair da perspectiva de empoderamento para uma perspectiva de desempoderamento.⁵⁰

Por fim, para o modelo *narrativo* a informação legal e jurisprudencial é um tipo de dado que não necessariamente direciona à equidade substancial. Ela não é descartada, mas possui um papel na mediação somente como um indicador do que o pensamento hegemônico da sociedade está postulando como moralmente correto. A moral social, representada pelo aparato legal, juízes e toda a estrutura judiciária, não carrega um monopólio especial no que concerne à equidade entre as partes e muitas vezes carrega um discurso potencialmente opressor no sentido de um poder público moldando e direcionando o sentido de existência social, familiar, econômica e, inclusive, privada. Portanto, um mediador narrativo não prestará informações legais e no que diz respeito à lei, ela é um mecanismo de poder que tem um grau de autoridade sobre as partes e será levada em conta na medida em que as partes a considerem necessária.⁵¹

Waldman propõe uma classificação baseada na postura do mediador frente às normas sociais e sua relevância para o resultado da mediação, qual seja: (a) um *modelo gerativo da norma* (*norm-generating model*); (b) um *modelo educativo da norma*; e (c) um *modelo advocativo da norma* (*norm-advocating model*).

No primeiro modelo, gerativo da norma, o ofício do mediador é encorajar as partes a elas mesmas decidirem o que é mais justo, equitativo e sensato ao seu caso, dando ênfase ao potencial da mediação de permitir às partes que sua interpretação, valores e julgamentos sejam soberanos. Trazer normas externas e jurisprudência afastaria as partes de sua função criativa e empoderadora. O modelo gerativo se enquadra melhor em questões em que a substância resultado da mediação importe menos do que as metas de elevar a autonomia das partes e preservar os relacionamentos: casos privados, sem transcendência para a esfera pública ou em que não exista um consenso social estabelecido acerca da temática privada em tratamento. Nesses casos o mediador não precisa carregar o peso usual das profundas preocupações sobre a equidade, legalidade ou moral social sobre o resultado do processo.⁵²

⁵⁰ BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The Promise of Mediation*, p. 213-214.

⁵¹ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 123-124.

⁵² WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 124-125 e 128-129.

O segundo modelo, educativo da norma, também está comprometido com a autonomia das partes, no entanto essa autonomia pode ser mais bem alcançada quando o julgamento for feito com mais informações sobre a legislação e jurisprudência relacionadas com o caso, sobre os riscos e benefícios de um acordo produzido na mediação ou dos riscos e benefícios de levar o conflito ao Judiciário, além de outros tipos de informações ligadas a outras áreas, como, por exemplo, a contabilidade, psicologia ou engenharia civil. Da mesma forma, a substância do resultado não afeta diretamente a trama social ou interesses daqueles que não estão à mesa. Os “[...] mediadores, neste modelo, não insistem para que as partes adotem as normas sociais ou legais apresentadas. Entretanto, eles apresentam a informação para enriquecer a deliberação das partes.” Assim, quando são informadas pelo mediador da existência ou teor de normas que protegem uma ou ambas as partes de exploração ou abuso, elas podem tomar uma decisão melhor informada sobre algo que afetará suas necessidades.⁵³

Finalmente, no modelo advocativo da norma, o cálculo dos benefícios privados e danos públicos é diferente e o ofício do mediador é assegurar que as normas associadas ao conflito (éticas, políticas ou legais) sejam levadas em consideração, respeitadas e tomem expressão na substância do resultado da mediação. Nesse caso, legislações ambientais ou que protegem minorias seriam utilizadas pelo mediador para estruturar as negociações, assumindo que essas contêm julgamentos importantes de como tratar o ambiente ou as minorias em questão. O resultado da mediação não deve se afastar muito das normas sociais, éticas ou políticas que são essenciais para a constituição social, portanto, nesse modelo, o que diz respeito à neutralidade e imparcialidade fica em segundo plano. “A autonomia das partes e as habilidades facilitativas do mediador são, ainda assim, importantes nesse modelo, porque boa parte das normas sociais e legais é articulada em um alto grau de abstração.”⁵⁴

No entanto, reduzir a mediação à legalidade a descaracteriza como processo de respeito à singularidade das partes, criatividade e contextualização do conflito. Além disso, há o risco de que, ao fim, a mediação não seja mais um mecanismo adequado de resolução de conflitos, mas um perigoso mecanismo de imposição privada de interpretações da norma legal, sem as proteções do devido processo legal.

⁵³ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 125-126.

⁵⁴ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 126-127.

Com clareza Waldman aponta que as normas sociais, especialmente aquelas incorporadas pela lei, constituem importantes guias para o comportamento humano. Observando desde esse prisma, a lei perde seu caráter dogmático e tem uma função pedagógica para as pessoas sobre questões consideradas socialmente relevantes. Normas legais podem ser úteis, principalmente quando existem relações de poder extremamente desequilibradas, para delinear o conjunto mínimo de obrigações devidas a quem tem menos poder material na relação. Entretanto, as leis não fazem justiça em cada caso individual e aí está a oportunidade que a mediação oferece de reorientar as negociações ao redor das necessidades e interesses idiossincráticos das pessoas.⁵⁵

A escolha do modelo de mediação é do mediador, enquanto alguns mediadores seguem uma linha de mediação específica e se atém à sua base filosófica, outros escolherão o modelo que melhor se enquadrar ao caso.

1.3 A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS E SEU DEBATE DEONTOLÓGICO

Nesta segunda sessão do capítulo, analiso as singularidades da mediação de conflitos ambientais e o debate que tem se constituído em torno de sua deontologia. Semelhante à primeira parte, utilizarei autores brasileiros e estadunidenses na investigação, no entanto, aqui a prevalência será dos segundos, pois sua experiência, teorização e levantamento de dados é incontavelmente superior à nossa. Além do setor privado, o setor público estadunidense conta, em sua *Environmental Protection Agency* (EPA, Agência de Proteção Ambiental), com um Centro de Prevenção e Resolução de Conflitos ambientais que disponibiliza mediadores e facilitadores públicos e indica canais de profissionais privados.⁵⁶

Quando levamos a sério as questões ambientais e a busca pelo respeito à natureza, não resta dúvida que todo método que possa produzir melhores resultados para os envolvidos no conflito deve ser levado em consideração.

⁵⁵ WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 25-26.

⁵⁶ USA, (United States of America), Environmental Protection Agency – EPA. Conflict Prevention and Resolution Center. *Find a Mediator or Facilitator*. Disponível em: <http://www.epa.gov/adr/cprc_thirdparties.html> Acesso em: 2 jan. 2014.

A mediação como abordagem de administração de conflitos sobre questões ambientais já conta com alguns anos de história e desenvolvimento nos EUA, com processos documentados de mediação neste campo datando de 1974. Tendo suporte da EPA, de acordo com O'Realy e Bingham, desde o início a utilização da mediação passou de centenas de casos para milhares.⁵⁷

A título de exemplo sobre a importância e a utilização do método nos EUA, O'Leary, em 1995, realizou uma reconstituição do discurso dos autores da mediação ambiental, enfocando nas *evidências empíricas*. Naquela pesquisa se observou que muito do que se pensava e dizia sobre a mediação ambiental se baseava em *sabedorias* extraídas de poucos casos em que mediadores participavam ou de seus levantamentos de informação de participantes após o processo. As perguntas que a autora se fez foram: o que nós pensamos que sabemos sobre mediação ambiental e como sabemos o que sabemos?⁵⁸ A partir dali ela escrutinou cada uma das características da mediação ambiental e verificou seus pontos fracos em termos de evidências empíricas. Quase dez anos depois, pesquisando e levantando evidências, a autora aponta os sucessos da mediação ambiental e os novos desafios para os dias atuais. Um destes desafios é o processo de avaliação das mediações, no sentido de deixar de considerar que os casos só são bem sucedidos quando as partes chegam a um acordo, mas também levar em conta os resultados positivos advindos do processo mediativo, por exemplo, a construção de saber e da relação entre as partes. Outra proposta de Bingham, Fairman, Fiorino e O'Leary é que o foco do resultado da mediação deve estar mais na proteção do meio ambiente e menos na busca do acordo entre as partes.⁵⁹

Por outro lado, no Brasil, não temos uma experiência de mediação ambiental. Encontramo-nos em um estágio de análise

⁵⁷ O'LEARY, Rosemary; BINGHAM, Lisa B. *The Promise and Performance of Environmental Conflict Resolution*. Washington: Resources for the Future, 2003, ix-xviii (foreword).

⁵⁸ O'LEARY, Rosemary. Environmental Mediation: What Do We Know and How Do We Know It? In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts*, p. 17.

⁵⁹ BINGHAM, Lisa B.; FAIRMAN, David; FIORINO, Daniel J.; O'LEARY, Rosemary. Fulfilling the Promise of Environmental Conflict Resolution. In: O'LEARY, Rosemary; BINGHAM, Lisa B. *The Promise and Performance of Environmental Conflict Resolution*. Washington: Resources for the Future, 2003, p. 329-351.

conceitual e amadurecimento da sua ideia. Neste campo a professora Samira Iasbeck de Oliveira Soares é uma pioneira nos estudos. Enfocando na utilização do método para conciliar as novas perspectivas de governança da água doce no Brasil, a obra de Soares é um oásis no deserto da mediação ambiental.⁶⁰ A autora reconstitui, em seus estudos, as justificativas para a utilização da mediação ambiental, principalmente apontando as desvantagens do uso dos métodos tradicionais de resolução de conflitos, baseados na litigância, na qual as pessoas tomam decisões à longa distância e as pessoas diretamente envolvidas no conflito não têm parte no processo.

A mediação ambiental, para Soares, é consonante com as novas abordagens de governança da água doce no Brasil. De acordo com a autora, na *governança tradicional*, caracterizada por uma abordagem em que há uma clara diferenciação setorial, o poder é exercido de forma autoritária, baseado em instrumentos de comando e controle e na formulação e imposição de leis de cima para baixo. Enquanto a nova abordagem da governança, mais participativa, envolve atores públicos e privados, de forma que os processos de tomada de decisão sejam construídos numa perspectiva também de baixo para cima.⁶¹

1.3.1 O discurso em torno dos conflitos ambientais

Na medida em que as questões ambientais emergiram nas últimas décadas, apontando um limite aos pilares econômico e moral, base do progresso social moderno, e muitas pessoas foram se dando conta das consequências de diversas ações humanas na natureza, os modelos de resolução de conflitos começaram a ser aplicados para tentar responder aos mal-estares socioambientais que lhes acompanhavam. Os conflitos ambientais, semelhante aos conflitos interpessoais, há muito tempo nos acompanham, entretanto a perspectiva que temos deles hoje é muito mais marcante e contínua do que em outros tempos. O movimento ambientalista e o decorrente trabalho de educação fez crescer esta perturbação sobre os impactos em longo prazo do desenvolvimento e sobre o que as pessoas sofrem e sofrerão no futuro por diversas decisões

⁶⁰ SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais: um novo caminho para a governança da água no Brasil?* Curitiba: Juruá, 2010. 197 p.

⁶¹ SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais*, p. 34-35.

tomadas no presente. A vida e cada modo de vida adotado tem um custo ambiental que antes não era levado em conta com seriedade.

A educação ambiental entrou em cena no sentido de promover a reflexividade social acerca da complexidade das questões ambientais, no entanto, a mudança paradigmática é lenta e dificultosa. Como asseveram Letícia Albuquerque e Renata de Mattos Fortes, mesmo com esforços de produzir um trabalho de educação ambiental avesso ao *adestramento ambiental* da sociedade (Brügger), seguindo de uma legislação própria sobre o tema, Lei n. 9.795/1999⁶², a educação ambiental encontra grandes resistências de implementação na sociedade brasileira. As autoras refletem:

[...] mesmo com dez anos de vigência desta legislação o que percebemos é sua ineficácia em praticamente todos os níveis de ensino, fomentada pelo Governo Federal, que nos últimos anos vem promovendo o desmanche do sistema de proteção do meio ambiente no país, através do sucateamento dos órgãos de fiscalização, concessão de licenças ambientais ilegais, divulgação de informações ambientais inverídicas e falta de políticas públicas que priorizem a cidadania, reproduzindo um comportamento clientelista e corrupto que se mantém, mesmo em um regime democrático, justamente pela falta de controle social e educação voltada para a formação de um pensamento crítico.⁶³

A produção de um saber crítico ambiental, em conjunto com uma expectativa de educação ambiental da parte de diversos grupos e pessoas envolvidas com o movimento ambientalista, em contraposição aos interesses econômicos desvinculados do respeito ambiental, geram, ainda mais, o fenômeno da conflitividade ambiental. Tal perturbação

⁶² BRASIL. *Lei nº 11.340, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 12 jan. 2014.

⁶³ ALBUQUERQUE, Letícia; FORTES, Renata de Mattos. Ecologismo do ensino: da teoria à práxis. In: RODRIGUES, Horácio W.; DERANI, Cristiane (Orgs.). *Educação Ambiental*. Florianópolis: FUNJAB, 2011. Disponível em: <http://funjab.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2012/10/VD_Educacao-Ambiental-FINAL-24-07-2012.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014, p. 66.

sobre nossa condição ambiental se tornou visível e foi introduzida, pouco a pouco, na estrutura judicial para buscar resolução. Os custos da litigância se tornaram elevados em decorrência das características dos conflitos ambientais: policêntricos, envolvendo interesses públicos, muitas vezes difusos, diversos grupos e interesses diversos, de complexidade técnica; e presos ao binômio tempo *versus* urgência.

Podemos dizer que os conflitos ambientais surgem quando uma ou mais partes envolvidas em um processo de tomada de decisão discordam sobre ações que tenham potenciais impactos no ambiente. Cria-se um beco sem saída quando uma destas partes é capaz de bloquear esta ação de qualquer um dos demais.⁶⁴ No Brasil diversas disputas ambientais entraram em evidência, no entanto, as formas de resolução dos conflitos foram desde a gritaria em manifestações públicas e piquetes, até toda sorte de ações no Judiciário, almejando solucionar o mal-estar das pessoas. As questões envolvendo Belo Monte, os seringueiros e o caso de Chico Mendes, o caso de Cubatão, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Itaipu, são alguns poucos exemplos de conflitos em que a insatisfação social sobre decisões que envolviam o ambiente e os grupos a eles relacionados não conseguiram um espaço propício para a resolução da disputa.

Os conflitos ambientais têm uma continuidade e abrangência que dificulta sua delimitação, em geral podem tratar de problemas amplos e encontram a seguinte tipologia: os denominados de *upstream conflicts* (conflitos corrente/rio acima), quando envolvem criação de políticas públicas, regulamentação e planejamento, por exemplo; os intitulados *midstream conflicts* (conflitos da correnteza), quando envolvem permissões e cumprimento de medidas administrativas já existentes; e os nominados de *downstream conflicts* (conflitos corrente/rio abaixo), envolvendo a litigância ambiental tradicional, por exemplo, a localização de grandes indústrias ou instalações, alocação ou distribuição de recursos naturais.⁶⁵

⁶⁴ BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts: theory and practice*. Westport: Quorum Books, 1995, p. 1-2.

⁶⁵ EMERSON, Kirk; NABATCHI, Tina; O'LEARY, Rosemary; STEPHENS, John. The Challenges of Environmental Conflict Resolution. In: O'LEARY, Rosemary; BINGHAM, Lisa B. *The Promise and Performance of Environmental Conflict Resolution*. Washington: Resources for the Future, 2003, p. 4.

Bacow e Wheeler lembram que muitas disputas ambientais surgem porque as pessoas têm diferentes visões sobre o que constitui uma boa política para o ambiente.⁶⁶ A implantação de uma represa, de uma usina hidroelétrica ou nuclear, o estabelecimento de uma grande indústria e a poluição que lhe acompanha ou a constituição de uma reserva ambiental em determinado local, envolvem relações dinâmicas e tendem a gerar muitas preocupações sobre os riscos, probabilidades e resultados às diversas pessoas por elas afetadas. No mesmo sentido, Ildemar Egger reflete sobre a polissemia do conflito ambiental:

Frente a tal mundo de significações, tem-se que renunciar à qualquer fantasia essencialista em torno do caráter intrínseco, substancial do conflito ambiental e do valor de sentido do meio ambiental, como o valor do meio ambiente pode mudar segundo as normas ou os juízos de valor, que são conceitos elaborados socialmente, cujo objeto é o da regulamentação social e não necessariamente o controle ambiental. [...] é preciso levar em consideração o fato de que grande parte das controvérsias ambientais se converte em problemas sociais, éticos e políticos; problemas de justiça social: como a economia social dos sub-usos de água pura, em lugar de versar sobre o valor global da água pura.⁶⁷

Além de terem opiniões diversas, pode ocorrer dos oponentes terem somente informações parciais sobre os impactos causados pelos empreendimentos. Não raro também quando, observando os mesmos dados, pessoas acabam tendo conclusões totalmente diferentes do que eles representam. Mesmo em um cenário ideal no qual as pessoas estejam suficientemente informadas, seria um engano crer que o conflito desapareceria por completo. Bons técnicos e informações científicas precisas não são necessariamente a solução para os conflitos ambientais. Pela experiência de Bacow e Wheeler, estes dados acabam se tornando mais munição para as partes na contenda.⁶⁸

⁶⁶ BACOW, Lawrence S.; WHEELER, Michael. *Environmental Dispute Resolution*. New York: Plenum, 1984, p. 5.

⁶⁷ EGGER, Ildemar. *Cultura da paz e mediação: uma experiência com adolescentes*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, p. 108-109.

⁶⁸ BACOW, Lawrence S.; WHEELER, Michael. *Environmental Dispute Resolution*, p. 9-10.

No mesmo sentido, Soares assevera que os conflitos ambientais ultrapassam os dilemas técnicos e recebem uma grande carga cultural:

Conflito e ambiente, os objetos constituintes do ambiente vão além da matéria e da energia, eles são também culturais e históricos e, por isso, temas importantes (como a escassez dos recursos naturais) devem ser vistos juntamente com a escolha de “o que” e “como” utilizar.” [...] disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural.⁶⁹

Este é um fator relevante a levarmos em consideração, que os métodos cooperativos têm uma boa adequação para a resolução de muitas disputas ambientais, porque permitem a manifestação de questões subjacentes ao conflito e abrem espaço para que os aspectos culturais estejam envolvidos na construção das soluções. A participação social, do discurso da nova governança, pode promover uma forma de aprendizagem social em relação aos conflitos ambientais. O efeito é igual ao da mediação envolvendo interesses privados, o processo de mediação *educa as partes* sobre a importância do reconhecimento da identidade do outro, na mediação ambiental isto possibilita a produção de capacidades e saberes nos envolvidos, com um caráter mais amplo e profundo. Tanto no âmbito da nova governança, quando da mediação ambiental, possibilita a educação ambiental, na medida que, como escreve Paula Brügger:

A valorização e o resgate de outras formas de conhecimento – incluindo as relações dos seres humanos entre si, e destes com seu entorno – é, portanto, fundamental no âmbito da chamada educação ambiental, pois disso depende a construção de uma sociedade sustentável nos mais diversos planos. E um conceito chave neste processo é o de interdependência.⁷⁰

⁶⁹ SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais*, p. 117.

⁷⁰ BRÜGGER, Paula. *Amigo animal: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 124.

Tal interdependência é um conceito chave para o funcionamento da mediação e uma das bases da ética ambiental biocêntrica, como veremos à frente.

1.3.2 O lugar ao sol que a mediação ambiental encontrou (mas não no Brasil)

A mediação ambiental é uma especialização da mediação de conflitos e herda muitas de suas características como técnica cooperativa de resolução de disputas. As partes usualmente são participantes voluntárias, tendo opção de desistir e buscar outro método a qualquer momento. As partes, ou seus representantes, participam diretamente do processo, a terceira parte não tem autoridade de impor um resultado e deve ajudar os disputantes a cooperar e construir suas próprias soluções, ratificadas por todas elas. No entanto, diferente da mediação ordinária, a delimitação sobre as correntes existentes e abordagens dos mediadores se torna nebulosa.

Em decorrência das características dos conflitos ambientais, analisados acima, os mediadores encontram dificuldade em aplicar as teorias tradicionais e principalmente os valores subjacentes da mediação. Os conflitos ambientais tendem a envolver múltiplos grupos e organizações para tomada de decisão; múltiplas questões; complexidade técnica e incertezas sobre a cientificidade das informações; disparidade de poder e recursos entre as partes; por tratar de interesses coletivos ou difusos é comum restar dúvidas sobre a legítima representação que as partes estão tendo por seus interlocutores ou mesmo se à mesa estão todos os interessados naquilo que será decidido; e ainda questões econômicas, públicas e políticas mais amplas subjacentes aos objetos em debate. Além destes pontos, as decisões tomadas podem envolver alterações irreversíveis e fundamentais no ambiente físico.

Susskind conclui que existem cinco ingredientes comuns para negociações mediadas bem sucedidas: a) participação de representantes dos principais interessados que sejam capazes e dispostos de se comprometer com a participação; b) levantamento dos fatos em conjunto; c) negociação frente a frente, tipicamente auxiliada por um mediador imparcial ou facilitador; d) foco na intervenção dos melhores caminhos possíveis para lidar com as diferenças; e) a preparação de um acordo escrito que todas as partes se comprometam a implementar.⁷¹

⁷¹ SUSSKIND, Lawrence. Mediating Public Disputes. *Negotiation Journal*. v. 1, issue 1, p. 19-22, jan. 1985. Disponível em:

Os levantamentos de O'Leary apontam que o sucesso da mediação ambiental se baseia em ter um papel significativo na resolução de grandes conflitos ambientais. É uma interessante alternativa ao uso do Judiciário e do processo legislativo tradicional, por ser um processo mais rápido, com efeitos duradouros, por evitar batalhas destrutivas no Judiciário, levando em conta todos aqueles que têm uma relação com o conflito e porque oportuniza explorar as racionalidades e necessidades dos participantes. Assim, vai ao encontro das expectativas de produzir regras mais balanceadas de forma menos adversarial, com um custo menor que na litigância. Muitas pessoas entendem que a punição imposta pelo Judiciário não resolveria seus problemas, ou seja, não impediria o desmatamento da área que desejam proteger.⁷²

Soares assevera que a descrença no Poder Público, a falta de legitimidade e a ineficácia de sanções e atos unilaterais praticados pela Administração Pública têm levado a uma crescente busca por soluções negociadas e consensuais. Para a autora, na atualidade os instrumentos legais são criados no intuito de rever o estilo *comando-controle* ou estilo tradicional. A autora defende que a mediação provoca o diálogo, a cooperação e a reflexão sobre a relação homem-natureza e serve à construção de um novo paradigma através da *aprendizagem social* de padrões diferentes no relacionamento entre os seres humanos e a natureza.⁷³

Sobre a *estrutura e o processo* da mediação ambiental, O'Leary relata que não existe um consenso ou modelo próprio desenvolvido para os conflitos ambientais e os mediadores pesquisados utilizam várias formas de organizar o processo. No entanto, a corrente teórica por trás da maior parte dos discursos parte do modelo de Harvard que enfoca na busca da satisfação das partes através do trabalho sobre os interesses encobertos pelas rígidas posições das partes.⁷⁴ Alguns princípios que emergem para manejar conflitos ambientais envolvem afirmações do

<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/nej.1985.1.issue-1/issuetoc>>

Acesso em: 19 dez. 2013.

⁷² O'LEARY, Rosemary. Environmental Mediation: What Do We Know and How Do We Know It? In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts*, p. 20-21.

⁷³ SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais*, p. 138.

⁷⁴ O'LEARY, Rosemary. Environmental Mediation: What Do We Know and How Do We Know It? In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts*, p. 22-23.

tipo “para encontrar uma boa solução, precisamos entender o problema” e “planejar uma estratégia pode ajudar a chegar a uma melhor solução.” Assim, fazendo que as partes entendam que elas são donas do processo as leva a ajudar a resolvê-lo.

Alguns limites da mediação de conflitos ambientais são semelhantes aos da mediação ordinária. A má-fé de alguma parte envolvida, a não tomada de responsabilidade sobre o acordo, a falta de recursos para arcar com o procedimento e as influências políticas (limites externos e internos), todos estes são empecilhos para o funcionamento da mediação.

No entanto, os problemas específicos que orbitam ao redor da utilização da mediação ambiental, como método alternativo à tradicional litigância, giram em torno, por exemplo, (a) da delimitação de quais conflitos ambientais podem ser levados a este método, por conta da sua complexidade e por envolverem interesses mais amplos que os privados comumente encontrados nos casos ordinários de mediação. Podemos encontrar interesses compartilhados por uma coletividade específica ou que não sejam possíveis de delimitar agora ou no futuro, difusos; (b) da determinação, escolha e forma de participação dos interessados na demanda; (c) da escolha do mediador, sua função, deveres e responsabilidades, tendo em vista a característica do conflito.

As pesquisas de O’Leary apontaram que a relutância de muitas pessoas e órgãos governamentais em utilizar a mediação ambiental tem várias causas possíveis: não saberem se a negociação ambiental realmente reduz a probabilidade de litigância; o risco da pré-existência de centros de poder que possam enviesar uma regulamentação negociada; a autorregulação de minorias poderosas; os problemas em definir e identificar os interesses afetados; a falta de responsabilização dos grupos peticionantes; a possível evasão da política nacional por conta da descentralização, o tempo e o dinheiro; a possibilidade do processo de mediação tender a redefinir questões ambientais para favorecer interesses pró-desenvolvimento.⁷⁵

Em geral, os temores em utilizar a mediação ambiental se referem às possíveis manipulações que possam ocorrer durante o processo e aos interesses que estão em jogo que podem ser prejudicados caso um acordo não satisfaça os interesses das partes. Tal preocupação é legítima, entretanto abrir a possibilidade de deixar tais debates e

⁷⁵ O’LEARY, Rosemary. Environmental Mediation: What Do We Know and How Do We Know It? In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts*, p. 21.

decisões públicas na mão das pessoas interessadas têm representado muito mais virtudes do que oferecido riscos aos envolvidos no conflito. Soares lembra que nos EUA a mediação pode ser mais aberta que o processo judicial, sendo fornecido um relatório de cada reunião para o público em geral. Existe a opção das partes escolherem, num primeiro momento, encontros abertos ou fechados, de decidirem as regras básicas.⁷⁶ A sugestão da autora é adotar a mesma forma de negociação praticada para chegar a um Compromisso de Ajustamento de Conduta, isto é, reuniões informais prévias entre os seguintes participantes: o Ministério Público, os representantes dos órgãos ambientais relacionados com o tema, os possíveis poluidores e representantes de outros setores ou de interesses afetados, nas quais devem acertar como serão realizados os encontros subsequentes e dialogar sobre a confidencialidade.⁷⁷

Por fim, sobre o papel do mediador na mediação ambiental, para O'Leary, ele passa por identificar os interesses e valores das partes e determinar se eles estão dispostos a negociar de boa fé, sendo ele a chave para construir a confiança entre as partes e promover um processo harmonioso. Dependendo do modelo de mediação, oferecer avaliações ou mesmo ser um agente de realidade, isto é, questionar as partes sobre as possíveis decisões que pretendem tomar para testar sua aplicabilidade e capacidade de se manter a longo prazo. Na experiência da autora, em geral o mediador ambiental precisa *bater muita perna* no estágio de pré-mediação, lidando com a desigualdade de informação entre as partes, sua decorrente desigualdade de poder e questões emocionais envolvidas na disputa. O mediador também pode ajudar às partes a reconhecer os custos reais, caso o conflito não seja resolvido de forma cooperativa.⁷⁸

É em torno do ofício do mediador, sua atuação e responsabilidade (*accountability*) que as questões deontológicas têm sido debatidas e serão analisadas na sequência.

1.3.3 O debate estabelecido na deontologia da mediação ambiental

⁷⁶ SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais*, p. 147-149.

⁷⁷ SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais*, p. 149-150.

⁷⁸ O'LEARY, Rosemary. Environmental Mediation: What Do We Know and How Do We Know It? In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts*, p. 29-30.

Os primeiros esforços para resolver disputas públicas buscaram sua inspiração em diversas fontes, incluindo a psicologia social, a dinâmica de pequenos grupos, o ativismo social e, principalmente, a experiência de gestão de relações trabalhistas. Estas experiências foram transferidas para a arena ambiental, incluindo o mútuo reconhecimento das partes, procedimentos legais e administrativos, a continuidade do relacionamento entre as partes, a importância do reconhecimento de ações conjuntas, a participação e a contínua fiscalização. Apesar de ter uma descendência da mediação laboral, a ambiental seguiu uma evolução diversa, adaptando-se às características de sua área, por exemplo, múltiplas partes, diversas e intercambiantes questões, visibilidade e impacto público.⁷⁹

Nas negociações coletivas laborais, afirmam Bacow e Wheeler, de onde a mediação ambiental teve inspiração metodológica, geralmente não se espera do mediador a preocupação sobre a qualidade e o impacto das soluções negociadas, contanto que as partes estejam satisfeitas. Então se os donos das indústrias e os sindicatos acordam aumentar o valor da hora paga aos funcionários, o mediador não irá se preocupar com os efeitos inflacionários que esta decisão poderá ter sobre os consumidores finais.⁸⁰

Mas uma forte divergência sobre tal questão, ligada à equidade substantiva, despontou no começo dos anos 1980. As questões relacionadas aos deveres e à responsabilidade (*accountability*) do mediador foram exploradas na revista *Vermont Law Review*, na qual os estudiosos Lawrence Susskind e John Stulberg abriram um importante embate teórico acerca da responsabilidade do mediador sobre o resultado da mediação. De sua parte Susskind argumenta que o mediador ambiental não pode se restringir aos valores tradicionais da mediação, quais sejam: a participação integral das partes capazes e o equilíbrio processual. Ele se pergunta: como aqueles afetados pelas ações dos mediadores podem lhe punir, processar ou despedir? Esta pergunta, para Susskind, encontra solução em uma responsabilidade (*accountability*) ampliada do mediador. O autor afirma que o sucesso de uma mediação também deve ser julgado em termos de equidade e

⁷⁹ STEPHENS, William O.; STEPHENS, John B.; DUKES, Frank. The Ethics of Environmental Mediation. In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts: theory and practice*. Westport: Quorum Books, 1995, p. 178-179.

⁸⁰ BACOW, Lawrence S.; WHEELER, Michael. *Environmental Dispute Resolution*, p. 248-249.

estabilidade dos acordos alcançados. Tendo em vista que a mediação ambiental afeta recursos (ar, água, solo, por exemplo), que afetam comunidades como um todo e não simplesmente as partes que estão à mesa, o mediador deve se preocupar com o que acontece nas negociações privadas desses bens públicos. Caso sejam negociados da mesma maneira que os conflitos que não transcendem a esfera privada, podem gerar resultados danosos e perdulários à sociedade que deles depende. Para Susskind, os mediadores não deveriam *se aventurar* no campo da mediação ambiental caso não estivessem preparados, pois os desdobramentos de acordos mal conduzidos podem gerar grandes danos ao ambiente e, por decorrência, à vida humana.⁸¹

Com uma larga experiência no campo da mediação ambiental e mediações com múltiplas partes, Susskind observa que caso uma empresa poderosa (em diversos sentidos) consiga passar por cima dos representantes de uma agência de proteção ambiental, espécies ameaçadas, ecossistemas frágeis ou outros preciosos recursos naturais podem ser destruídos. Portanto, a mediação ambiental precisa assegurar três pontos adicionais aos valores comunmente seguidos: 1) que os *interesses das partes não diretamente envolvidas*, mas que sofram com os resultados, devam estar devidamente representados e protegidos; 2) os acordos devem ser o mais *equânimes e estáveis* possível; e 3) o acordo alcançado deve *ser interpretado como pretendido pela comunidade* como um todo e estabelecer *precedentes construtivos*.

No debate, Stulberg objeta a posição de Susskind afirmando que nada nos deveres de ofício do mediador lhe autoriza a assumir um papel de *consciência social*, *polícia do meio ambiente* ou *crítico social*. Representar interesses de outras partes, das gerações futuras ou do ambiente escapa da função do mediador, inclusive de sua grande força, que adquire das partes por sua neutralidade e imparcialidade. Assevera ele:

O papel do mediador, como tradicionalmente reconhecido, é ajudar áquelas pessoas a chegar a uma solução e se retirar. Ele não pode lidar com partes ausentes. Ele não sabe quem elas são, o que

⁸¹ SUSSKIND, Lawrence. Environmental Mediation and the Accountability Problem. *Vermont Law Review*. v. 6, n. 1, p. 4-8, 1981. Disponível em: <<http://law.marquette.edu/courtadr/wp-content/uploads/2011/07/Susskind-Vermont-LR9161.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2013.

elas teriam dito se estivessem presentes, nem quais são suas prioridades.⁸²

Ao contrário, uma postura tendenciosa ou verde, iria contra um dos valores fundamentais da mediação, maculando suas características básicas, o que transformaria o processo em qualquer outra coisa, menos em um processo de mediação. As partes poderiam perder a confiança e o mediador sua credibilidade na medida em que tomasse partido sobre um conteúdo moral a ser seguido pelas partes e assim não revelariam informações, criando um jogo no qual o mediador lança um olhar judicante sobre as partes. Portanto, para o autor, o mediador assumir responsabilidade sobre a equidade do acordo representa um abandono da instância neutral e uma injustificável expansão do papel do mediador.

1.4 PARA ALÉM DA DEONTOLOGIA TRADICIONAL DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL

Na última parte deste capítulo acerca da deontologia da mediação ambiental, tratarei da questão da ética subjacente à deontologia. Este foi o problema que, desde as primeiras ideias sobre esta investigação, prendia minha atenção e me levava a questionar, diante de um grande debate na ética ambiental, o quanto disto era absorvido na ética da mediação ambiental? Além disto, o quanto a mediação ambiental aportava da ética subjacente (geral) na sua deontologia e nas ações que os mediadores tomavam diante das tensões entre os valores subjacentes da mediação.

De todas as investidas em bibliotecas físicas e virtuais somente se encontra um artigo que aborde esta temática realmente tratando da ética subjacente à mediação ambiental, a ética ambiental. Em seu artigo *The Ethics of Environmental Mediation*, Whilliam O. Stephens, John B. Stephens e Frank Dukes reconhecem que esses dois diálogos significativos sobre a tomada de decisões de questões ambientais caminharam independentemente um do outro. Um deles é a discussão filosófica e política sobre a ética da humanidade acerca do valor da vida e dos ecossistemas globais (ética e direitos animais, pastoreio e desenvolvimento sustentável, por exemplo) e outro sobre a mediação de disputas ambientais. O ponto interessante de seu artigo é que os autores

⁸² STULBERG, Joseph B. The Theory and Practice of Mediation: A Reply to Professor Susskind. *Vermont Law Review*. v. 6, n. 1, p. 111, 1981. Disponível em: <<http://law.marquette.edu/courtadr/wp-content/uploads/2011/07/Stulberg-Vermont-LR9162.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2013.

realizaram uma reconstituição das mais importantes correntes da ética ambiental e suas respectivas críticas, passando pela tradicional e dominante, a corrente *antropocêntrica* e pelas diversas correntes opostas à primeira, intituladas de: *bem-estar animal*; *biocentrismo*; *ecocentrismo*; *ecologia profunda*; *ecofeminismo*; e a *ecologia social*. Pretendo tratar detalhadamente desta fundamentação no próximo capítulo, no intuito de buscar bases para repensar a ética subjacente à deontologia da mediação ambiental, portanto, irei me ater aos demais pontos da investigação dos autores.

Esta é uma questão que muitos autores tangenciam, mas nenhum se aventurou detidamente. Soares, em sua obra sobre a mediação e a governança das águas no Brasil, também se aproxima destas questões éticas e inclusive aporta alguns comentários sobre o embate entre o antropocentrismo e o biocentrismo, no entanto, somente faz uma análise superficial das influências de tais ideologias subjacentes aos conflitos ambientais.⁸³

Já no trabalho de Stephens, Stephens e Dukes, os autores analisam as correntes ético-ambientalistas e reconstituem o propósito da mediação de conflitos ambientais para, em seguida, revelar a ausência de qualquer contato com o debate ou teoria da ética subjacente a tal procedimento. Isto é, a mediação ambiental possui um tipo de ética especializada, sua deontologia, e esta, por ser secundária, deveria estar submetida a uma ética mais ampla e superior. No entanto, no debate deontológico, os deveres do mediador estão ilhados em seu próprio discurso, separados do continente da ética e da relação moral entre humanos e não-humanos.

Este aspecto da deontologia ficava invisível na mediação tradicional, privada, ou mesmo pública, pois ela trata somente de interesses humanos. As questões, neste caso, envolvem pressupostos tradicionais sobre a dignidade humana, a igualdade dos indivíduos e sua liberdade/autonomia da vontade, todos baseados nas capacidades humanas, em especial a racionalidade. Os conflitos deontológicos passam pela ética geral no sopesamento, coerência e interpretação destes discursos. Novas questões na ética, na bioética e em disputas envolvendo pessoas com necessidades especiais, por exemplo, são os gatilhos para novos debates. Mas se está tratando de questões humanas, entre humanos. Já quando envolvemos outras formas de vida, a ética ambiental entra em cena e muda a posição do observador para além do

⁸³ SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais*, p. 130.

humano. Não me refiro a um interlocução entre humanos e animais não-humanos, mas à percepção humana de que suas ações causam efeitos, positivos e negativos, sobre seres não-humanos. Esta é a mesma percepção que temos para com nossos semelhantes humanos e é a partir daí, desta noção de responsabilidade pelas ações tomadas e o que elas produzem, que a ética se instaura. A ética ambiental e o debate entre os modelos teóricos construídos acerca da temática entram em cena quando, na mediação, a natureza será alvo das ações humanas e sofrerá as consequências destas ações.

O artigo de Stephens, Stephens e Dukes se propõe a dar conta desta situação e estabelece as implicações de fazer uma interlocução entre os estudos destes campos. Os debates entre filósofos ambientalistas tendem a se posicionar em dois grupos de concepções bem diferentes, o antropocêntrico e o não-antropocêntrico. A abordagem não-antropocêntrica ainda se divide em individualista e pluralista. Os autores discutem a utilização de uma ética ambiental diferente da intitulada antropocêntrica, centrada no humano. Ao se dizer centrada no humano ela deixa de considerar interesses de qualquer outra coisa viva e afirma que o único bem digno de ser considerado é o humano. O desafio passa, principalmente, por saber como seria possível ter o meio ambiente como uma parte interessada, ou qual seria o lugar do mediador e quais seriam suas possíveis intervenções. Portanto, os autores reconhecem as dificuldades da representação do meio ambiente como parte interessada e da atuação do mediador nesse novo cenário. O crescimento da prática da mediação em disputas ambientais que afetam a economia humana e os ecossistemas naturais, em conjunto com o pensamento da ética ambiental, levantam novas questões sobre quais interesses podem ser negociados. *Quem pode e deveria falar pelo ambiente?*

Os autores veem a necessidade de juntar essas reflexões dos mediadores com os princípios dos eticistas ambientais, para um novo exame da mediação ambiental. Os preceitos éticos da filosofia podem informar e serem testados na prática da tomada de decisão da mediação. Os ideais de participação, colaboração e representação balanceada de interesses do método de resolução de disputas são desafiados pelos diferentes princípios da ética ambiental.⁸⁴

O que Stephens, Stephens e Dukes ressaltam é que a ética no campo da mediação tem recebido somente uma atenção difusa. Quando

⁸⁴ STEPHENS, William O.; STEPHENS, John B.; DUKES, Frank. The Ethics of Environmental Mediation, p. 167-184.

se trata da ética ambiental, as instituições que formam mediadores neste campo, além de tratar em seus códigos dos temas tradicionais sobre a responsabilidade do mediador e dos valores subjacentes, incluem tópicos como os *interesses não representados* e as *consequências do acordo*. Tais consequências do acordo que envolvem disputas ambientais de larga escala tratam implicitamente de valores dados à terra, água, ar e sobre o efeito que terá sobre os seres vivos. Se na mediação, o processo pertence às partes, como fica a posição do mediador caso ele se preocupe com as consequências do acordo para esses seres vivos?⁸⁵

Em suas últimas análises os autores apontam para três fatores relevantes caso seja levado em consideração o meio ambiente, neste processo de oxigenação da deontologia da mediação ambiental pela ética ambiental, quais sejam: a) *o ambiente* como uma parte interessada; b) *o que pode o mediador fazer?* e c) as dificuldades de representar o ambiente.

Acerca do primeiro fator os autores apontam que dentro das características das formas de resolução de disputa, algum tipo de consideração moral ou respeito pelos interesses não-humanos devem ser levados em conta. Esta é uma questão ética crucial, na medida em que *todas as partes afetadas* devem contribuir para o processo de tomada de decisão, pois essa terá impacto em seu bem-estar e, eventualmente, alguém *não estará* na mesa quando se tomam essas importantes decisões. Seria possível haver um representante daqueles seres vivos não-humanos não presentes à mesa, mas que carregam interesses relativos à contenda? Alguns grupos de pesquisa ou organizações de proteção ambiental podem se dizer capazes de representar tais interesses, no entanto os autores são céticos quanto a sua integridade e capacidade de focar em conseguir uma integridade ecológica a longo prazo, durante o jogo na mesa de mediação. Estes grupos muitas vezes estão focados em imperativos institucionais e essas pressões podem distorcer suas condutas em defesa dos interesses ambientais que representam, por exemplo, busca por associados (que leva a um aumento de influência, prestígio, fundos e da equipe); de suporte fundacional, com vantagens semelhantes; e de suporte político. Além disso, muitas organizações ambientais competem umas com as outras pelos escassos recursos que necessitam para continuar suas atividades. Finalmente, sobre o primeiro fator, os autores complementam que muitas destas

⁸⁵ STHEPHENS, William O.; STEPHENS, John B.; DUKES, Frank. The Ethics of Environmental Mediation, p. 177-178.

organizações clamam representar a natureza *em si*, partindo do pressuposto que sabem exatamente o que quer a natureza e sua posição, uma postura que, mesmo embasada no conhecimento de cientistas especialistas, precisa ser tomada com cautela, pois, segundo os autores, não temos como nos colocar na cabeça de um animal ou de um campo de flores e saber exatamente o que estas coisas vivas pensam ou o que motiva seu comportamento de sustentar suas vidas.⁸⁶ Este argumento e preocupação dos autores será amplamente analisado no capítulo seguinte, quanto Taylor justifica o lugar do agente moral exatamente com a capacidade de se colocar no lugar do outro. Este *colocar-se no lugar do outro*, não se refere a encontrar uma verdade sobre o outro por uma consciência que conhece (sua essência - platonicamente), outrossim passa pela construção comunicativa e em comunidade linguística de uma verdade sobre a alteridade, que permita ao agente moral reconhecer e respeitar não só humanos (com diferentes manifestações existenciais), como animais e plantas em suas singularidades. Portanto, a barreira que Stephens, Stephens e Dukes apresentam para impedir um assento na mesa de mediação dos interesses e da crise de relacionamento entre humanos e natureza, será o eixo principal de argumentação e problematização nos dois próximos capítulos, tratando de Taylor com Dussel.

O segundo fator se refere aos deveres do mediador, ou *o que ele deve fazer* em determinadas ocasiões em que se depara com falta de equidade ou um acordo que causará danos às partes não representadas. Existem casos que não geram grandes dilemas morais à terceira parte como a limpeza e recuperação de uma região poluída ou tratar de uma regulamentação relacionada à destinação de pneus usados. Por outro lado, uma disputa sobre um habitat natural para utilização de uma mineradora pode trazer grandes dúvidas sobre o resultado da mediação e se o mediador deve se manter em silêncio e continuar o processo ou se retirar dele e, caso saia, poderia quebrar o dever de confidencialidade frente aos riscos de destruição ambiental? Os autores ordenaram cinco possíveis medidas, da menos intrusiva a mais ativista, para analisar a postura do mediador frente a tais problemas:

- a) *Educação do mediador*: a experiência profissional e científica do mediador e a busca de informações fora do

⁸⁶ STEPHENS, William O.; STEPHENS, John B.; DUKES, Frank. The Ethics of Environmental Mediation, p. 180.

processo podem auxiliar à terceira parte a sanar suas questões;

- b) *Educação dos disputantes*: a troca mútua de informações sobre questões da disputa está presente, em algum nível, nas formas cooperativas de negociação, mas esforços deliberados do mediador para que as partes explorem mais o que realmente está em jogo nas negociações podem fazer parte das medidas a serem tomadas. Os propósitos, a extensão e os detalhes desta medida é o que pode gerar controvérsia;
- c) *Teste de realidade ativo sobre as consequências das ações sobre o ambiente*: a ação do mediador de testar com perguntas e problematizar as opções de soluções levantadas pelas partes. Da mesma forma que o item anterior, é a medida de intrusão e imposição desta ação que vai lhe tornar mais controversa ou não;
- d) *Diversificar a representação para incluir partes que podem representar o ambiente como digno de representação*: esta quarta medida significa incluir partes que possam representar o ambiente e fazer com que seus interesses sejam levados em consideração. Um trabalho prévio do mediador ambiental se resume a levantar informações sobre a história do conflito, suas questões, as partes e quem precisa participar. Neste levantamento de informações e entrevistas o mediador pode verificar o entendimento e consideração dos interesses do ambiente pelas partes. Fica nebulosa neste ponto a mistura entre as evidências científicas e a advocacia por parte do mediador;
- e) Nomeação de um representante especial para interesses ambientais e educação da terceira parte: desta forma o mediador pode ficar melhor informado em diversas áreas e assim investigar os efeitos a longo prazo de precedentes ligados a decisões semelhantes que as partes estão tomando e assim saber com mais clareza os riscos envolvidos nas decisões das partes. Parece ser a forma mais controversa e difícil de imaginar na prática.⁸⁷

⁸⁷ STHEPHENS, William O.; STEPHENS, John B.; DUKES, Frank. The Ethics of Environmental Mediation, p. 181-182.

O último fator tratado pelos autores aborda as dificuldades de representar a vida não-humana na mediação, o que aparenta ser para o autores uma barreira prática intransponível de se implementar ao tempo do estudo e que até hoje ainda não encontrou eco na prática da mediação. Já existem modelos privados e públicos nos quais pessoas ou organizações podem falar por outras que são incapazes de se representar (crianças, adolescentes e incapazes, por exemplo), sendo-lhes transferido o poder de agir no melhor interesse do outro e esta experiência poderia ser transposta para os interesses não-humanos em jogo na mediação. As dificuldades práticas para a seleção destes representantes é grande, pois ainda não se tem como comparar a legitimidade de um grupo em relação a outro para falar dos interesses que pretendem defender. Na visão dos autores seria deveras presunçoso escolher uma pessoa ou grupo como o privilegiado para falar pelos interesses de quem não pode escolher tal representante.⁸⁸

Outra dificuldade apontada se refere à diversidade de vidas e interesses destas vidas em jogo, que muitas vezes são incompatíveis entre si e que um representante só teria dificuldade de manejar. Nas palavras dos autores:

“O ambiente” é dificilmente estático, unificado, previsível ou harmonioso. Todas as decisões afetam as populações de várias espécies e a qualidade de vida de várias espécies individuais. Qualquer transformação do ambiente, natural ou humano-direcionada, irá beneficiar algumas espécies e certos indivíduos e prejudicar outros. Quais animais e plantas estão sendo representadas? Espécies ameaçadas ou em perigo terão preferência sobre outras? Se sim, em qual grau? Eticistas ambientais que advogam o sensientismo-individualista (por exemplo, Regan) certamente discordariam com uma abordagem de pensadores holísticos (por exemplo, Leopold) sobre as respostas a estas questões. Em resumo, fica muito evidente que valores “pró-ambiente” não são singulares, eles são calorosamente

⁸⁸ STHEPHENS, William O.; STEPHENS, John B.; DUKES, Frank. *The Ethics of Environmental Mediation*, p. 183-184.

debatidos entre ativistas e eticistas, sem mencionar negociadores e mediadores.⁸⁹

Aqui encontramos um problema que é analisado rapidamente quando se fala em neutralidade e imparcialidade na mediação, e que fica mais evidente na mediação ambiental, qual seja: o mediador carrega uma ideologia. Esta ideologia, podemos dizer, pelo menos racionalmente, é expressa na teoria ética a que ele se filia, fundada em um sistema de crenças. As questões de maior relevância deontológica, ao agir como mediador, são informadas por esta ideologia e irão ter papel fundamental para poder decidir, por exemplo, se deve continuar ou sair de um processo de mediação.

Desta rica análise trazida por Stephens, Stephens e Dukes, com o intuito de provocar as pesquisas sobre a ética da mediação ambiental, podemos levantar novas questões caso juntemos a problemática da ética oculta com a questão da responsabilidade do mediador e a proposta de Susskind de produzir um mediador que fale em defesa dos interesses públicos e do ambiente. Ao unir dois debates, da ética ambiental e da mediação ambiental, verificamos que se o mediador age em defesa de soluções específicas, tais soluções esperadas por ele (pelas quais pode ser responsabilizado, na visão de Susskind), podem divergir muito dependendo da ideologia que ele siga (consciente disto, ou não). Já em relação a possível responsabilidade, pessoal e externa, do mediador, baseia-se em que critérios? Seriam antropocêntricos, senciocêntricos, biocêntricos ou outros?

Passarei a analisar mais aprofundadamente no capítulo seguinte a ética ambiental, em especial a biocêntrica, para no terceiro capítulo avançar em mais problemas e propostas para a deontologia da mediação ambiental.

⁸⁹ STHEPHENS, William O.; STEPHENS, John B.; DUKES, Frank. *The Ethics of Environmental Mediation*, p. 183.

CAPÍTULO 2

A VIRADA BIOCÊNTRICA NA ÉTICA AMBIENTAL E A ÉTICA DO RESPEITO PELA NATUREZA

Neste capítulo proponho-me a reconstituir, em síntese, os conceitos, as propostas e as teses da ética ambiental do *respeito pela natureza*, que são relevantes para a presente pesquisa e que refletem uma nova visão sobre a ética ambiental. Pretendo utilizá-la como uma referência na solução de alguns dilemas que encontro, de um lado, (a) no *ofício do mediador ambiental*, quando este se depara, na sua prática, com interesses ambientais em jogo, e, por outro lado, (b) com a construção efetiva da *atitude de respeito pela natureza*, uma atitude responsável dos agentes morais envolvidos nos conflitos ambientais. Tradicionalmente, no campo dos conflitos ambientais, as partes que figuram com interesses em disputa são os humanos ligados àquele ambiente. O ambiente (incluindo animais não-humanos e plantas)⁹⁰, neste contexto, aparece com valor meramente instrumental.

Quando trato da ética do Respeito pela Natureza, aponto para um marco, 1986, quando Paul W. Taylor publicou *Respect for Nature*⁹¹, uma obra que consolidou o debate em torno do futuro da ética ambiental, debate este proporcionado pela *virada biocêntrica*. Taylor

⁹⁰ De forma precípua considero relevante esclarecer que a terminologia *humanos* e *não-humanos*, não é aqui utilizada de forma a traçar um marco divisório entre a espécie humana de todas as outras espécies de animais e plantas, configurando uma dicotomia ou um *especismo* mascarado. Em geral utilizo a terminologia, como Taylor, de forma inclusiva, quando nos discursos e conceitos, animais e plantas são tradicionalmente deixados de fora. Nos demais casos, utilizo a terminologia *coisas vivas*, proposto por Taylor, englobando os *seres vivos* (possuidores de autoconsciência e moralidade, não só humanos) e demais organismos vivos que não compartilhem desta capacidade específica animal. A análise da questão do *continuum* animal (e talvez da vida) pode ser encontrada no artigo de Javier Vernal, conforme: VERNAL, Javier. Continuidades animais: argumentos contra a dicotomia humano/animal não humano. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 8. n. 1. p. 60-86, 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n1p60/18425>>. Acesso em: 1º fev. 2014.

⁹¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature: A Theory of Environmental Ethics*. 2nd printing with corrections. New Jersey, Princeton: Princeton University Press, 1989. 330 p.

propõe um sistema ético ambiental centrado na vida, focado no respeito ao *bem-próprio* das *coisas vivas*⁹² em sua *singularidade*. Para Taylor, uma coisa viva é um sistema unificado de atividade organizada, com a tendência de preservar a sua existência, protegendo e promovendo o seu bem-próprio. O autor elenca fundamentos racionais para uma *ética ambiental genuína*, organizada em um sistema de princípios morais, os quais devem ser seguidos no relacionamento humano com *ecossistemas naturais* e com as *comunidades de vida silvestres*.⁹³

Quando Taylor se refere à ética ambiental genuína, ele quer dizer que as demais éticas, antropocêntricas, ou senciocêntricas, não cumprem com o papel de terem seus princípios aplicados de forma universal. Portanto, ele desenvolve uma ética que, quando seguida pelo agente moral, seja aplicável a quaisquer pacientes morais de suas ações, independentemente da forma como a vida neles se manifesta.

O valor dos *interesses*, isto é, o *bem* das coisas vivas, nesta ética, é *inerente*. Rejeita o *valor instrumental* que é atribuído aos não-humanos nas éticas ambientais antropocêntricas. Na perspectiva de Taylor, os agentes morais são obrigados a praticar ou deixar de praticar atos que tragam benefícios ou prejuízos às coisas vivas silvestres, mesmo que isso implique em eventuais sacrifícios de alguns interesses humanos.

O caminho teórico e o conteúdo filosófico a partir dos quais os eticistas ambientais (Aldo Leopold, Kenneth E. Goodpaster e Paul W. Taylor, por exemplo) constituíram essa visão moral de mundo centrada na vida, é o que analisarei nas próximas páginas.

⁹² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 45.

⁹³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 9. Para Taylor, a ideia de mundo natural se refere ao conjunto de ecossistemas naturais e das coisas vivas ecologicamente inter-relacionadas nesses ecossistemas, que mantêm sua existência como população-espécie ao longo do tempo, sem a intrusão ou controle humano. Essas populações ocupam seu próprio espaço natural e se adaptam por processos evolutivos de variação genética e de seleção natural. Pode se levantar dúvidas se algum ecossistema natural intocado realmente ainda existe. Taylor está ciente do impacto da civilização humana no mundo natural contemporâneo, pois parecem inevitáveis os efeitos (onipresentes) da cultura humana e da tecnologia sobre a biosfera do planeta. Todavia, os ecossistemas em questão são aqueles que se *mantêm* independentes da ação humana. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 3-5.

2.1 A VIRADA BIOCÊNTRICA EM PERSPECTIVA

O campo da ética ambiental encontra suas raízes na primeira metade do século XX, com o livro *A Sand County Almanac* de Aldo Leopold e suas primeiras reflexões sobre a *Ética da Terra*, dando início ao questionamento sobre a relação moral da espécie humana com a natureza.⁹⁴ Esse debate acerca da ética ambiental gerou diversas vertentes. A título exemplificativo, posso citar o *ecocentrismo*, a *ecologia profunda*, o *ecofeminismo* e o *biocentrismo*. Esse último se refere ao esforço de diversos eticistas em analisar o alcance e os limites da perspectiva antropocêntrica, para superar seus limites e construir uma *ética ambiental genuína*, elegendo a *vida* como o critério de consideração moral mais coerente. Eu intitulo esse esforço filosófico de *virada biocêntrica na ética ambiental*.

Eu utilizo a expressão *virada biocêntrica* (ou *biocentric turn*, em inglês) no mesmo sentido ao nome *virada linguística* (ou giro linguístico, do original *linguistic turn*, em inglês), dado ao movimento de mudança de perspectiva ocorrido no século XX, na filosofia, tendo desdobramentos especialmente na ontologia. Por decorrência de análises de renomados filósofos (Ludwig Wittgenstein e Martin Heidegger, por exemplo) acerca da filosofia da linguagem, iniciou-se um movimento que contrariou grande parte das ideias sobre a constituição da verdade e do sujeito da tradição filosófica ocidental.

Assim, as propostas dos filósofos Kenneth E. Goodpaster e Paul W. Taylor inauguram uma nova etapa na ética ambiental e no embate sobre a consideração moral e delimitação daqueles que são dignos de respeito.⁹⁵ Portanto, primeiramente, resgatarei os marcos teóricos e embates que levam à abertura da ética ambiental a pensar sobre os critérios e visão de mundo humano do ambiente, e na sequência analisarei a teoria ética ambiental de Taylor.

2.1.1 O pioneirismo da Ética da Terra

A *consideração moral dos animais*, e tangencialmente das plantas, é um tema muito explorado e controverso no mundo ocidental,

⁹⁴ LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac: And Sketches Here and There*. New York: Oxford University Press, 1968. 226 p.

⁹⁵ Esta virada filosófica ambiental merece um estudo mais amplo, mas considero que para o momento este breve apontamento é o suficiente.

desde os filósofos gregos aos contemporâneos. No entanto, para o foco desta pesquisa, é com Aldo Leopold que começo a reconstituir a mudança de perspectiva da ética antropocêntrica, passando para a ecocêntrica e finalmente para a biocêntrica. No seu capítulo intitulado *The Land Ethic*, publicado no livro *A Sand County Almanac*,⁹⁶ Leopold apresenta argumentos a favor de uma mudança no papel que a espécie humana desempenha na comunidade da Terra, de grupo conquistador para *um simples membro e cidadão desta comunidade, respeitando-a e a seus demais membros*.⁹⁷ O que percebo de inovador nessa perspectiva de Leopold, que serviu de base para o movimento ambientalista, é que ele visa superar a visão que trata dos animais não-humanos de forma centrada nos interesses humanos, para uma visão *centrada nos interesses da própria natureza*, ecocêntrica⁹⁸. Segundo essa perspectiva, caso mudássemos nossa perspectiva para uma perspectiva mais ampla, como a da natureza, a espécie humana estaria em paridade com todas as demais espécies vivas, nem acima, nem abaixo delas.

Em sua estratégia de argumentação Leopold apontou e analisou casos de destruição do ambiente e relacionou esses atos a uma postura humana de desrespeito, alienação e perda dos laços humanos com o ambiente natural. Ele sugere que esse comportamento humano destrutivo e alienado só pode ser modificado por uma mudança na perspectiva e na consciência das pessoas. A *Ética da Terra* surge, portanto, para sanar esses erros na moral humana. Nas palavras de Leopold:

A Ética da Terra, então, reflete a existência de uma consciência ecológica, e isso reflete uma convicção da responsabilidade individual pela saúde da Terra. Saúde é a capacidade da Terra de se auto-renovar. Conservação é o nosso esforço em entender e preservar essa capacidade.⁹⁹

⁹⁶ LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac*, p. 201-226.

⁹⁷ LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac*, p. 204.

⁹⁸ A ecofeminista Marti Kheel faz uma reconstituição do alcance e dos limites da teoria de Leopold, em um capítulo, intitulado *Thinking Like a Mountain or Thinking Like a "Man"?*. O termo *ecocêntrico* é utilizado por ela, e outros filósofos, para descrever o lugar teórico inaugurado pelo autor. KHEEL, Marti. *Nature Ethics: An Ecofeminist Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008, p. 109-136.

⁹⁹ LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac*, p. 221.

O respeito, a admiração, o amor e a atribuição de um alto valor à Terra são alguns traços de caráter elencados por Leopold para guiar a relação ética dos humanos com a Terra. Esses traços de caráter estão enfraquecidos pelo distanciamento do humano da natureza, em decorrência da vida nas grandes cidades, dos hábitos artificiais e do uso cada vez maior de objetos sintéticos. Sair dessa condição e agir de acordo com a Ética da Terra, afirma o autor, é um processo tanto intelectual quanto emocional. É necessário afastar-se da predominante *avaliação econômica da natureza* e analisar os problemas não só ética, mas esteticamente. Dessa concepção deriva o que se considera o princípio chave da Ética da Terra, qual seja, que “uma coisa é correta quando ela tende a preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica. Ela é errada quando tende para outro sentido.”¹⁰⁰

Alguns limites apontados à visão ecocêntrica de Leopold, sobre os quais não tenho a pretensão de me debruçar longamente neste texto, é que sua teoria ainda está deveras orientada pela visão *masculinista* da natureza, conforme critica a ecofeminista Marti Kheel. Segundo a autora, Leopold manifesta uma visão mística da natureza como caminho para a maturidade e a sabedoria do *indivíduo homem*, representada, principalmente, nos rituais de passagem de meninos para a vida adulta, ao serem obrigados a matar animais para simbolizar a morte de sua vida infantil, ou por jogos de caça, pelos quais os homens alcançariam uma conexão com sua esfera natural-instintiva.¹⁰¹

Esta é a influência da longa atuação de Leopold no *serviço florestal americano*. Seu trabalho de regulamentação da caça esportiva e do manejo dos recursos silvestres (diminuição de predadores naturais para aumento das presas para a *colheita* da caça pelos humanos) parte de uma visão agrícola de *plantar e colher* os frutos (animais) da vida silvestre. A consideração da *saúde da Terra* sofre influência da visão instrumentalista, o respeito ao todo é indireto, um respeito que advém da dependência do humano para com o todo. Além disso, por ser holista, a Ética da Terra dá prevalência ao todo, à *Terra*, autorizando o *sacrifício* de interesses individuais dos organismos.¹⁰²

Essa visão holista levou a proposta de Leopold a receber duras críticas também dos filósofos eticistas, pelos possíveis desdobramentos negativos da aplicação de sua proposta ética ambiental, rotulada, por exemplo, por Tom Regan, como um *fascismo ambiental*, ou *ecofascismo*.

¹⁰⁰ LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac*, p. 223-226.

¹⁰¹ KHEEL, Marti. *Nature Ethics*, p. 119-123.

¹⁰² KHEEL, Marti. *Nature Ethics*, p. 117-119.

No uso do princípio holista, igualando o valor dos humanos ao dos outros seres da Terra, e não considerando os seus *direitos individuais*, os humanos poderiam vir a ser manejados ou sacrificados na medida em que não *contribuíssem para a beleza ou a saúde da natureza*, semelhante ao padrão de manejo de animais e plantas que estão em desequilíbrio *com o todo* (explosão populacional e destruição do ambiente, por exemplo).¹⁰³ Esse é um problema que J. Baird Callicott reconhece ao perceber que a Ética da Terra se filia a uma visão darwinista (herdada dos ecologistas) e que Leopold compartilhava. No entanto, afirma Callicott, isso não contamina necessariamente a *Ética da Terra*, principalmente se a ela se acoplar um conjunto de *princípios de prioridade para resolver os conflitos de interesses* entre indivíduos e comunidade, e que na resolução dos conflitos, os interesses humanos tomassem prioridade sobre os não-humanos.¹⁰⁴

Com a contribuição de Leopold, abriu-se um debate acerca da necessidade de questionamento e da forma da ética ambiental. Independentemente dos limites apontados, naquele momento histórico o autor teve relevância na deflagração da proposta de consideração moral de não-humanos na filosofia ocidental.

2.1.2 A virada biocêntrica de Kenneth E. Goodpaster

Herdeiro desse debate ético ambientalista, entra em cena o filósofo Kenneth E. Goodpaster, em 1978, que, abrindo seu artigo *On Being Morally Considerable* com uma citação de Leopold, tece as primeiras tramas do que intitulo aqui de *virada biocêntrica*. O núcleo de sua análise está na condição para a relevância moral de uma entidade, ou seja, qual é o critério para que uma demanda seja levada em consideração pelos agentes morais. Goodpaster encontra as primeiras pistas para responder a essa pergunta nos escritos de G. J. Warnock.¹⁰⁵ Ao fazer questionamentos semelhantes, este conclui que a moralidade deve ser aplicada, não da perspectiva do *agente moral*, mas do

¹⁰³ REGAN, Tom. *The Case for Animal Rights*. Berkeley: University of California Press, 2004, p. 361-363.

¹⁰⁴ CALLICOTT, J. Baird. Holistic Environmental Ethics and the Problem of Ecofacism. In: ZIMMERMAN, Michael E. (Et al.). *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2005, p. 102-115.

¹⁰⁵ WARNOCK, G. J. *The Object of Morality*. Methuen & Co Ltd.: London, 1971. 168 p.

paciente,¹⁰⁶ ou seja, afasta-se do egoísmo ético, no qual o valor e o dever derivam da perspectiva *do* e *para* o agente moral.

Para Goodpaster, quando se questiona quem é o paciente moral, os critérios apresentados como resposta por filósofos como Kant (racionalidade) e Singer (sensibilidade e consciência, senciência) são suficientes, mas não necessários. O critério para consideração moral necessário e não arbitrário é *estar vivo*.

A linha de raciocínio para estabelecer este critério advém inicialmente da lógica proposta por Warnock, quando ele analisa o princípio kantiano que reflete os requisitos para a agência moral, qual seja: *para X merecer consideração moral de A, X deve ser uma pessoa racional*. Warnock considera esse critério demasiado restritivo, pois deixa de fora do círculo de consideração moral, por exemplo, crianças e pessoas com necessidades mentais especiais. Warnock apela para uma variante, em um segundo momento, ao considerar os *potencialmente racionais*: *Para todos os A, X merece consideração moral de A se e somente se X for um humano racional ou for potencialmente uma pessoa humana racional*. A conclusão de Warnock é que essa fronteira ainda não é suficiente para delimitar a responsabilidade do agente moral e propõe sua solução para a questão enfocando no *beneficiário da ação moral*. O beneficiário dessa ação deve ser *capaz de sofrer* suas consequências. Portanto, o critério da considerabilidade moral se localiza na *capacidade de sofrer*, isto é, na capacidade de ser tratado correta ou incorretamente, em suma, na senciência. Tanto Warnock como W. K. Frankena e Peter Singer são filósofos signatários dessa corrente.¹⁰⁷ No entanto, para Goodpaster, além da senciência¹⁰⁸ também

¹⁰⁶ GOODPASTER, Kenneth E. On Being Morally Considerable. In: ZIMMERMAN, Michael E. (Et al.). *Environmental Philosophy*, p. 53

¹⁰⁷ GOODPASTER, Kenneth E. On Being Morally Considerable, p. 57-59.

¹⁰⁸ Para Goodpaster, a senciência aparenta ser somente “uma característica adaptativa dos organismos vivos que lhes proporciona uma melhor capacidade de antecipar e, assim, evitar, ameaças à vida”, uma capacidade de proteger o *bem* que lhe é mais relevante, a vida. GOODPASTER, Kenneth E. On Being Morally Considerable, p. 59. Mesmo com o avanço teórico proposto pelos autores da virada biocêntrica, não se pode negar que houve uma grande ampliação da compreensão dos qualificáveis a participar do círculo de consideração moral já com a corrente senciocêntrica (fundada na sensibilidade e na consciência), principalmente se tomarmos a ampla compreensão contemporânea que os cientistas possuem sobre a consciência nos animais. Leiamos, a título de exemplo, a afirmação dos autores da Declaração de Cambridge: “A ausência de um neocórtex não parece impedir que um

existe um conjunto de capacidades moralmente qualificáveis a serem levadas em consideração. A *vulnerabilidade*, ou a *capacidade de sofrer dano* (*capable of harm*), ao invés da *senciência*, seria o critério mais adequado para estruturar uma ética, especialmente a ambiental.¹⁰⁹

A estratégia de Goodpaster para a virada de um critério *senciocêntrico*, para um *biocêntrico*, foi, inicialmente, utilizar-se do argumento de Joel Feinberg de que para um ser possuir direitos, ele precisa possuir *interesses*. O que Feinberg entende por *ser titular de direitos*, Goodpaster entende por *ser moralmente considerável* (deixando de lado o debate entre direitos legais e morais para não-humanos), permitindo alcançar o *princípio do interesse*. Segundo esse princípio, entes possuidores de interesses têm um papel na consideração moral, e, considerando que as capacidades hedonistas e psicológicas são suficientes, mas desnecessárias para localizar a condição mínima de quem deve merecer respeito, o autor conclui que o *princípio da vida* é o que estipula um critério não arbitrário, ou desarrazoadamente restrito, para a ética.¹¹⁰

Goodpaster aponta na direção do que seria uma ética baseada no princípio da vida, e afirma que a hesitação coletiva em abandonar os critérios antropocêntricos e *senciocêntricos*, e a relutância em aceitar a *vida* como condição da significância moral, residem na visão chauvinista¹¹¹ da ética ambiental.

organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente como a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos". REINO UNIDO. *Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos*, de 7 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

¹⁰⁹ GOODPASTER, Kenneth E. On Being Morally Considerable, p. 59.

¹¹⁰ GOODPASTER, Kenneth E. On Being Morally Considerable, p. 60-62.

¹¹¹ A terminologia chauvinismo humano (*human chauvinism*), utilizada por Goodpaster, advém de Richard e Val Routley, do capítulo *Against the Inevitability of Human Chauvinism*, de 1979.

2.1.3 O debate e a construção da teoria ética ambiental de Taylor

Seguindo o debate instituído pela *virada biocêntrica* (Leopold e Goodpaster), Taylor se filia à perspectiva da ética ambiental centrada na vida, na qual o mundo natural não é simplesmente um objeto para ser explorado, tampouco as coisas vivas devem ser consideradas recursos (com mero valor instrumental) para o uso e consumo humano. Ao contrário, para ele, as comunidades de vida silvestres são merecedoras de consideração moral, pois têm valor (bem, dignidade, *worth*) em virtude de serem membros da Comunidade de Vida da Terra.¹¹² Taylor publica seu primeiro artigo na área, intitulado *The Ethics of Respect for Nature*, na revista *Environmental Ethics*¹¹³, em 1981.¹¹⁴ Esta primeira publicação já possuía uma estrutura e um conteúdo muito próximo do que seria a versão final de sua ética e lhe permitiu iniciar um debate com a comunidade de eticistas ambientais e aprimorar seus argumentos antes de apresentar sua obra final, em 1986. Em 1982, Gene Spitler publicou um artigo, na mesma revista, suscitando uma série de questionamentos acerca da justificabilidade e aplicabilidade da ética de Taylor.¹¹⁵ Spitler afirmou ser impossível abandonar a perspectiva e os interesses da espécie humana em detrimento de uma visão baseada na imparcialidade entre as espécies. Taylor responde este artigo, em *In Defense of Biocentrism*¹¹⁶, replicando os quatro pontos principais das críticas de Spitler: (a) a capacidade de animais e plantas em perseguir conscientemente seu bem-próprio; (b) a inconsistência no sistema de crenças da perspectiva biocêntrica no quesito da interdependência do ecossistema planetário; (c) a incapacidade humana de sair de sua perspectiva antropocêntrica; e (d) a impossibilidade de seguir um igualitarismo de tratamento entre espécies e igualar o ato de matar uma mosca ou uma flor ao ato de matar um humano. Todos estes pontos

¹¹² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 12-13.

¹¹³ *Environmental Ethics* é uma revista especializada na análise dos aspectos filosóficos dos problemas ambientais, cuja publicação iniciou em 1979, mantendo-se até a atualidade.

¹¹⁴ TAYLOR, Paul W. *The Ethics of Respect for Nature*. *Environmental Ethics*. Fall 1981, v. 3, n. 3, p. 197-218.

¹¹⁵ SPITLER, Gene. *Justifying a Respect for Nature*. *Environmental Ethics*. Fall 1982, v. 4, n. 3, p. 255-260.

¹¹⁶ TAYLOR, Paul W. *In Defense of Biocentrism*. *Environmental Ethics*. Fall 1983, v. 5, n. 3, p. 237-243.

são incorporados na teoria biocêntrica apresentada no seu livro (1986), que reconstituirei adiante.

Além de responder à crítica de Spitler, antes de publicar *Respect for Nature*, Taylor responde¹¹⁷ também ao artigo de Louis G. Lombardi, intitulado *Inherent Worth, Respect, and Rights*¹¹⁸. Lombardi critica a ética de Taylor e propõe uma perspectiva baseada na hierarquia entre espécies, tendo como critério as *capacidades biológicas* das coisas vivas. Esse critério seria capaz de estabelecer uma gradação no valor inerente de cada ser, conforme a quantidade e a qualidade das capacidades que possui. Essa discussão será analisada ainda nesse capítulo, em conjunto com as críticas à visão da superioridade humana na consideração moral das coisas vivas.

É possível traçar uma herança filosófica desde Taylor, conectando-o a Goodpaster, pela visão biocêntrica, e a Leopold, pelo esforço de uma Ética da Terra. No entanto, diferentemente de Leopold, Taylor enfatiza que a perspectiva biocêntrica não implica em uma visão organicista ou holística da ética ambiental, pois não deriva suas regras morais, de consideração do mundo natural, da concepção da biosfera da Terra como um tipo de supraorganismo nem da ideia de que a promoção do bem-estar da Terra determinaria um princípio fundamental de certo e errado.

Conforme expus, a perspectiva de Leopold, talhada em uma estrutura de teoria ética ambiental holística, é a da conduta correta em relação ao mundo natural (se tende a preservar a estabilidade ecológica, a integridade e o equilíbrio das comunidades bióticas), e errada, se tende a destruir ou perturbar esse equilíbrio ecológico. Portanto, uma teoria não centrada no humano. Tal posição, para Taylor, encontra objeções, pois não dá lugar para o bem de organismos individuais, somente para o *sistema*, ignorando o fato de que o bem-próprio dos indivíduos merece consideração moral dos agentes.¹¹⁹

Na ética de Taylor o valor se encontra em cada coisa viva singular e não em uma categoria abstrata, como a de *espécie* ou *natureza*. Na ética do respeito pela natureza, o agente moral não poderia sacrificar o *bem inerente* de um indivíduo em nome do *bem inerente imaginado de sua espécie*, da mesma forma que não se justifica matar

¹¹⁷ TAYLOR, Paul W. Are Humans Superior to Animals and Plants? *Environmental Ethics*. Summer 1984, v. 6, n. 2, p. 149-160.

¹¹⁸ LOMBARDI, Louis G. Inherent Worth, Respect, and Rights. *Environmental Ethics*. Fall 1983, v. 5, n. 3, p. 257-270.

¹¹⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 118.

um humano para melhorar as condições de vida da humanidade. Matar um animal ou um conjunto de animais para restituir o equilíbrio de um ecossistema fere o bem inerente desses entes aos quais o mal é causado e não pode ser justificado. Para Taylor, o *bem-próprio* se encontra no corpo e na mente de cada entidade, não em classes ou categorias (espécies) criadas pelos humanos. Cada ente vivo é levado em consideração dentro de sua singularidade.

2.2 OS FUNDAMENTOS DA ÉTICA DO RESPEITO PELA NATUREZA

Em sua obra *Respect for Nature*, Taylor construiu uma teoria ética ambiental centrada na vida. Isso implicou não só descrever as possibilidades imaginárias de critérios e dos modos de alcançar uma postura coerente nas vidas dos agentes morais em uma comunidade moral biocentrada, mas arquitetar, justificada e detalhadamente, uma teoria ética partindo de um sistema de crenças, regras de conduta e princípios de prioridade para auxiliar a resolver os dilemas morais.

2.2.1 Uma ética para o outro, o foco no paciente moral

Taylor parte do mesmo referencial de Warnock e Goodpaster para a consideração moral: o ponto de vista do paciente moral. *O respeito pela natureza é uma proposta ética centrada no paciente moral, que surge para limitar o poder do agente moral*, diz ele. O fato eticamente mais significativo, para o autor, sobre os pacientes morais é que sempre é possível ao agente moral *tomar o ponto de vista do paciente moral e fazer julgamentos desde seu ponto de vista e sobre como eles devem ser tratados*. Na mesma linha de Goodpaster, Taylor acredita que organismos individuais não-humanos podem ser tratados correta ou incorretamente pelos agentes morais e suas vidas podem ser feitas, intencionalmente, melhor ou pior. É possível aos agentes morais, imaginativamente, olhar o mundo a partir do ponto de vista do outro, de fazer julgamentos sobre o que seria uma coisa boa ou uma coisa ruim a fazer com eles e tratá-los de tal forma a ajudar ou atrapalhar na sua luta pela sobrevivência.¹²⁰

Para Taylor, há de se distinguir entre a afirmação *conceitual* de que os animais e as plantas podem efetivamente ser pensados como pacientes morais e a afirmação *normativa* de que devem ser

¹²⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 17-19.

considerados pacientes morais. Se a afirmação *conceitual* é correta, então os agentes morais *podem* tratar os animais e plantas correta ou incorretamente, mas, se a afirmação *normativa* for correta, então eles *devem* tratá-los corretamente e se abster de tratá-los incorretamente. A teoria ambiental centrada na vida sustenta que tanto a afirmação conceitual quanto a normativa estão corretas. É inteligível falar em se ter deveres frente aos animais e as plantas em termos semelhantes aos deveres para com os companheiros humanos. Uma teoria centrada nos humanos, por outro lado, aceita a afirmação *conceitual*, mas rejeita a *normativa*. Aceitando a afirmação normativa, sempre que ocorre um conflito entre o bem-estar dos organismos não-humanos e dos humanos, uma decisão deve ser tomada para o interesse de um à custa do interesse do outro. Essa decisão pode ser alcançada com base em um conjunto de princípios de prioridade que regem a resolução justa dos conflitos entre humanos e não-humanos. Cada uma das partes do conflito é reconhecida como fazendo uma demanda legítima, para apreciação e resolução do conflito, sendo tratada com princípios morais objetivos.¹²¹

Colocar-se na perspectiva do paciente moral é uma forma de não antropomorfizar e fazer um julgamento informado e objetivo factual sobre o que é desejável ou indesejável do ponto de vista de um animal não-humano ou de uma planta. O agente moral age intencionalmente com o objetivo de ajudar uma planta ou um animal a crescer e a prosperar, e pode fazer isso porque tem uma preocupação genuína pelo seu bem-estar. Como agentes morais, podem pensar em si mesmos como obrigados a não destruir ou prejudicar uma planta. Podem também tomar o ponto de vista de uma planta e julgar o que acontece com ela como sendo bom ou ruim, a partir do seu ponto de vista de planta. A fim de saber o que é o bem de um determinado organismo, assim como o que é bom ou ruim para ele, é necessário conhecer as suas especificidades e as especificidades de sua espécie. Se o agente moral não sabe como o organismo se desenvolve, cresce e sustenta a vida de acordo com as leis de sua natureza específica, não pode entender completamente o que promove a realização de seu bem ou o que é prejudicial ao bom desempenho de sua vida.¹²²

Conceitualmente, um agente moral é qualquer ser que possui capacidades em virtude das quais possa agir moral ou imoralmente, ter deveres e responsabilidades e ser responsabilizado por aquilo que faz. Entre essas capacidades, as mais importantes são: a *capacidade de*

¹²¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 19-22.

¹²² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 67-68.

formar juízos sobre o certo e o errado; a capacidade de participar na deliberação moral, isto é, a *considerar o peso e as razões morais a favor e contra* vários cursos de conduta abertas à escolha; a *capacidade de tomar decisões* com base em tais motivos; a *capacidade de exercer* a necessária determinação; a *força de vontade* para realizar essas decisões; e a capacidade de se responsabilizar perante os outros caso não as realize.¹²³

Taylor ressalta que nem todos os seres humanos são agentes morais e, além disso, podem existir agentes morais que não são humanos. Na primeira categoria estão seres humanos que não são agentes morais, pois, temporária ou definitivamente, não têm as capacidades listadas acima. A segunda categoria inclui os seres que são agentes morais, mas não são membros da espécie humana. Se realmente existem tais seres, assevera o autor, tanto nesse planeta ou em outro lugar no universo, é uma questão em aberto, o que, para os propósitos de sua ética, não será necessário responder.¹²⁴

Na visão de Taylor, a distinção entre as teorias éticas ambientais antropocêntrica e biocêntrica pode ser elucidada concentrando-se a atenção sobre os conceitos de agente moral e paciente moral. Embora ambas as teorias concordem sobre quem pode ser agente moral, elas têm visões incompatíveis sobre quais entidades podem ser pacientes morais. A primeira questão a notar é que os seres humanos que são agentes morais podem, ao mesmo tempo, ser pacientes morais. Isso significa que eles não só têm deveres e responsabilidades para com os outros como agentes morais, mas são eles próprios os seres para os quais os outros têm deveres e responsabilidades. No papel de agentes morais, podem tratar os outros com ou sem razão. Enquanto que no papel de pacientes morais são tratados com ou sem razão por outros agentes morais. Uma pessoa pode ser tanto um agente moral, quanto um paciente moral. Portanto, a classe de pacientes morais é mais ampla do que a classe dos agentes morais. Todos os agentes morais são pacientes morais, mas nem todos os pacientes morais são agentes morais. Isto porque a um paciente moral podem faltar às capacidades de um agente moral, mas ele continua sendo uma entidade para a qual os agentes morais têm deveres.¹²⁵

Taylor define um paciente moral como:

¹²³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 14.

¹²⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 14-15.

¹²⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 16-17.

qualquer ser que pode ser tratado correta ou erroneamente e para o qual os agentes morais podem ter deveres e responsabilidades. Agora deve ser possível para esses seres ter suas condições de existência satisfeitas melhor ou pior pelas ações dos agentes. Deve fazer sentido tratá-lo bem ou mal. [...] Pacientes morais devem ser entidades que podem ser prejudicadas [*harmed*] ou beneficiadas. [...] As ações benevolentes são aquelas dirigidas pelo desejo de fazer o bem ao outro ou aumentar seu bem-estar. Ações malevolentes são motivadas pelo desejo de fazer mal ao outro, agindo de forma prejudicial ao seu bem-estar.¹²⁶

Do que virá, decorre a proposta ética de respeito do agente ao paciente moral:

[...] é da natureza de um paciente moral, que o bem ou o mal podem ser feitos a ele. Talvez o fato mais eticamente significativo sobre os pacientes morais é que é sempre possível ao agente moral *tomar o ponto de vista do paciente moral e, desse ponto de vista, fazer julgamentos sobre como ele deva ser tratado*. O padrão implícito nesses julgamentos é a melhoria ou preservação do bem-estar do paciente, não daquele que está julgando.¹²⁷

Uma das denominações dadas pelos críticos da ética do respeito pela natureza é de *individualismo biocêntrico*, pois a proposta de consideração moral na ética de Taylor se dá no nível individual. Para o autor, o paciente moral é o organismo singular. É nesse nível que opera a seleção natural. O fator decisivo para determinar a aptidão do organismo individual é sua habilidade de reproduzir seus genes em outros futuros indivíduos. Esse é um ponto que faz Taylor se afastar dos teóricos ambientalistas holistas, pois uma mudança no bem de uma comunidade biótica é o resultado final da seleção natural no nível individual, não em toda a comunidade.¹²⁸

Para a teoria do respeito pela natureza, um dos princípios fundamentais é o de que todos os animais, por mais diferentes que

¹²⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 17.

¹²⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 17.

¹²⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 7.

possam ser dos seres humanos, são seres que têm um bem-próprio. Um segundo princípio, também fundamental, é que todas as plantas são também seres que têm um bem-próprio.¹²⁹ Animais e plantas possuem um bem-próprio, pois podem ser considerados *centros teleológicos de vida*. Taylor concebe conceitualmente o organismo como um *centro teleológico de vida*, capaz de lutar para preservar a si e perceber o seu bem específico. O seu funcionamento interno e suas atividades externas são orientados para a manutenção de sua existência através do tempo e para lhe permitir ter sucesso em executar as operações biológicas pelas quais reproduz a sua espécie e se adapta continuamente aos eventos e ao ambiente. É a unidade dessas funções de um organismo, voltada para a realização do seu bem, que o torna um *centro teleológico da atividade*.¹³⁰

2.2.2 Simetrias e diferenças da ética ambiental com a ética humana e a biocultura

A estratégia seguida por Taylor foi aproveitar-se da teoria ética humana já existente e fazer os melhoramentos necessários para cumprir com os critérios desejados de respeito à natureza. Para o autor, existe uma simetria, ou isomorfismo, entre a estrutura da teoria da ética humana, baseada no respeito pelas pessoas e a sua teoria biocêntrica da ética ambiental. Embora os dois sistemas de ética sejam diferentes um do outro, na medida do seu conteúdo normativo, a ordem interna de seus componentes principais revela grandes paralelos.¹³¹

A teoria da ética humana tem três componentes principais. Primeiro, há a aceitação de um *sistema de crenças* pelo qual cada agente moral concebe os outros. Um companheiro humano é percebido como uma pessoa semelhante, um centro subjetivo de existência consciente com a capacidade de escolher seu próprio sistema de valores e viver uma vida auto-dirigida. O segundo componente é a *atitude de respeito pelas pessoas*. Esta *atitude é moral e final (ultimate)*. É uma atitude moral porque é universalizável e desinteressada, ou seja, cada agente moral, tendo a atitude de respeito, defende sua adoção universal em relação a todos os outros agentes, independentemente da sua simpatia ou desgosto por determinados indivíduos. Como atitude moral, ela é considerada obrigatória para todos os semelhantes. Para quem tem a

¹²⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 66.

¹³⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 121-122.

¹³¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 41.

atitude de respeito, cada pessoa é considerada digna de respeito de todos. A atitude é final, porque não é derivada de qualquer outra atitude. Ela define a estrutura mais básica na qual todas as relações morais entre pessoas são determinadas.

O terceiro componente é um *sistema de regras e padrões considerados válidos* no domínio da ética humana. Essas normas são compreendidas para satisfazer as cinco condições formais para a validade dos princípios morais. Além disso, seu conteúdo deve atender a condição material de encarnar a atitude de respeito pelas pessoas.

O *sistema de crenças* apoia e faz a *atitude de respeito pelas pessoas* compreensível. Ele fornece a base conceitual pela qual faz sentido adotar essa atitude. O sistema de crenças ajuda a entender por que as pessoas não só admitem aquela atitude para si, mas também por que defendem que outros tomem a atitude. O sistema de crenças fornece uma concepção do mundo em que cada indivíduo, em virtude de sua personalidade, é reconhecido como um igual.¹³² Cada indivíduo, como um agente moral, dispõe-se a defender que todos usem essas normas imperativas e desinteressadas como princípios finais, definindo seus deveres e obrigações para com o outro.¹³³

Portanto, na ética humana, pessoas racionais e autônomas¹³⁴, na qualidade de agentes morais, aprovam democraticamente normas e padrões que satisfazem as condições formais. O sistema válido da ética humana é um conjunto de regras morais e normas que incorporam o princípio do respeito a todas as pessoas como pessoas. Respeitar os outros como pessoas é, em primeiro lugar, reconhecer a sua personalidade, valorizar esta pessoa como centro de escolha autônoma. Reconhecê-los como pessoas é vê-los como se vê a si. Em segundo lugar, considera-se a sua personalidade como tendo um valor em si. A

¹³² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 41-43.

¹³³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 38.

¹³⁴ Uma pessoa, explica Taylor, deve ser entendida como um centro de escolha autônoma e avaliação. Nem todos os biologicamente humanos se encaixam no conceito de pessoa. As pessoas são seres que dão sentido às suas vidas com base em seus próprios valores. São seres que não têm apenas interesses e propósitos, mas também têm a capacidade de estabelecer objetivos para si próprios, à luz desses interesses e propósitos. Eles têm o poder de decidir por si os fins que buscam na sua vida e podem construir sua própria opinião sobre o melhor meio para alcançar esses fins. Eles têm a capacidade de impor uma ordem em suas várias atividades e projetos, determinando quais fins são mais importantes e optando por não tomar medidas que irão impedi-los de alcançar seu bem-estar e felicidade geral. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 33-34.

dignidade da pessoa significa estar autorizada a viver a vida e exercer a concepção do seu próprio e verdadeiro bem, devendo, da mesma forma, reconhecer o valor dos outros como pessoas e acreditar que eles devem ser autorizados a exercer seu verdadeiro bem conforme o concebem. O princípio do respeito a todas as pessoas, como pessoas, impõe a todos os requisitos para o desenvolvimento de determinadas capacidades e seu livre exercício. A personalidade dos indivíduos não se desenvolve, ou é menos respeitada, quando algumas das suas necessidades básicas não são atendidas. Portanto, deve haver regras sobre como fazer a divisão equitativa dos recursos disponíveis para satisfazer essas necessidades mínimas. Quando o conteúdo da ética humana é analisado dessa forma, o *princípio do respeito pelas pessoas* é construído na própria estrutura da comunidade moral e serve como fundamento final das regras de dever no domínio da ética humana.¹³⁵

A ética ambiental humano-centrada é, portanto, somente uma extensão da ética humana para o tratamento da natureza. Seu principal argumento é a defesa das futuras gerações de pessoas humanas. Essas têm o direito de viver uma vida segura e saudável fisicamente semelhante à da geração atual. Esse é o argumento coerente com a ética humana, na qual cada agente moral tem a obrigação de não permitir que o ambiente natural se deteriore a tal ponto que a sobrevivência e o bem-estar dos futuros habitantes *humanos* da Terra sejam prejudicados. Devem-se conservar os recursos naturais para que as futuras gerações (humanas) sejam capazes de desfrutar de uma parte justa dos benefícios derivados desses recursos. Até mesmo a proteção das espécies ameaçadas de extinção é feita por interesses vinculados aos interesses humanos. Taylor exemplifica que se um grupo genético variado de espécies animais ou vegetais é necessário para o desenvolvimento de novas formas de proteger os humanos de doenças, seja para se livrar das bactérias prejudiciais, para aprender a controlar certos insetos e outras pragas, ou para produzir novas fontes de alimentos através da engenharia genética, então, por essa razão humana, seu uso é defendido. O sistema de normas e regras da ética ambiental que rege a atual conduta humana em relação ao ambiente natural da Terra, aponta Taylor, é baseado estritamente na defesa de interesses e necessidades humanas.¹³⁶

¹³⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 39-40.

¹³⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 11. Taylor aponta que as obras mais completas e sistemáticas sobre a teoria ética ambiental humano-centrada são de John Passmore: *Man's Responsibility for Nature: Ecological Problems*

Para a ética biocêntrica, cada coisa viva, tanto humana quanto não-humana, é vista como uma entidade que busca o seu próprio bem de maneira singular, de acordo com sua natureza específica. Nenhum ser vivo será considerado inerentemente superior ou inferior a qualquer outro, pois a perspectiva biocêntrica implica na imparcialidade entre espécies. Todos são considerados igualmente merecedores de consideração moral. Aquele que assume a atitude de respeito para com os organismos individuais, a população de espécies e as comunidades bióticas dos ecossistemas naturais da Terra como entidades possuidoras de um bem inerente, no sentido de que o seu valor não depende da valorização de sua utilidade na persecução de fins humanos, age com respeito pela natureza.¹³⁷

A ética ambiental genuína, concebida por Taylor, distingue-se não só da ética humana, mas também da ética da biocultura, que está preocupada com o tratamento de animais e plantas em ambientes criados artificialmente, que estão completamente sob controle humano. Para Taylor, a biocultura é comum a qualquer cultura humana e é organizada em instituições e práticas sociais nas quais os seres humanos criam e manejam o ambiente dos seres vivos e sistematicamente os exploram para benefício humano. A biocultura se utiliza de hibridação, de programas de melhoramento e de outros métodos de controle genético, produzindo os tipos de animais e plantas que melhor atendam aos propósitos humanos. Ela controla as condições totais de vida e morte desses organismos não-humanos. O meio ambiente e a hereditariedade estão sujeitos à invenção e direção humanas.¹³⁸

A característica da ética da biocultura é a dominação total e o tratamento dos seres vivos não-humanos como meios para fins humanos. Taylor ressalta que na biocultura os humanos entram em uma relação exploratória com os animais e plantas. Esses devem lhes servir e serem destruídos. Matar é uma das práticas necessárias para promover os fins humanos, como o abate de animais para alimentação, o corte de madeira para lenha, e a experimentação com animais em laboratórios, dando-lhes doses letais de substâncias químicas tóxicas etc.¹³⁹

and Western Tradition (New York: Charles Scribner's Sons, 1974) e de H. J. McCloskey: *Ecological Ethics and Politics* (Totowa, N.J.: Rowman and Littlefield, 1983). TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 11-12.

¹³⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 45-46.

¹³⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 53.

¹³⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 54-55.

O poder sobre os seres vivos não dá licença aos agentes morais para usarem o poder indiscriminado sobre os entes vivos na biocultura. No caso dos animais de estimação e mesmo das plantas ornamentais, as pessoas aceitam de bom grado certas responsabilidades com o seu bem-estar, pois se preocupam e querem ajudá-los a ter uma vida saudável. No entanto, a ausência de tais sentimentos não significa que os agentes morais humanos não tenham responsabilidades com relação aos animais e plantas que eles usam para seus próprios fins, pois da mesma forma como na ética humana, os deveres para com outras pessoas não dependem de sentimento de amor ou afeto por elas, pois a responsabilidade é mantida independentemente de tais contingências pessoais.¹⁴⁰

As coisas vivas, na biocultura, são pensadas como tendo um valor instrumental, por exemplo, um bom cão de guarda, um animal de circo, um roedor de laboratório, uma variedade de milho híbrido, todos criados visando os interesses dos seres humanos. Afora os animais e as plantas para com os quais as pessoas têm sentimentos afetuosos, organismos não-humanos têm o mesmo estatuto de máquinas, edifícios, ferramentas e outros artefatos. Nesse aspecto, partilham uma característica fundamental com os humanos: eles têm um bem-próprio, com tudo que isso implica para os agentes morais, e sua vida pode ser feita melhor ou pior dependendo da forma pela qual os humanos os tratam. Evidentemente, animais e plantas, em uma sociedade fundada na biocultura, são tratados instrumentalmente. Resolver a questão ética de como eles devem ser tratados, e provocar uma mudança na biocultura, para a consideração moral dos seus interesses, levaria essa prática a um gasto maior, menos eficiente e dificultaria seu manejo.¹⁴¹

Para Taylor, é possível ter uma biocultura que sirva às necessidades humanas e, ao mesmo tempo, que seja mantida dentro de certos limites morais. O fato de que toda prática existe para o benefício dos seres humanos não justifica a política do *laissez faire* total no que diz respeito à forma como os animais e as plantas são tratados na atualidade. É uma grande responsabilidade dos agentes morais, nesse domínio da ética, a elaboração de um equilíbrio entre a eficácia em produzir benefícios humanos e a contenção adequada no controle e na manipulação de seres vivos.¹⁴²

¹⁴⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 55-56.

¹⁴¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 57.

¹⁴² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 57-58.

Taylor afirma que os agentes morais devem desenvolver uma proposta de satisfação mútua de interesses entre humanos e não-humanos, mas não se propõe, na sua teoria ética ambiental, a desenvolver e defender um sistema de princípios para abarcar essas responsabilidades, restringindo-se aos ambientes silvestres.

2.2.3 Condições formais e materiais dos princípios na ética humana e do respeito pela natureza

Em sua teoria ética, Taylor aponta que a ética do respeito pela natureza e a ética humana seguem as mesmas condições para serem consideradas válidas e adotadas pelos agentes morais. São válidas no sentido de que as regras e normas do sistema vinculam (estabelecem requisitos morais) a todos os agentes morais.¹⁴³ Taylor divide as condições em materiais e formais. As condições formais podem ser entendidas pelas descrições ou classificações de uma regra, norma ou princípio como moral, pertencendo à categoria da ética. Portanto, as condições formais são as mesmas, tanto para a ética humana, quanto para a ética ambiental.¹⁴⁴

A condição material para a ética humana está fundada no que Taylor denomina *respeito pelas pessoas*, enquanto a condição material para normas morais válidas no domínio da ética ambiental é o *respeito pela natureza*.¹⁴⁵

As cinco condições formais para constituir uma norma moral válida são:

- a) *deve ser geral na forma*: uma regra ou norma é geral na forma quando não contém qualquer referência ou

¹⁴³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 25.

¹⁴⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 25. Sobre a distinção entre condições formais e materiais, Taylor se filia a: Kurt Baier, em *The Moral Point of View: A Rational Basis of Ethics* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1958); John Rawls, em *A Theory of Justice* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971); William K. Frankena em *The Concept of Morality*, *Journal of Philosophy* 63 (1963), e em "On Defining Moral Judgments, Principles and Codes," *Etyka* 2 (1973). Para Taylor, o escrito de Stephen L. Darwall, *Impartial Reason* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1983) é o mais detalhado e compreensível sobre este tema.

¹⁴⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 26.

determinação a pessoas ou ações, mas apenas menciona os tipos de coisas em termos de suas propriedades;¹⁴⁶

- b) *deve ser considerada universalmente aplicável a todos os agentes morais*: a regra moral válida ou padrão deve ser um princípio normativo, concebido para ser universalmente aplicável por quem a admitir como norma moralmente válida;¹⁴⁷
- c) *deve ser destinada a ser aplicada imparcialmente*: ela deve servir como *imperativo categórico*, no sentido kantiano. Se uma regra ou norma moral é uma norma válida, cada agente moral deve subscrever ao princípio independentemente de seus fins particulares;¹⁴⁸
- d) *deve ser defendida como um princípio normativo adotado por todos*: baseando-se em um senso público de justiça, ou seja, uma norma publicamente adotável, uma regra ou norma moral só é válida se os que a adotam como seu próprio guia normativo têm uma atitude de aprovação para que seja adotada por todos os outros. Em termos kantianos, a norma ou regra deve ser uma lei universal para todos os seres racionais. Pode-se chamar isso de aspecto da moralidade pública, que se opõe à ideia de que poderia haver uma moral privada que pertence somente a um determinado indivíduo ou grupo, como as regras de um clube secreto conhecido apenas pelos seus membros. Se uma regra ou norma é válida, ela deve ser defendida como um princípio a ser seguido por todos;¹⁴⁹ e
- e) *deve ser tomada como acima de todas as normas não-morais*: a regra moral só pode ser válida se aqueles que a aceitam lhe dão um peso supremo em relação às demais normas e advogam que todos os demais devam sopesá-la da mesma forma.¹⁵⁰

¹⁴⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 27-28.

¹⁴⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 28.

¹⁴⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 29-30.

¹⁴⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 31-32.

¹⁵⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 32.

2.3 O NÚCLEO DO ARGUMENTO BIOCÊNTRICO

Na teoria do respeito pela natureza de Taylor, o fundamento da consideração moral de todas as coisas vivas está ancorado no conceito de *bem-próprio* (*good of a being*) e de *bem-inerente* (*inherent worth*)¹⁵¹. Em sua proposta de verificação do bem, o autor escreve:

Uma maneira de saber se algo pertence à classe das entidades que têm um bem, é ver se faz sentido falar do que é bom ou ruim *para* a coisa em questão. Se nós podemos dizer, verdadeira ou falsamente, que algo é bom para e entidade ou ruim para ela, sem referência a qualquer *outra* entidade, a entidade tem um *bem-próprio*.¹⁵²

Conceitualmente, para Taylor, o que é bom para um ser ou o que lhe faz bem é algo que promove ou protege seu *bem-próprio*, enquanto que o que é ruim é algo que lhe causa dano ou prejudica seu *bem-próprio*. Disso derivam as noções de benefício, promoção e proteção do bem-próprio. Para o autor, essas ideias podem igualmente ser expressas em termos de benefício ou dano. Beneficiar um ser é promover ou manter uma condição que lhe é favorável (ou evitar, livrar de, ou prevenir a ocorrência de uma condição que é desfavorável). Prejudicar, por outro lado, é tanto levar a uma condição que lhe é desfavorável ou destrutiva, quanto tirar uma condição a ele favorável. Os termos *favorável* ou *desfavorável* se aplicam quando o bem-estar pode ser aumentado ou danificado. Promover o bem de um ser é provocar um estado de coisas em sua existência que seja favorável ao seu bem, ou livrá-lo de uma condição que seja prejudicial ao seu bem-próprio. Pode-

¹⁵¹ A tradução da categoria *inherent worth* precisou de uma dedicação especial para não coincidir com a tradução de outras duas categorias muito utilizadas no campo da considerabilidade moral, quais sejam *inherent value* (valor inerente) e *intrinsic value* (valor intrínseco). Por ter um conteúdo material diferente das outras duas categorias e uma relação direta, na teoria de Taylor, com o conceito de *bem-próprio*, julgou-se mais coerente o termo *bem-inerente*, correspondendo e soando melhor do que uma tradução literal dos termos usados, que poderia, enfim, coincidir com *valor inerente*, mas também se aproximaria de *dignidade-inerente*, ou *mérito-inerente*. Esta categoria, *bem-inerente*, foi proposta pela professora Sônia T. Felipe e debatida exaustivamente na disciplina de Ética Ambiental que ela ofereceu no segundo semestre de 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁵² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 61.

se proteger o bem de uma entidade de diversas formas, por exemplo, evitando causar-lhe dano, preservando-a de algum dano ou prevenindo a perda do que preserva o seu bem.¹⁵³

As coisas vivas com bem-próprio são entidades que *têm interesses, no sentido de ter fins e buscar os meios para atingir seus fins*. Assim, deixam-se de fora dessa categoria as coisas inanimadas (montes de areia, pedras, poças de água, rios, por exemplo) pois elas *não buscam fins e não têm interesses*, portanto não podem ser beneficiadas por terem os seus interesses promovidos, nem prejudicadas por ter seus interesses frustrados.¹⁵⁴

Taylor explica que existem algumas entidades que, mesmo tendo um *bem-próprio*, não podem ser descritas, no rigor filosófico, como tendo interesses. Elas têm um *bem-próprio*, porque faz sentido falar de seu ser sendo beneficiado ou prejudicado, no entanto, elas não são seres que, conscientemente, visem fins ou assumam meios para atingir tais fins, não se importam *psicologicamente* com o que lhes acontece. Para Taylor, incluem-se nesta categoria de *coisas vivas* todas as formas de vida vegetal e as formas mais simples de vida animal.¹⁵⁵ A partir dessa categorização, Taylor distingue os entes que *têm interesse em algo*, daqueles que *têm algo que seja do seu interesse*, algo pode ser do seu interesse e lhe beneficiar, mas o ser, em si, pode não *ter* interesse (psicológico) nisso, como é o caso das plantas. O autor propõe que para saber se algo é (verdadeiramente) do interesse de X, não se questiona se X tem interesse nisso, e sim se isso *promove ou protege* o seu bem-próprio. Essa é uma questão objetiva, porque ela não é determinada pelas crenças, desejos, sentimentos ou *interesses conscientes* (racionais)¹⁵⁶ de X.¹⁵⁷

¹⁵³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 61-62. O autor recebe os conceitos de *bem* de G. H. Von Wright, *The Varieties of Goodness* (New York: Humanities Press, 1963), na nota de rodapé 2, em TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 61. O conceito geral de *bem humano* busca tanto de Platão como de Aristóteles.

¹⁵⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 62.

¹⁵⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 62.

¹⁵⁶ De acordo com a filósofa animalista Sônia T. Felipe, podem-se dividir os interesses em três tipos: biológicos, psicológicos, e racionais/simbólicos, próprio dos agentes morais na construção autodirigida de sua biografia. “Enquanto o interesse moral só existe em sujeitos dotados de razão e liberdade para tomar decisões e agir, o interesse psicológico existe em todos os animais, humanos e não humanos, dotados de sensibilidade e capazes de serem afetados emocionalmente pelo impacto de interações que afligem seu organismo e os

Junto ao conceito de bem-próprio figura outro de grande relevância na teoria de Taylor, o de *bem-inerente*. Ele não se confunde com o conceito de *bem-próprio*, ele se encontra no espaço lógico do *fato de algo ter bem-próprio* (uma declaração de ser) e da afirmação que esse *deve* ou *não deve ser tratado de determinada maneira* (uma declaração de dever ao agente moral). Uma teoria pode reconhecer que um animal ou uma planta tem *bem-próprio* e, ainda assim, negar o dever do agente moral de promover ou proteger esse bem ou mesmo abster-se de prejudicá-lo. Na ética do respeito pela natureza, ao reconhecer em uma entidade viva o bem-próprio, o agente moral, com uma atitude de respeito pela natureza, deve também considerá-la como sendo digna de respeito, com bem inerente, se comprometendo a não prejudicá-la ou interferir em sua natureza.¹⁵⁸

Quando define essa concepção de bem-inerente, Taylor estabelece uma clara distinção de conteúdo material entre as categorias *valor intrínseco* (*intrinsic value*, um *valor subjetivo*), *valor inerente* (*inherent value*) e *bem-inerente* (*inherent worth*). Para o autor, o termo *valor intrínseco* é utilizado quando os seres humanos colocam um valor positivo em um evento ou condição de suas vidas que sentem como uma experiência diretamente agradável para si. Essa experiência, considerada boa *por conta* da sua agradabilidade (*enjoyableness*), é julgada intrinsecamente boa. O valor intrínseco é igualmente colocado nas metas que os seres conscientes traçam como fins para si e também sobre os interesses que perseguem como intrinsecamente valiosos. Enquanto uma atividade é dirigida por si ou como um fim em si mesmo, independente de ser valorada por suas consequências, ela tem um valor intrínseco para aqueles que encontram satisfação nela.¹⁵⁹

Por sua vez, o valor inerente é o valor colocado em um objeto ou em um lugar (como uma obra de arte, um edifício histórico, um campo

forçam a viver sem as condições de bem-estar próprias de sua natureza específica. [...] O interesse biológico, propriamente dito, não requer nem a capacidade para fazer uso da razão, nem a sensibilidade ou consciência de si. Este interesse pode ser considerado um interesse da vida mesma. Todos os seres vivos são sujeitos de interesses biológicos específicos, ainda que nem todos os seres vivos sejam sujeitos de interesses psicológicos e de interesses morais.” FELIPE, Sônia T. Por uma questão de justiça ambiental. *Ethic@: Revista Internacional de Filosofia Moral*. Edição Especial. v. 5, n. 3, p. 6-7, jul. 2006.

¹⁵⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 63.

¹⁵⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 71-72.

¹⁵⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 73.

de batalha, uma *maravilha da natureza*, ou um sítio arqueológico) que se acredita que deva ser preservado, não por causa de sua utilidade ou seu valor comercial, mas simplesmente porque ele tem beleza, importância histórica ou significância cultural. Independentemente da base de valor inerente colocada em algo, se é histórica, cultural ou uma questão estética de sentimento pessoal ou admiração, seu valor inerente é relativo e depende de alguém valorizá-lo. Caso os marcos históricos, as áreas cênicas incomuns, as ruínas de civilizações antigas não forem consideradas significativas ou valiosas em si mesmas, elas não terão valor inerente. O seu valor é *inerente* apenas na medida em que são valorizadas pela sua importância não-comercial e independentemente de qualquer utilidade prática. Dessa maneira, o valor inerente é semelhante ao valor intrínseco. Ambos resultam da valorização subjetiva relativa dos seres conscientes. Nenhum tipo de valor é devidamente atribuído a qualquer dessas coisas ou fenômenos fora da sua relação com os seres que as valoram.¹⁶⁰

Entretanto, quando Taylor utiliza o conceito de *bem-inerente* (*inherent worth*), ele o faz distinguindo-o das duas categorias anteriores (valor intrínseco e valor inerente), devendo ser atribuído apenas a entidades que têm um *bem-próprio*. Para poder dizer que o ente X possui *bem-inerente* é necessário:

Um estado de coisas no qual o bem de X é melhor realizado, do que um estado de coisas similar no qual ele não é realizado (ou não é realizado no mesmo grau), (a) independentemente de como X é valorado, intrínseco ou instrumentalmente, por um avaliador humano, e (b) independentemente de X ser, de fato, útil na promoção dos fins de um ser consciente ou na promoção da realização de algum outro ser, o humano ou não-humano, consciente ou não-consciente.¹⁶¹

Portanto, a afirmação de que uma entidade tem bem-inerente deve ser entendida implicando dois juízos morais, quais sejam: (1) que a entidade é merecedora de consideração, ou, em outras palavras, que

¹⁶⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 73-74. Estes conceitos de valor inerente e de valor intrínseco utilizados por Taylor são recebidos de C. I. Lewis, em *An Analysis of Knowledge and Valuation* (La Salle, III: Open Court, 1946), capítulos 13 e 14. Na nota de rodapé 6. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 74.

¹⁶¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 75.

deve ser tratada como paciente moral, e (2) que todos os agentes morais têm um dever, *prima facie*, de promover ou preservar o bem da entidade como um fim em si e em prol da entidade.¹⁶²

O bem-inerente é um conceito que se afasta da noção de mérito, pois em uma avaliação meritosa, a excelência dos indivíduos é determinada e *ordenada* por critérios segundo os quais o indivíduo é classificado (ou hierarquizado) na medida em que é bom ou ruim, melhor ou pior, em algo.¹⁶³

Essa perspectiva biocêntrica, portanto, gera quatro implicações. Em primeiro lugar, todas as coisas vivas são compreendidas como tendo o mesmo estatuto, o de paciente moral, a quem algo é devido. Ninguém é considerado inerentemente (isto é, aparte de mérito) superior ao outro. Como pessoas, todos são considerados merecedores de igual respeito e consideração. A segunda implicação é que ninguém deve ser tratado somente como um mero meio para os fins de outra pessoa. O princípio da humanidade como um fim em si mesmo (Kant) é uma implicação da proposição de que todas as pessoas, como pessoas, têm dignidade inerente (Kant). Em terceiro lugar, se todas as pessoas são consideradas possuidoras de bem-inerente, a proteção do bem de cada indivíduo é aceita como um fim supremo (*ultimate*), a ser fomentado para o bem dessa pessoa. A quarta implicação é de que o bem das pessoas deve ser promovido ou protegido por uma questão de princípio moral.¹⁶⁴

No domínio da ética ambiental, todos os animais e plantas silvestres têm bem-inerente (diferente de mérito), guardando, dessa forma, uma estreita simetria com as implicações pertencentes ao campo da ética humana. Em primeiro lugar, se o bem-inerente é atribuído a qualquer criatura silvestre apenas em virtude de ser um membro de uma comunidade biótica de um ecossistema natural, então cada animal ou planta é compreendido como tendo o mesmo estatuto de sujeito moral no qual algo é devido pelos agentes morais. Qualquer que seja a sua

¹⁶² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 75. Na nota de rodapé 7, na mesma página, Taylor afirma que seu conceito de *bem-inerente* tem o conteúdo semelhante ao de *valor inerente* de Tom Regan, em *The Case for Animal Rights*.

¹⁶³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 76-77. Na sua nota de rodapé 8, o autor indica que, originalmente, a sua distinção de mérito e bem-inerente advém de Gregory Vlastos ('Justice and Equality,' em R. B. Brandt, ed., *Social Justice*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1962, pp. 47-61). TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 76.

¹⁶⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 78.

espécie, nenhum é considerado superior ao outro e todos são considerados merecedores de igual consideração. Em segundo lugar, nenhuma coisa viva deve ser tratada como um mero meio para fins humanos, pois isso entraria em contradição, que equivaleria a uma negação do seu estatuto de portadora de bem-inerente. Em terceiro lugar, a promoção ou a proteção do bem de cada um é tomado como um fim último, fomentado para o bem do ser. Quarto, é uma questão de princípio que agentes morais são obrigados a dar consideração ao bem de tal ser. Eles têm o dever de respeito, independentemente de sentirem (ou não) um amor para com o organismo e, assim, estarem inclinados (ou não) a cumprir o dever.¹⁶⁵

2.3.1 Atitude de respeito pela natureza

Na análise de Taylor, há uma atitude geral humana para com a natureza que é necessariamente incompatível com a atitude de respeito: a atitude de exploração que, na civilização ocidental, sempre foi uma atitude dominante, tomada pela maioria dos seres humanos em relação ao mundo natural e à biocultura, que vê os não-humanos como meros *recursos naturais* a serem *desenvolvidos, utilizados e consumidos* para fins humanos, ou seja, com valor instrumental e não com um bem-inerente. O avanço da civilização foi uma questão de *subjugar o silvestre, conquistar a natureza* e colocá-la a serviço da humanidade para que uma vida humana melhor pudesse ser apreciada pelas pessoas.¹⁶⁶

Conceitualmente, a atitude de respeito pela natureza é traduzida em um conjunto de normas morais a serem incorporadas no caráter de uma pessoa que assim se sente habilitada a expressar sua atitude. A conduta de um indivíduo pode, então, ser vista como expressão do respeito pela natureza, na medida em que preenche um determinado conjunto de regras. O respeito pela natureza se personifica no conjunto de normas morais que, quando aprovadas e cumpridas pelos agentes morais, servem para guiá-los no desempenho das suas ações e no desenvolvimento de traços de caráter que expressam a atitude da maneira indicada.¹⁶⁷

A atitude de respeito pela natureza é um conjunto de disposições dos agentes morais. Taylor as classifica em quatro tipos: a dimensão

¹⁶⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 78-79.

¹⁶⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 95.

¹⁶⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 88-89.

valorativa, a conativa, a prática e a afetiva, podendo ser resumidas como a seguir.¹⁶⁸

- a) A *dimensão valorativa* é a disposição de fazer juízos corretos de valor. É a dimensão central, uma disposição de respeito por todas as coisas vivas silvestres possuidoras de bem-inerente e tratando seu bem como merecedor de consideração moral e sua existência digna de ser preservada como um fim em si.
- b) A *dimensão conativa* é a disposição de ter certos fins ou querer atingir determinados objetivos. O agente moral define metas para si no intento de alcançar seus fins e objetivos, e de obter o que quer, satisfazendo seus desejos. Cumprir os princípios da beneficência e da não-maleficência envolve a adoção de políticas e de engajamento em práticas que visam formas específicas de preservação dos ecossistemas naturais e da garantia de um ambiente físico do planeta benéfico para a grande variedade de comunidades bióticas.
- c) A *dimensão prática* é a disposição para agir baseado em certas razões. É uma capacidade de pensar e decidir sobre as razões a favor ou contra a ação e para agir ou abster-se de agir por essas razões. Engloba poderes de avaliação e deliberação, de tomada de decisão e o exercício da vontade. As capacidades da razão prática entram em jogo sempre que uma escolha deve ser feita entre possibilidades alternativas de ação. O sujeito *julga* as alternativas para determinar se elas devem ser realizadas, ou não. Taylor delibera, ponderando as razões, a favor e em contra, de cada alternativa considerada. A decisão elege a alternativa que tem motivos mais fortes em seu favor e a vontade é exercida com a execução da decisão na vida prática.
- d) A *dimensão afetiva* é a disposição de ter certos sentimentos decorrentes das ações. Sentir prazer por determinadas ocorrências que mantêm a boa existência da comunidade de vida da Terra, ou se sentir insatisfeito, com qualquer ocorrência que lhe faça mal.

Tendo estas dimensões em mente, o princípio central da teoria da ética ambiental defendida por Taylor é que as ações são corretas e os

¹⁶⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 81-83.

traços de caráter são moralmente bons na medida em que expressam ou incorporam uma *atitude moral última*, chamada de respeito pela natureza. Quando os agentes morais adotam a atitude, eles inscrevem um conjunto de normas de caráter e regras de conduta em seus princípios éticos. Ter atitude implica em ser moralmente comprometido a cumprir as normas e respeitar as regras, estar disposto a praticar ou a se abster de certos tipos de ações.¹⁶⁹

Em relação à dimensão afetiva e a uma terminologia corrente no âmbito do movimento do respeito à vida animal, Taylor distingue o *respeito pela natureza* do *amor à natureza*. O respeito é uma atitude moral, não uma questão de simpatia pessoal ou simples cuidado na forma, como o amor à natureza é. Os sentimentos que se podem ter para com os animais e as plantas fazem com que a pessoa tenha uma preocupação com seu bem-estar. Uma pessoa pode ter um gosto especial por uma determinada espécie em uma área silvestre (por exemplo, as araucárias) de uma comunidade biótica inteira (como toda a flora e fauna encontradas em um trecho de floresta favorito) e, conseqüentemente, experimentar sentimentos de preocupação e cuidado com essas coisas vivas. Quando a preocupação e o cuidado advêm dessa forma de afeto pessoal, fazem parte de um *amor pela natureza*. A atitude de respeito não é uma relação privada entre a pessoa que tem a atitude e seu objeto de afeto, aquele que tem a atitude de respeito defende sua adoção universal. Uma vez que o respeito não está no apelo emocional que os seres vivos tenham para o agente moral, o fato de um animal ou planta ser atrativo para ele não é relevante para se adotar a atitude de respeito. Algumas coisas no mundo natural podem ser estética, simbólica ou culturalmente mais bonitas, interessantes, ou mais agradáveis para os agentes morais. Algumas podem ser pouco atraentes, desinteressantes e até mesmo repulsivas ou em nada afetar a consideração de seu bem-estar. Como possuidoras de *bem-inerente*, as coisas vivas são consideradas merecedoras do respeito e consideração de todos. Independentemente da afeição pessoal sentida por eles, cada pessoa entende-se obrigada a dar o devido reconhecimento ao seu bem-próprio.¹⁷⁰

A atitude de respeito é uma atitude de nível moral superior em relação a outros tipos de atitude, por exemplo, à atitude de curiosidade científica, à atitude estética de apreciação da beleza natural, à atitude hedonista de gozar do prazer de ficar ao ar livre. Essas atitudes nunca

¹⁶⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 80-81.

¹⁷⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 90-92.

substituem ou sobrepõem à conduta de expressar respeito, pois as normas morais têm sempre prioridade sobre quaisquer outras normas. Portanto, se a busca do conhecimento científico e qualquer outro tipo de atividade, implicam em causar dano a criaturas silvestres, um princípio mais básico ou de maior nível será violado.¹⁷¹ A atitude hedonista com a natureza pode acarretar um prejuízo considerável para as comunidades de vida silvestre. A construção de píers e marinas, campos de golfe e trilhas para caminhadas podem interferir de forma prejudicial no funcionamento dos ecossistemas naturais. Salvo alguma *razão moral convincente*, ninguém que tenha o respeito genuíno pela natureza pode considerar isso admissível do ponto de vista ético.¹⁷²

2.3.2 A perspectiva biocêntrica e o sistema de crenças

O *sistema de crenças da perspectiva biocêntrica (biocentric outlook)* é o que torna inteligível aos agentes morais tomar a atitude moralmente genuína. O significado moral que o mundo natural tem para o agente moral depende da forma como esse olha para a natureza e como compreende seu papel nela. A menos que se compreenda o que significa concordar com o sistema de crenças e, assim, visualizar a ordem natural dessa perspectiva, não se pode ver uma razão para se adotar a atitude de respeito pela natureza.¹⁷³

Taylor reconhece quatro crenças que formam o núcleo da perspectiva biocêntrica, a saber:

- a) os seres humanos são membros da *comunidade de vida da Terra*, no mesmo sentido e nos mesmos termos nos quais outros seres vivos são membros dessa comunidade;
- b) a espécie humana, juntamente com todas as outras espécies, integra um sistema de interdependência de tal forma que a sobrevivência de cada ser vivente, assim como suas chances de se sair bem ou mal, são determinadas não só pelas

¹⁷¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 92.

¹⁷² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 93-94. Entretanto, as atitudes científicas, estéticas e hedonistas não são *necessariamente* incompatíveis com o respeito pela natureza. Pode-se fazer um esforço especial para organizar as coisas de modo que nenhum dano real seja feito à espécie, às populações e às comunidades de vida em causa. Isso envolve a colocação cuidadosa de restrições sobre a atividade humana em áreas ecologicamente sensíveis, proibindo o exercício de determinadas práticas.

¹⁷³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 99.

condições físicas do seu ambiente, mas também por suas relações com outros seres vivos;

c) todos os organismos são *centros teleológicos de vida*, no sentido de que cada um é um indivíduo singular que busca o seu próprio bem, à sua maneira; e

d) os seres humanos não são inerentemente superiores às outras coisas vivas.¹⁷⁴

Para Taylor, na medida em que os agentes morais são *racionais*, *factualmente informados* e têm um alto nível de *consciência da realidade*, eles consideram essas crenças aceitáveis. A aceitabilidade das crenças, afirma o autor, está relacionada com a *racionalidade*, o *esclarecimento factual* e o *conhecimento da realidade*, de tal forma que os agentes morais que têm essas propriedades aceitam as *crenças porque* eles são racionais, informados e conscientes da realidade.¹⁷⁵

Nesse quadro conceitual de crenças sobre o lugar do humano na natureza, a rejeição da ideia da superioridade humana e, mais amplamente, a ideia de que qualquer espécie é inerentemente superior (ou inferior) a qualquer outra, implica a sua contrapartida positiva: o princípio da imparcialidade das espécies. Esse é o princípio de que cada espécie conta como tendo o mesmo valor. Independentemente da espécie, ela é considerada, *prima facie*, merecedora de igual consideração por parte dos agentes morais, sendo seu bem considerado digno de ser preservado e protegido como um fim em si. Pela coesão interna dos quatro elementos que compõem a perspectiva biocêntrica, forma-se uma visão abrangente do reino da vida e da natureza, fornecendo um mapa geral do mundo natural, o que permite aos agentes morais verem onde e como se encaixam. Toma-se consciência de que a espécie humana é apenas mais uma espécie em um contexto ecológico, sem negar as necessidades próprias dessa espécie.¹⁷⁶

A ética do respeito obedece determinados critérios bem estabelecidos na história da filosofia para a aceitação de uma visão de mundo filosófica. Estes critérios tradicionais são:

a) *abrangência e completude*: a perspectiva biocêntrica oferece uma visão abrangente que inclui o que há de importante e relevante, pois apresenta a visão unificada das principais características desse mundo;

¹⁷⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 99-100.

¹⁷⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 100.

¹⁷⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 155-158.

- b)*ordem sistemática, coerência e consistência interna*: a perspectiva reúne e sistematiza um conjunto de ideias que fazem sentido quando unidas, constituindo um conjunto bem ordenado de conceitos e proposições;
- c)*liberdade da obscuridade, confusão conceitual e vacuidade semântica*: a perspectiva biocêntrica contém muitos conceitos abstratos e generalizações. Essas ideias e crenças são apresentadas com bom grau de clareza e precisão. O panorama está firmemente enraizado em conclusões das ciências físicas e biológicas, escapando de noções obscuras e abstrações vagas; e
- d)*coerência com todas as verdades empíricas conhecidas*: o sistema de crenças é informado pelo conhecimento científico, ou seja, o conteúdo factual empírico do sistema de crenças é dependente e moldado pelas descobertas em curso das ciências biológicas e físicas, fazendo com que seu conteúdo empírico seja constantemente ampliado para acomodar novas observações, hipóteses recém estabelecidas e as novas teorias explicativas.¹⁷⁷

Estes critérios servem como testes para a adequação global e satisfatória da visão de mundo. Além destes critérios de aceitabilidade, existem condições ideais de capacidades para um agente moral poder avaliar este sistema de crenças:

- a)*racionalidade no pensar e julgar*: abrange um conjunto de capacidades estreitamente interrelacionadas. Começando com a (i) *objetividade*, a capacidade e disposição para levar em conta apenas os motivos relevantes para a decisão a ser tomada. A disposição de ser (ii) *desinteressado em seu julgamento*, não sendo influenciado pelo fato de aceitar uma visão de mundo do interesse pessoal ou da própria família, amigos, grupo social, raça, sexo ou qualquer outra característica, (iii) a capacidade e disposição para *raciocinar dedutivamente*, atendendo-se aos fatos. Estar disposto a insistir na (iv) *clareza conceitual* das disposições e na compreensão do conteúdo de qualquer visão de mundo a ser avaliado. Um avaliador racional idealmente fará uma (v) *reflexão crítica* ao julgar o mérito de uma visão de mundo, sempre levantando questões e dúvidas quanto ao seu

¹⁷⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 159-161.

significado. Ter um (vi) *juízo independente*, como capacidade e disposição de pensar por si, não simplesmente aceitando as razões oferecidas pelo outro e rejeitando qualquer apelo à autoridade;

- b) *esclarecimento factual*: um avaliador competente ideal deve ter bem estabelecido um conhecimento empírico das questões relevantes ao fato. Só se pode julgar competentemente se se sabe bem o que se está julgando, e isso inclui conhecer as verdades empíricas sobre as visões de mundo em meio às quais a decisão está sendo tomada; e
- c) *capacidade desenvolvida com sentido de realidade*: uma capacidade maior de consciência da realidade e dos organismos tem influência direta na vida prática para seguir o sistema de crenças e lhe inspirar e suportar algumas atitudes fundamentais expressas nos princípios normativos. Com uma consciência da realidade dos organismos é possível assumir a sua posição e imaginar o mundo desde sua perspectiva. Com essa capacidade podem-se fazer julgamentos precisos sobre o que é favorável ou prejudicial para a realização do seu bem.¹⁷⁸

2.3.2.1 Humanos como membros da comunidade de vida da Terra

Para Taylor, tomar consciência do fato de ser membro de uma espécie biológica é o primeiro passo para aceitar a perspectiva biocêntrica. Deixam-se de lado as diferenças, percebe-se a natureza humana como organismo biológico e a relação humana com os ecossistemas da Terra como apenas mais uma espécie, entre muitas outras. Taylor elenca cinco realidades nas quais os humanos estão inseridos nessa comunidade no mesmo patamar dos não-humanos. Estas realidades são descritas da seguinte maneira:

- a) *os humanos, assim como os não-humanos, têm de enfrentar certos requisitos físicos e biológicos para a sua sobrevivência e bem-estar*. Para viver uma vida longa e saudável, na plenitude de suas capacidades biológicas e realizar o seu bem-próprio a um elevado nível é necessário que se exerçam funções que permitam a coexistência ecológica com outros organismos. Existe uma necessidade

¹⁷⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 163-165.

constante de adaptação às mudanças ambientais e às atividades de outros organismos em seu ambiente. Taylor ressalta que não há dúvida de que os seres humanos têm outros propósitos na vida que não sejam a simples sobrevivência biológica e o bem-estar físico, mas a sobrevivência a um certo nível mínimo de força e saúde é condição necessária para a persecução dos outros valores humanos;¹⁷⁹

- b) *os não-humanos, assim como os humanos, têm um bem-próprio, cuja realização depende das contingências que nem sempre estão sob seu controle ou sob o dos humanos.* O conceito de entidade-tendo-um-bem-próprio (*entity-having-a-good-of-its-own*) define que tudo o que está vivo tem um bem, tanto seres humanos quanto não-humanos, e as condições exigidas para a sobrevivência biológica e de saúde para todos nem sempre estão sob controle e muitas vezes não podem ser evitadas. Para Taylor, não importa o quanto os humanos acreditem que possam *vencer* a natureza e manipulá-la com êxito para os próprios fins. É um engano não ser capaz de reconhecer os limites do próprio conhecimento e poder. A partir desta perspectiva se constitui o critério de consideração da comunidade moral: a *vulnerabilidade*;¹⁸⁰
- c) *há um quarto sentido de liberdade, mantido igualmente entre humanos e não-humanos, e esse tipo de liberdade é de grande importância na luta das coisas vivas para realizar o seu bem, seja humano ou não-humano.* O livre-arbítrio, a autonomia e a liberdade política são capacidades humanas não encontradas em outros animais e plantas, permitindo aos humanos ter autogoverno e autodireção para estabelecer as próprias metas, moldar o próprio futuro e determinar por si quais os valores pelos quais lutar e ainda participar de instituições democraticamente estruturadas, oportunizando exercer influência sobre as práticas sociais e políticas que afetam sua vida e bem-estar. No entanto, há um quarto sentido pelo qual os seres humanos podem se dizer livres, aplicável igualmente às coisas vivas não-humanas: *a*

¹⁷⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 103-104.

¹⁸⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 104-105.

liberdade de ser capaz de preservar sua existência e seu bem-próprio. Essa liberdade equivale a uma *ausência de restrições* (*absence of constraints*), classificadas como: restrições internas e externas; e restrições positivas e negativas. As restrições externas residem fora do corpo ou da mente do organismo e as restrições internas são condições do corpo ou da mente do organismo. A distinção entre restrições positivas e negativas repousa sobre a diferença entre a existência e a não existência de algum estado de coisas especificáveis.¹⁸¹ Quanto menor a quantidade de restrições, obstáculos, ou forças que frustrem a tentativa de perseguir suas necessidades, maior o grau dessa liberdade. Diz-se que um organismo é livre quando ele tem a capacidade e oportunidade para promover ou proteger o seu bem de acordo com as leis da sua natureza. Com esse argumento, Taylor explica e exemplifica que é possível falar de liberdade inclusive para plantas. Por exemplo, no caso em que uma árvore ou uma planta ornamental torna-se incapaz de crescer normalmente, porque suas raízes foram presas em um vaso de concreto, ao ser transplantada para o solo, livra-se da restrição (*externa positiva*) que impedia seu desenvolvimento normal. Um importante sentido da palavra *liberdade* se aplica a animais e plantas no mesmo grau em que se aplica aos humanos. A ausência de restrições é um bem instrumental para todas as coisas vivas. Os organismos

¹⁸¹ Taylor expõe de forma didática que estas duas classes podem ser combinadas de modo a produzir quatro tipos de restrições: a) *externa positiva*: portas fechadas, cercas de arame farpado, bombas de gás lacrimogêneo disparadas contra alguém, ser amarrado e amordaçado, ser espancado ou torturado; b) *interna positiva*: pensamentos e sentimentos obsessivos, desejos ou ansiedade incontroláveis, necessidades fisiológicas extremas, tais como a necessidade de comer, beber, dormir ou excretar; c) *externa negativa*: ausência de dinheiro, comida, água potável, serviços médicos, gás ou combustível para aquecimento, eletricidade, transporte, ferramentas; d) *interna negativa*: falta de conhecimentos, habilidades, saúde, deficiência mental ou física. Taylor esclarece que nem sempre é possível traçar linhas divisórias nítidas entre os tipos de restrições. A ausência de alimentos (uma restrição externa negativa sobre aqueles que estão desnutridos), por exemplo, é uma contraparte para a presença da fome (uma positiva restrição interna) e as várias incapacidades que acompanham a desnutrição (restrições internas negativas). TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 107-108.

vivos constituem uma comunidade de entes em parte porque têm esse valor em comum;¹⁸²

- d) *os seres humanos, como espécie, têm uma origem recente no planeta.* Apoia-se na ideia de origem comum dos entes vivos, pois foi pela mesma ordem de processos evolutivos, das leis da seleção natural e da transmissão genética que teve origem a espécie humana, assim como qualquer outra espécie. A extensão total da existência humana é um breve instante, em comparação com os períodos em que algumas plantas e animais estão presentes no planeta. Muito antes do aparecimento humano já havia um sistema de relações entre as espécies que fez a adaptação mútua e a interdependência e permitiu a transmissão genética. Para que surgisse o humano, o sistema de vida já tinha que estar lá. O humano, portanto, não é um objeto especial da criação, é produto de um sistema que também produziu qualquer outro tipo de coisa viva. Desse ponto de vista, para o agente moral, faz mais sentido entender sua participação como membro da *comunidade de vida da Terra*;¹⁸³ e
- e) *o fato de que os humanos não podem viver sem os demais organismos vivos, enquanto estes podem viver sem os humanos.* A vaidade da alegação da superioridade humana atinge a humanidade com força. No entanto, do ponto de vista biológico, os seres humanos são absolutamente dependentes da solidez e da boa saúde da biosfera da Terra. De fato, a vida se desenvolveu e se manteve muito bem por um período superior a dez mil vezes a duração total da existência humana no planeta. Os humanos são apenas recém-chegados e também dependentes e incapazes de se sustentar sem a ajuda do resto da ordem natural da vida. Enquanto a biosfera da Terra está funcionando bem, a dependência humana em relação à integridade de todo o reino da vida é absoluta.¹⁸⁴

¹⁸² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 108-111.

¹⁸³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 111-113.

¹⁸⁴ Taylor propõe supor, por outro lado, a relação inversa, na qual a espécie humana se extingue a partir de uma autodestruição ou causa natural, como uma doença incontrolável. A biosfera da Terra poderia ainda continuar a existir, a vida continuaria sem humanos e sua extinção não seria uma perda para outras

2.3.2.2 O mundo natural como um sistema de interdependência

Para Taylor, o reino da vida é entendido como um vasto complexo de relações de interdependência, semelhante ao encontrado em cada ecossistema, pois nenhuma comunidade de vida associada a um determinado sistema ecológico é uma unidade isolada, pois ela está ligada direta ou indiretamente com outras comunidades de vida. O que acontece com uma terá consequências para as outras. Os humanos são parte integrante do sistema da natureza e reconhecem que para se sair bem ou mal dependem, em grande parte, do papel que escolherem desempenhar, se vierem a quebrar as suas conexões com esse conjunto unificado que é a biosfera da Terra, ou, se a perturbarem muito severamente, destruirão as suas chances de realizar os seus valores humanos e também as dos demais organismos vivos individuais.¹⁸⁵

2.3.2.3 Organismos individuais como centros teleológicos de vida

O terceiro componente da visão biocêntrica se concentra na vida dos organismos individuais. Para Taylor, o conhecimento e a compreensão humana sobre os entes vivos mostraram que eles vivem de acordo com as leis de *sua* espécie e que cada organismo individual carrega uma *singularidade*¹⁸⁶. Conhecendo cada espécie e organismo pode-se alcançar uma genuína compreensão do seu ponto de vista (*standpoint*), tendo a capacidade de se colocar, imaginativamente, na situação do organismo e olhar o mundo a partir do seu ponto de vista. Só se pode elevar a consciência humana sobre o que significa ser uma coisa viva singular por um processo de desenvolvimento progressivo do conhecimento objetivo e independente, reconhecendo a sua individualidade para uma consciência plena do seu ponto de vista.¹⁸⁷

espécies, nem um prejuízo para o ambiente natural. Ao contrário, os outros seres vivos seriam muito beneficiados. A presença humana, em suma, não é *necessária*. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 113-115.

¹⁸⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 118.

¹⁸⁶ Os organismos individuais são vistos como únicos e com um ponto de vista único. Cada qual se determina de maneira muito particular para reagir ao seu ambiente, interagir com outros organismos individuais e se submeter às transformações das diversas fases do ciclo de vida da sua espécie. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 122-123.

¹⁸⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 119-121. Taylor esclarece que a compreensão dos organismos individuais como centros teleológicos de vida não significa antropomorfizar-los. Não envolve *ler* neles características humanas.

Agregada à concepção de organismo singular, encontra-se a concepção de *centros teleológicos de vida*, aquelas coisas vivas em luta para preservar a si e realizar seu bem-próprio. Para Taylor,

[d]izer que é um Centro Teleológico de Vida é dizer que o seu funcionamento interno, bem como suas atividades externas, são todas orientadas para realizar objetivos, tendo a tendência constante de manter a existência do organismo através do tempo e lhe permitir executar com sucesso aquelas operações biológicas pelas quais reproduz a sua espécie e se adapta continuamente às mudanças em eventos e condições ambientais. É a coerência e a unidade dessas funções de um organismo, todas voltadas para a realização de seu bem, que lhe tornam um centro teleológico da atividade. Física e quimicamente, é nas moléculas de suas células que essa atividade ocorre, mas o organismo, como um todo, é a unidade que responde ao seu ambiente e assim consegue (ou tende a conseguir) o fim de sustentar a sua vida.¹⁸⁸

A consciência humana dessa realidade da existência das outras coisas vivas permite buscar a capacidade real de tomar a sua posição e fazer julgamentos com base em seu *bem-próprio*. Isto representa sair dos limites usuais da antropocentricidade. O horizonte do mundo da imaginação moral do humano se abre para englobar todas as coisas vivas, analogamente ao exercício de busca da perspectiva do outro, da ética humana, pois se alguém não tem a capacidade de percepção imaginativa do mundo experimentado por outra pessoa, não será capaz

Ele exemplifica que uma árvore é um centro teleológico de vida, não implicando que *objetive intencionalmente preservar a sua existência*, exercendo esforços para evitar a morte, ou que ela mesma *se importe* em viver ou morrer. Organismos como uma árvore não têm uma vida consciente, não estão conscientes do mundo em torno deles, tendo pensamentos ou sentimentos e, portanto, nenhum interesse psicológico em tudo o que lhes acontece. No entanto, eles têm um bem-próprio em torno do qual o seu comportamento é organizado em um sistema meta-orientado de atividades coerentemente ordenadas que têm uma tendência constante para proteger e manter a sua existência. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 121-122.

¹⁸⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 121-122.

de conceber plenamente o que significa o que outra pessoa vive em sua vida.¹⁸⁹

2.3.2.4 Negação da Superioridade Humana

O quarto elemento do sistema de crenças sugerido por Taylor consiste na rejeição total da ideia de que seres humanos são superiores aos outros seres vivos.¹⁹⁰ A superioridade humana se ancora na capacidade da razão, da linguagem falada e no livre arbítrio que dota os humanos com um valor especial nobre, porque lhes permite viver em um plano superior de existência que os outros seres vivos não são capazes. Para os seres humanos, estas capacidades são fundamentais para a preservação e o enriquecimento da civilização humana e, obviamente, do ponto de vista humano, elas são julgadas como desejáveis e boas. A posição especista, antropocêntrica, afirma a superioridade humana sobre os não-humanos desde um ponto de vista em que o bem dos seres humanos é tomado como padrão de julgamento e as características humanas são valiosas. Mas as declarações de superioridade são baseadas em julgamentos de mérito e para julgar os méritos de uma pessoa ou de um organismo deve-se aplicar uma classificação, ou *ranking* para que empiricamente se determine quem tem as melhores propriedades de mérito. O que se sugere na perspectiva biocêntrica é olhar para as capacidades dos animais e plantas do ponto de vista de *seus* bens para encontrar um julgamento contrário ao da superioridade.¹⁹¹

¹⁸⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 128.

¹⁹⁰ Isso significa tratar de uma discriminação muito arraigada na tradição moral, o que Richard D. Ryder denominou de *especismo*, a crença de que os seres humanos possuem um tipo de valor e dignidade superior não presente em outras formas de vida. Ryder emprega provisoriamente este termo em 1973 e definitivamente em 1975, como aponta Felipe, quando reconhece o preconceito de não considerar igualmente interesses semelhantes dos animais. Este valor superior humano se dá por mérito comparativo ou por diversas visões e argumentos filosóficos comumente seguidos na história e que resultam na diminuição do estatuto moral dos organismos vivos que não nascem na espécie humana. O especismo compartilha da mesma matriz cognitiva perfeccionista hierárquica de outros preconceitos morais, por exemplo, o racismo, o machismo e o elitismo. FELIPE, Sônia T. *Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003, p. 82-104.

¹⁹¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 129-131.

A aplicação da lógica dos méritos humanos para os não-humanos apresenta uma falha, afirma Taylor, pois muitos padrões de mérito não se aplicam a organismos não-humanos. Somente os seres humanos podem ser efetivamente julgados *excelentes*, *bons* ou *maus*, por exemplo, *maus* cientistas ou *bons* engenheiros. Em suas palavras:

é feito um erro de categoria se os padrões a serem aplicados em tais julgamentos são utilizados para julgar que os seres humanos são superiores aos animais não-humanos. Um tipo de entidade pode ser julgada significativamente superior em mérito à outra, apenas se os dois tipos de entidades se encaixam devidamente no âmbito da aplicação dos padrões a serem utilizados. Animais e plantas não podem ser considerados “maus” cientistas, engenheiros aeronáuticos, críticos de teatro, ou juízes da Suprema Corte. No que diz respeito a essas posições e atividades, eles não são nem bons, nem maus. Mais precisamente, não tem sentido (*nonsense*) falar deles como sendo bons ou ruins cientistas, engenheiros, críticos, ou juízes.¹⁹²

Os agentes morais só podem ser julgados moralmente melhores ou piores, por outros agentes morais. Juízos de superioridade moral, explica Taylor, são baseados na análise comparativa dos méritos ou das deficiências das entidades morais em julgamento. “Uma entidade só pode ser corretamente julgada moralmente superior à outra, quando padrões morais válidos são aplicados a *ambas as entidades*, e a primeira cumpra um maior grau do que a segunda.” Esse não seria o caso se os seres humanos fossem julgados superiores aos animais e às plantas, pois esses não são agentes morais. Não faz sentido falar de animais e de plantas como moralmente bons ou maus.¹⁹³

Além de analisar a questão da superioridade humana como um mérito comparativo, Taylor elenca os principais argumentos que dão suporte à ideia de superioridade humana, sustentando-se no valor intrínseco, ou seja, os seres humanos têm um valor inerente do qual animais e plantas carecem, em virtude de nascerem na espécie humana. Ele considera três argumentos que, na história da filosofia ocidental,

¹⁹² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 131.

¹⁹³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 131-133.

tiveram a maior influência, e um argumento contemporâneo. Os três argumentos históricos se baseiam em:

- a) *uma visão essencialista da natureza humana encontrada no humanismo grego clássico*: a superioridade humana sobre as demais espécies estava implícita na definição clássica grega do homem como animal racional. A capacidade da razão era vista como uma marca especial de dignidade. Seres que não podem viver uma vida racional não podem se desenvolver na nobreza de caráter, sendo incapazes de alcançar o tipo de virtude que os seres humanos podem alcançar. Mas caso se questione o porquê de a essência humana conceder maior valor inerente aos humanos, para Taylor, não é possível fornecer qualquer razão para afirmar que o modo de vida humano é mais valioso do que o tipo de vida de outros animais. Por exemplo, segundo ele, o bem-estar de um leão não lhe exige racionalidade, a racionalidade é uma capacidade necessária aos humanos, mas desnecessária a outras classes de seres vivos no que diz respeito ao alcance do seu bem-próprio. Eles conseguem alcançar seu bem sem essa capacidade e muitas vezes possuem capacidades que estão muito além do alcance das capacidades humanas. Para Taylor, o ponto de vista humanista do pensamento grego clássico não dá uma razão objetiva para a doutrina da superioridade humana;¹⁹⁴
- b) *uma ideia da Grande Cadeia do Ser encontrada na metafísica do monoteísmo cristão tradicional*: é a visão que cada coisa existente tem um lugar certo em uma hierarquia infinita de entidades que se estende desde o ser mais perfeito até o mais simples ou imperfeito. Começando com um deus no topo, depois passando por vários níveis de seres místicos, como anjos e arcanjos, em seguida, para os seres humanos, seguidos por animais e plantas. Essa ordem ontológica é o pano de fundo metafísico no qual os seres humanos podem encontrar sua finalidade e natureza, encaixam-se entre os anjos (espiritual, imaterial, imortal) e os animais. Porque os seres humanos são feitos na imagem deste deus, eles foram colocados na escala de existência em uma posição mais elevada do que outras formas de vida e devem exercer um

¹⁹⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 135-139.

domínio sobre elas, na perseguição do seu bem, sendo bons administradores da Terra e fazendo uso da generosidade da natureza de uma forma responsável. Por deus ser a fonte de toda a existência e valor e pelos humanos serem mais parecidos com a perfeição absoluta de deus que os animais e plantas, o próprio deus lhes atribui maior valor. Portanto, pressupõe-se a bondade moral do ser que atribui estas posições. A bondade moral do deus-criador de todas as coisas não decorre do simples fato de ele ser um criador, alerta Taylor. A bondade do criador, afirmam alguns teólogos, pode ser estabelecida por referência aos seus atributos morais, como ser misericordioso, justo e amoroso. No entanto, a organização em ordem hierárquica (feita ou não com amor, misericórdia e justiça) não permite tirar qualquer conclusão sobre o valor inerente das criaturas. Por outro lado, o amor, a misericórdia e a justiça são sinais de bondade dentro da esfera da ética humana, mas não necessariamente em um domínio de relações que vão além da esfera humana. Pois, do ponto de vista de um animal não-humano ou de uma planta, deus não seria considerado como amoroso ou misericordioso ao torná-los inferiores e dando-os ao domínio humano. O rebaixamento de animais e plantas pelo seu criador põe em dúvida a suposta perfeição absoluta de seu amor por todas as suas criaturas, colocadas na Terra para o benefício humano. Do ponto de vista de animais e plantas, que são dados à subjugação pelos humanos, não se poderia falar de um perfeito amor de deus, nem de sua misericórdia, nem da sua justiça. A imagem metafísica da Grande Cadeia do Ser, para Taylor, é fundamentalmente antropocêntrica e, conseqüentemente, não pode ser usada para justificar a afirmação de que os seres humanos têm valor inerente superior ao de outros seres vivos;¹⁹⁵

- c) *uma teoria dualista da filosofia de René Descartes, segundo a qual os seres humanos possuem mentes e órgãos, mas os animais, sem mentes, são meros autômatos*: segundo Descartes os seres humanos são superiores aos animais e às plantas, porque, assim como corpos, os humanos têm almas ou espíritos, razão e livre-arbítrio. Os animais e as plantas

¹⁹⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 139-143.

são apenas corpos (autômatos), e como são apenas matéria, são compostos físicos e químicos, animados, mas sem experiência consciente ou mesmo capacidade de sentir dor (semelhantes à máquinas). Já com os humanos a mente tem o poder de governar o corpo físico (pensamento, imaginação e julgamentos morais). Esta perspectiva, analisa Taylor, encontra o entrave lógico em explicar como as duas substâncias (uma não-material e outra material) estão conectadas uma com a outra para formar a pessoa. Descartes pensava que havia um lugar onde a mente ligava-se diretamente ao cérebro e causava mudanças no corpo, entretanto isto contradiz a ideia de que a mente não pode ser localizada no espaço e faz a ligação entre corpo e mente incompreensível uma vez que não se pode explicar como algo não químico pode ter efeito em algo químico. Pelo fato de o *dualismo metafísico de espírito e matéria* se opor a qualquer comprovação clara ou coerente de ocorrência, a maioria dos filósofos contemporâneos rejeitam a noção cartesiana de conexão entre uma substância não-física a uma substância física. Elas são completamente distintas e completamente diferentes tipos de entidades. Essa separação total entre os seres humanos e outros animais vai de encontro ao conhecimento das ciências biológicas contemporâneo. Não só os mamíferos como muitos outros animais dão provas da capacidade de sentir prazer e dor. Tanto o seu comportamento externo quanto a sua estrutura interna cerebral e do sistema nervoso indicam que eles podem experimentar muitos tipos de emoções, incluindo medo, raiva, agitação, ansiedade e até preocupação para com outros em seu grupo. Para Taylor, o dualismo cartesiano não acomoda toda a compreensão científica recente sobre as semelhanças entre os seres humanos e os demais seres biológicos. Todos, inclusive plantas, experimentam e possuem um bem-próprio. Portanto, mais uma vez se pode concluir que esta teoria é apenas mais um viés antropocêntrico que reivindica o valor superior humano, com base em uma capacidade humana (razão) não possuída por outros organismos.¹⁹⁶

¹⁹⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 144-146.

Por fim, o argumento filosófico contemporâneo da superioridade humana sobre as demais espécies pode ser extraído dos escritos de Lombardi. O critério desse autor para estabelecer o grau de valor inerente se baseia nas capacidades do organismo, ao possuir as capacidades dos outros seres e ter capacidades adicionais. Para ele, embora os animais e as plantas tenham algum valor inerente, eles têm menos valor do que os seres humanos. Para Lombardi, utilizar animais e plantas como se eles tivessem apenas valor instrumental, como meios para fins humanos, é algo errado. No entanto, eles não merecem a mesma consideração que os seres humanos. Por terem um *menor grau de valor inerente* (dignidade), permite-se que o bem dos seres humanos possa substituir o seu bem quando há um conflito de interesses. Em resumo, o argumento central de Lombardi é: (i) plantas, animais e seres humanos são diferentes tipos de seres vivos; (ii) esses tipos são diferenciados pela amplitude de suas capacidades; (iii) quanto maior a gama de capacidades de uma entidade, maior será o seu grau de valor inerente; e, logo, (iv) em virtude de os seres humanos terem uma variedade maior de capacidades em relação a animais e às plantas, conclui-se que os seres humanos são superiores em valor inerente em comparação aos animais e plantas.

Para Taylor, é evidente que humanos tem uma gama de capacidades que se estende para além de animais e plantas, tais como o raciocínio abstrato, o juízo moral, o juízo estético e a criatividade. Entretanto, não faz sentido derivar deste fato (possuir capacidades singulares) a conclusão da superioridade humana simplesmente porque os seres humanos têm capacidades diferentes ou adicionais às encontradas em outras espécies. Ser possível classificar organismos em vários tipos, de acordo com sua gama de *diferentes capacidades*, não fornece qualquer razão para um *juízo de valor diferenciado*. O simples fato de que alguns seres têm uma ampla gama de capacidades que os outros não têm, não influencia sua valoração. Os animais e as plantas não precisam de capacidades adicionais para ter o tipo de existência que, para sua espécie, constitui uma *boa vida* e realize o *seu bem-próprio*. Para Taylor, é um contrassenso dizer que um organismo tem um grau menor de bem inerente simplesmente porque suas capacidades são diferentes, ou menos amplas, em relação aos outros.¹⁹⁷

Tendo analisado esses argumentos e apontado seus limites, Taylor considera seguro propor a negação da superioridade humana, sobre o fundamento de que toda noção apresentada de que os humanos

¹⁹⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 147-149.

são superiores às outras espécies não se encaixa de forma coerente. Do que decorre uma necessária reforma na visão de mundo, negando a superioridade humana sobre a Terra, estabelecendo um *igualitarismo biocêntrico*.

2.4 O NOVO SISTEMA DA ÉTICA AMBIENTAL: REGRAS DE CONDUTA, PRINCÍPIOS DE PRIORIDADE E DILEMAS MORAIS

O igualitarismo biocêntrico possui um conjunto de regras de conduta e princípios de prioridades e padrões de bom caráter para guiar as ações dos agentes morais. A atitude de respeito é personificada ou expressa em seu caráter e sua conduta na medida em que o agente cumpre as normas e suas ações estiverem em conformidade com as regras. Obviamente, essas regras de conduta não determinam como o agente moral deve agir em todas as circunstâncias. As regras de dever, em outras palavras, dizem-lhe que tipos gerais de ações ele é moralmente obrigado a realizar ou abster-se de praticar. Taylor não fornece uma descrição exaustiva de todas as obrigações válidas sobre a ética do respeito pela natureza, pois isso não é possível. No entanto, apresenta um conjunto de regras básicas para a conduta dos agentes morais.¹⁹⁸

2.4.1 As regras de conduta

As quatro regras de dever a serem seguidas por agentes morais representando sua atitude de respeito pela natureza são reconstituídas a seguir:

a) *a Regra da Não-Maleficência*: esta regra proíbe atos lesivos e destrutivos dos agentes morais contra organismos vivos individuais. É o dever de não fazer mal a qualquer entidade que possua um bem-próprio no ambiente natural, incluindo o dever de não matar um organismo, não destruir a população de uma espécie ou comunidade biótica. É um dever negativo, pois exige que os agentes morais se abstenham de certos tipos de ações;¹⁹⁹

b) *a Regra da Não-Interferência*: sob esta regra recaem dois tipos de deveres negativos: i) abster-se de impor restrições à liberdade de organismos individuais, e b) seguir uma política de *não tocar* (*hands off*)

¹⁹⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 171.

¹⁹⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 172-173.

policy) nos ecossistemas, nas comunidades bióticas e nos organismos individuais.²⁰⁰

Quanto à primeira parte deste dever, os seres humanos devem se abster de restringir a liberdade de animais e plantas, quer diretamente, impondo algumas restrições a eles, ou indiretamente, produzindo mudanças em seus ambientes. A segunda parte desse dever se baseia em deixar as criaturas silvestres viverem suas vidas em liberdade, no exercício de sua existência em estado silvestre. Esse dever obriga a se abster de capturá-los e removê-los de seu ambiente, não importando o quão bem se lhes possa tratar. Mesmo salvando um animal ou uma planta de algum risco natural ou restaurando sua saúde, viola-se o dever de não-interferência. Para toda a comunidade biótica, a liberdade é a ausência de intervenção humana nos seus processos ecológicos. É um dever baseado no respeito à liberdade de, biológica e ecologicamente, se organizar e sobreviver no ambiente silvestre. Por ser um dever negativo, não exige realizar ações em prol de organismos individuais ou grupos de organismos, só respeitar a sua liberdade silvestre, deixando-os sozinhos. Mesmo quando todo um ecossistema foi gravemente perturbado por um desastre natural (terremoto, incêndios, erupções vulcânicas, enchentes, secas prolongadas), não se deve intervir para tentar reparar os danos, pois a *escolha* sobre o salvamento de um ou mais organismos expressa uma predileção, por gosto pessoal ou interesses humanos que fere o princípio da imparcialidade frente às espécies²⁰¹. O respeito à natureza significa reconhecer a suficiência do mundo natural de manter sua ordem e desequilíbrios.²⁰²

c) *a Regra da Fidelidade*: aplica-se à conduta humana em relação a animais individuais que são capazes de ser enganados, traídos ou iludidos por agentes morais, na busca de seus interesses ou baseados em regras não morais. Embora os humanos não possam fazer acordos mútuos com animais silvestres, eles podem agir de tal forma a suscitar a sua confiança. Os exemplos mais comuns dessas transgressões ocorrem na caça e na pesca, que se baseiam na quebra de uma relação de

²⁰⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 173.

²⁰¹ O princípio da *imparcialidade das espécies* está conectado com a regra da não-interferência e, neste contexto, significa respeitar a natureza e estar disposto a assumir o ponto de vista de cada organismo, não importando qual a sua espécie, e ver o mundo sob a perspectiva do seu bem. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 178-179.

²⁰² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 173-177.

confiança. Na verdade, a chave para ser um bom caçador ou pescador está fundada na sua capacidade de iludir a presa para matá-la;²⁰³

d) a *Regra da Justiça Restitutiva*: esta regra impõe o dever de restabelecer o equilíbrio da justiça entre um agente moral e um paciente moral quando um mal tenha sido injustificadamente realizado pelo agente, infringindo uma regra moral válida e desequilibrando a balança da justiça. Esta regra exige que se façam as pazes com o paciente moral por algum tipo de compensação ou reparação. Aplicações dessa regra, elencadas por Taylor, são os casos nos quais organismos tenham sido prejudicados, mas não ao ponto de perderem suas vidas. Assim, o princípio da justiça restitutiva exige a reparação pelo agente, retornando esses organismos a uma condição em que eles possam novamente buscar o seu bem-próprio, ou se esse não pode ser totalmente realizado, promover o bem dos organismos de alguma outra maneira, talvez fazendo seu ambiente físico mais favorável ao seu contínuo bem-estar. Por outro lado, se o organismo foi morto, o princípio da justiça restitutiva impõe que o agente deve alguma forma de compensação à população da espécie e à comunidade de vida da qual o organismo era membro, como uma forma de extensão natural do respeito do indivíduo aos seus parentes genéticos e ecológicos associados. A indenização consistirá em promover ou proteger o bem da espécie ou da população da comunidade de vida em questão.²⁰⁴

Quando houver conflito entre essas regras de dever, a regra da não-maleficência estará no topo, porque o dever mais fundamental para com a natureza é não fazer mal aos organismos individuais silvestres. O respeito pela natureza se manifesta principalmente em nossa adesão a essa regra suprema. No que diz respeito às outras três regras, geralmente é possível evitar violações de cada uma delas, escolhendo cuidadosamente como fazer a restituição. Quando os conflitos não puderem ser evitados, os princípios de prioridade geralmente mantêm-se: a) fidelidade e justiça restitutiva sobrepõe-se à não-interferência quando um grande bem é levado em conta e nenhuma criatura é permanentemente prejudicada pela interferência; b) a justiça restitutiva supera a fidelidade, pois a confiança poderá ser quebrada para equilibrar a balança da justiça.²⁰⁵

Finalmente, para Taylor, são necessários traços de caráter a serem desenvolvidos nos agentes morais para que seja possível a ele agir em

²⁰³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 179-181.

²⁰⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 186-190.

²⁰⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 197

conformidade com as regras e, assim fazendo, expressar em sua conduta a *atitude de respeito pela natureza*.²⁰⁶

O autor sugere a divisão das virtudes, em dois tipos: as *virtudes gerais* e as *virtudes especiais*. As oito *virtudes gerais* garantidoras da *força moral* do agente são: 1. senso de realidade; 2. integridade; 3. paciência; 4. coragem; 5. temperança (autocontrole); 6. imparcialidade; 7. perseverança; e, 8. firmeza de propósito.

As quatro *virtudes gerais* garantidoras da *empatia moral* são: 1. benevolência; 2. compaixão; 3. simpatia; e, 4. caridade.

As seis *virtudes especiais* são: 1. altruísmo (relacionada à *regra da não-maleficência*); 2. respeito aos limites (relacionada à *regra da não-interferência*); 3. imparcialidade (relacionada à *regra da não-interferência*); 4. confiabilidade (relacionada à *regra da fidelidade*); 5. justiça (relacionada à *regra da justiça restitutiva*); e, 6. equidade (relacionada à *regra da justiça restitutiva*).

Essas virtudes constituem um bom caráter e o agente moral precisa desenvolvê-las para dar conta de seguir as regras da *ética do respeito pela natureza*.²⁰⁷

2.4.2 O problema dos dilemas morais

Quando se trata de dilemas morais, deve-se entender que quando se adota uma atitude de respeito pela natureza esses dilemas surgem pela concorrência dos interesses humanos contra os não-humanos. Obviamente, ter o respeito pela natureza não implica desistir ou ignorar os valores humanos. Considerar que todos os animais silvestres e plantas possuem um bem inerente não suprime o direito humano de perseguir os seus interesses no avanço do conhecimento, da invenção e de muitos outros aspectos da vida civilizada. Além de cada pessoa humana ainda poder escolher seu próprio plano de vida e ter a oportunidade de viver em conformidade com ele.²⁰⁸

Os dilemas morais surgem quando os direitos e valores humanos entram em conflito com o bem de não-humanos, quando ações e políticas que suprem os interesses humanos são prejudiciais ao bem-próprio dos organismos, espécies, populações e comunidades de vida em ecossistemas naturais da Terra. Esses conflitos ocorrem sempre que preservar e proteger o bem dos seres vivos silvestres envolve algum

²⁰⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 172-173.

²⁰⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 198-218.

²⁰⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 158-159.

custo em termos de benefício humano e quando, do ponto de vista de uma ética humana, tais ações seriam moralmente admissíveis.²⁰⁹ Ao adotar a atitude de respeito pela natureza, essas atividades que causam danos irreversíveis aos organismos individuais (que possuem o mesmo bem-inerente que os humanos), apresentam-se como dilemas morais fundamentais. No entanto, tais conflitos não podem ser evitados, pois os seres humanos precisam fazer uso do ambiente natural e, assim, competir com animais e plantas para suprir necessidades como alimentação e segurança.

Nas sociedades contemporâneas industrializadas, a manipulação humana, a exploração e a destruição da natureza ocorrem em tão grande escala que a composição física e biológica do planeta inteiro está profundamente afetada. Na ética do respeito, o conflito entre a civilização humana e o mundo natural se revela não como uma luta brutal e incontrolável pela sobrevivência, mas como uma concorrência entre as culturas humanas e as espécies não-humanas. Ao impor algumas restrições aos próprios estilos de vida e práticas culturais, agentes morais têm a capacidade de substituir o caos de um mundo dilacerado pela ganância humana e voracidade, por um universo moral bem ordenado, em que há lugar tanto para o respeito aos animais silvestres, como para o respeito às pessoas. Não há nenhuma razão para que, juntamente com os seres humanos, uma grande variedade de vida animal e vegetal não possa existir lado a lado no planeta. Para Taylor, a fim de partilhar a Terra com outras espécies, os seres humanos devem impor limites à sua população, seus hábitos de consumo e sua tecnologia. Isso será alcançado na medida em que tiverem o respeito genuíno pelo mundo natural e as coisas que vivem nele. Claro que esta é uma proposta antipática ao consumismo desenfreado contemporâneo.²¹⁰

Quando se está comprometido com os dois sistemas de ética, as reivindicações do bem de outras espécies e do bem dos seres humanos devem ser igualmente levadas em consideração. Enquanto a ideia de

²⁰⁹ Os exemplos de situações fornecidos por Taylor são: a) o corte de uma floresta para construir um centro médico; b) destruir um ecossistema de água doce para construir um *resort* na costa de um lago; c) substituir um trecho de deserto de cactos com um conjunto habitacional do subúrbio; d) demolir um prado cheio de flores silvestres para dar lugar a um *shopping*; e) remover a encosta de uma montanha em uma operação de mineração; e f) arar uma pradaria para plantar trigo e milho. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 256.

²¹⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 257-258.

superioridade humana for válida, principalmente para resolver os dilemas, automaticamente se dá maior peso moral às demandas humanas e são desconsideradas as demandas dos concorrentes não-humanos. Portanto, para Taylor, a solução para os dilemas morais repousa na construção de um conjunto de princípios de prioridade que conciliem o domínio da ética ambiental e da ética humana e tratem todas as partes do conflito de forma justa e igualitária.²¹¹

2.4.3 Os cinco princípios de prioridade

Como última proposta de Taylor a ser analisada neste capítulo, serão reconstituídos os cinco princípios de prioridade necessários para auxiliar no julgamento de conflitos decorrentes de confrontos entre os interesses humanos e os não-humanos. Os princípios propostos são: a) o princípio da auto-defesa; b) o princípio da proporcionalidade; c) o princípio do mal menor; d) o princípio da justiça distributiva; e e) o princípio da justiça restitutiva.

O primeiro, o *princípio da auto-defesa*, postula ser admissível aos agentes morais se protegerem contra organismos nocivos ou perigosos, destruindo-os, caso necessário. É uma defesa contra organismos cujas atividades ameaçam a vida ou a saúde básica dos seres humanos, que necessitam de seus órgãos funcionando para existir como agentes morais. Esse princípio autoriza ações que *sejam absolutamente necessárias* à manutenção da existência. Seu significado se assenta em três pontos: i) não se justifica prejudicar criaturas que não sejam prejudiciais, a menos que prejudicar um organismo inofensivo seja uma necessidade prática decorrente de uma situação onde os agentes morais não consigam separar os organismos inofensivos dos nocivos dos quais estão se defendendo; ii) o princípio deve ser compatível com a exigência da imparcialidade entre espécies, da mesma forma que não obriga os agentes morais a se sacrificarem para promover os interesses de qualquer outro organismo; iii) análogo ao domínio da ética humana, ele autoriza o uso da força contra outro em legítima defesa da própria vida, somente quando não se conseguir evitar o ataque, ou fugir da situação.²¹²

O *princípio da proporcionalidade* assevera que em um conflito entre os interesses humanos e os interesses não-humanos inofensivos, maior peso deve ser dado aos interesses básicos, do que aos interesses

²¹¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 259-260.

²¹² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 264-269.

não-básicos, não importando de quem a demanda advenha, de humanos ou de não-humanos. Esse princípio proíbe sobrepor os interesses não-básicos aos básicos, independentemente da espécie. Por exemplo, práticas como a pesca desportiva, a caça e a compra de peles de luxo extraídas de animais silvestres, práticas estas aceitas por milhões de pessoas como moralmente admissíveis, demonstram a inquestionável visão antropocêntrica da natureza e a conveniente atitude exploratória de criaturas silvestres, em benefício dos humanos.²¹³

Conceitualmente, *os interesses se referem a quaisquer objetos ou acontecimentos que servem para preservar ou proteger, em algum grau, o bem-próprio de um organismo*. Os interesses podem ser classificados como básicos e não básicos, tomando em consideração o fato de que os interesses têm diferentes graus de importância para os organismos. Um interesse básico faz uma contribuição mais substancial para a realização do bem-próprio do que um não-básico, sendo necessário para a preservação da sua existência, e sua falta constituirá uma grave privação ou perda desse bem necessário para permanecer vivo.²¹⁴

Com relação ao ser humano, os interesses básicos são o que pessoas racionais e esclarecidas dão valor como parte essencial de sua existência *como pessoas* e para alcançar seus objetivos e propósitos pessoais. Por outro lado, os interesses não-básicos humanos variam de acordo com os planos e metas de cada personalidade. Alguns interesses humanos não-básicos são *intrinsecamente incompatíveis* com a atitude de respeito pela natureza. Atender a tais interesses é incompatível com a atitude de respeito, pois considera as criaturas silvestres como valor meramente instrumental. Os interesses não-básicos humanos, incompatíveis com o respeito pela natureza, representam uma atitude que só pode ser descrita como exploratória, pois negam a ela o bem inerente.²¹⁵

²¹³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 278-280.

²¹⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 270-271.

²¹⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 272-274. Taylor elenca alguns interesses não-básicos que negam o bem inerente dos animais e plantas: a) abater elefantes para que o marfim de suas presas possa ser usado para esculpir itens para o comércio turístico; b) matar rinocerontes para que seus chifres possam ser usados como cabos de punhais; c) colher flores silvestres raras, tais como orquídeas e cactos, para uma coleção particular; d) capturar aves tropicais para vendê-las engaioladas; e) capturar e matar répteis para suas peles e carapaças serem usadas em produtos caros da moda; f) caçar e matar mamíferos silvestres raros para o comércio de peles de luxo; g) toda caça e pesca feita como um *passatempo agradável* (comendo ou não os animais mortos), quando

Taylor sustenta que *existe uma ordem desses interesses não-básicos que pode ser compatível com a atitude de respeito pela natureza*, mesmo que a perseguição desses interesses tenha consequências indesejáveis do ponto de vista do respeito pela natureza. Quando for possível, devem ser evitados, mas às vezes o interesse humano não-básico em causa será valorizado o suficiente para compensar as más consequências de satisfazê-lo. Nesse caso, animais e plantas não estão sendo utilizados ou consumidos como meros meios para fins humanos, embora as consequências das ações sobre os interesses alheios sejam semelhantes e esses organismos venham a sofrer danos. Portanto, o princípio da proporcionalidade, visto agora, aplica-se a situações de conflito entre os interesses básicos de animais e plantas silvestres e os interesses humanos não-básicos que *são intrinsecamente incompatíveis* com o respeito pela natureza. O *princípio do mal menor* aplica-se aos conflitos entre os interesses básicos dos animais e plantas silvestres e os interesses não-básicos humanos tão importantes que mesmo uma pessoa que tenha respeito pela natureza não estaria disposta a se abster deles.²¹⁶

O *princípio do mal menor* se aplica a situações em que os interesses básicos dos animais e plantas são inevitavelmente concorrentes com interesses não-básicos dos direitos humanos e esses interesses não-básicos humanos em questão *não são intrinsecamente incompatíveis com o respeito pela natureza*. No entanto, as ações necessárias para satisfazer esses interesses são prejudiciais aos interesses básicos dos animais e plantas. Os exemplos fornecidos por Taylor de aplicação desse princípio são: a construção de uma biblioteca ou de um museu de arte onde uma comunidade biótica terá que ser destruída; a construção de um aeroporto, de uma ferrovia ou de um porto que envolva grave perturbação de um ecossistema natural; o represamento de um rio para um projeto de energia hidrelétrica; a substituição de uma floresta silvestre pelo plantio de madeira; o paisagismo de uma floresta natural para fazer um parque público. Os interesses aqui em jogo devem ter grande relevância na manutenção de um alto nível de cultura civilizada ou contribuir para o avanço da cultura, de descobertas estéticas ou intelectuais, do sistema legal, político e econômico. Dá-se valor especial a esses interesses, pois ocupam um lugar central na concepção racional de pessoas e no objetivo social. Os agentes estarão

estas atividades não são necessárias para atender aos interesses básicos dos seres humanos.

²¹⁶ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 276-278.

autorizados a satisfazê-los quando não houver alternativas ao mal que se causará aos organismos não-humanos. Esse princípio exige, portanto, que as instituições e práticas sociais que afrontem os interesses básicos de não-humanos, resultem no menor número de violações à *regra da não-maleficência* para o mundo natural.²¹⁷

O *princípio da justiça distributiva* fornece os critérios para uma distribuição justa para a satisfação dos interesses de todas as partes em um conflito, quando os interesses são básicos e, portanto, de igual importância para os envolvidos. Ele deve ser aplicado quando os organismos não-humanos não estão prejudicando os agentes morais (não se aplicando o *princípio da auto-defesa*) e quando o *princípio da proporcionalidade* e do *mal menor* não se aplique, pelo fato de os interesses estarem no mesmo nível de importância. O princípio da justiça distributiva exige que, quando os interesses das partes são todos básicos e existe uma fonte natural de um bem que pode ser usado para o benefício de qualquer das partes, a cada uma deve ser atribuída uma parcela justa. Ele obriga a encontrar formas de transformar situações de confronto em situações de adaptação mútua, sempre que for possível fazê-lo, para poder compartilhar os recursos benéficos da Terra em igualdade com os outros membros da sua Comunidade de Vida. O objetivo desse princípio é fazer o possível para que animais e plantas silvestres possam levar sua existência lado a lado com a cultura humana.²¹⁸

É no contexto do princípio da justiça distributiva que Taylor se debruça sobre a necessidade humana de se alimentar, quando esse alimento necessariamente advém de animais não-humanos. Embora

²¹⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 280-283. O cálculo do mal causado na teoria ética de Taylor faz-se seguindo a perspectiva deontológica, não utilitarista. A perspectiva deontológica é uma visão não-consequencialista de minimização dos erros. Na ética utilitarista, quando o dano deve ser causado em alguns ele deve trazer benefícios para os outros, ou seja, para realizar uma ação boa, ela deve produzir menos quantidade de danos, quando comparada com os seus benefícios. Já na ética deontológica, não é a quantia agregada de desvalor ou dano que se deve observar, mas o número de casos em que falha em respeitar o seu dever a um outro ser. Cada entidade prejudicada em seu bem-estar é tratada de forma injusta, porque o dever de não-maleficência é devido a cada organismo individual. É moralmente injustificado prejudicar um maior número de organismos quando se pode prejudicar um número menor, independente dos benefícios trazidos pela ação. TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 283-285.

²¹⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 291-293.

atente que seja possível, para a maioria das pessoas, ter uma dieta baseada no consumo de plantas, em vez de animais, isso não seria verdade para *todas* as pessoas.

Em primeiro lugar, seguindo o princípio da justiça distributiva, devido a condições ambientais severas, os humanos devem usar animais silvestres como fonte de alimento, sendo moralmente admissível para os humanos matar animais silvestres e servir-se deles como alimento. Se os seres humanos se abstivessem de comer animais nessas condições, na realidade, eles estariam sacrificando suas vidas em prol dos animais. Entretanto, eles não são obrigados a fazer isso por uma imposição do respeito à natureza, pois os animais não têm um bem-inerente maior do que o dos humanos. Não há obrigação de proteger seus interesses à custa dos interesses básicos humanos. No entanto, sempre que possível, a escolha da fonte de alimentação animal e os métodos utilizados na caça devem ser guiados pelo *princípio do mal menor*, buscando envolver a alternativa de consumo que produza o menor dano ao bem-inerente dos organismos individuais.²¹⁹

Tendo apresentado essa primeira realidade, Taylor se dirige para a questão do consumo de carne *versus* vegetarianismo. Há dois pontos principais a serem considerados.

Da perspectiva biocêntrica, como o critério para a consideração moral é possuir um bem-próprio, animais e plantas, independente da capacidade animal de *sentir dor*, figuram em igualmente como pacientes morais. Tratá-los como meros meios para os fins humanos é um erro/mal semelhante. O principal ponto em relação à relevância dos princípios da ética ambiental para a questão do *vegetarianismo versus comer carne* é que a espécie humana tem a necessidade de consumir nutrientes para sua sobrevivência e muitos destes nutrientes advém da destruição de outros organismos vivos, portanto existe aí um conflito de interesses. Os humanos não têm a obrigação de abrir mão de sua vida, pela não alimentação, para salvar as vidas de outros organismos vivos, portanto não têm escolha senão agir contra a ética para se sustentar, isto é, precisarão causar um mal para continuar a existência. No entanto isto não isenta ao agente moral de reduzir ao máximo o mal causado ao outro.

Para Taylor, apesar de as plantas e os animais terem igualdade de respeito de seu bem inerente, a quantidade de mal causada para se alimentar de um animal é maior do que de uma planta, na medida em que a produção (cultivo, ou exploração) de um animal implica na

²¹⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 293-294.

destituição de suas liberdades (locomoção, realização de sua vida específica, reprodução, por exemplo), causar-lhe danos psicológicos, quando for o caso, para finalmente lhe destruir para consumir, e além da vida daquele animal, ele precisará manejar, impor restrições e destruir as plantas para alimentar este animal. Assim, a quantidade de erros morais é maior do que a escolha de buscar alimento diretamente de uma planta.

Desta forma, a defesa de uma alimentação vegetariana significa causar mal em menos organismos vivos e ter uma atitude de respeito pela natureza maximizada dentro dos limites da condição humana. Taylor não está justificando, entretanto, o respeito aos animais em nome da *natureza em abstrato*, um discurso superficial comumente ouvido no movimento ambientalista e que esconde por traz dessa defesa ambiental, a proteção dos interesses humanos em ter um *ambiente saudável*. Do discurso que Taylor se afasta é o da defesa indireta dos interesses dos animais, ou seja, defende-se o animal não porque ele tem um bem próprio, mas sim para defender os interesses humanos.

Na reflexão de Taylor, a quantidade de terra arável necessária para o cultivo de grãos e outras plantas como alimento para a criação dos animais que, por sua vez, serão abatidos e comidos pelos seres humanos, é muito maior do que a quantidade de terra necessária para o cultivo de plantas e grãos para consumo direto humano. Pode-se, portanto, reduzir drasticamente a quantidade de terra cultivada necessária para a produção de alimentos humanos pela mudança de cultura de comer carne para uma cultura vegetariana. As terras poupadas poderão ser postas de lado como santuários da vida silvestre, de acordo com a ideia de atribuição de reserva permanente. Possuir uma atitude de respeito e mudar a cultura para a alimentação baseada em plantas, em última análise, resultaria em muito menos destruição dos ecossistemas naturais do que está ocorrendo agora, pois se usa muito menos da superfície da Terra para sustentar vegetarianos do que comedores de carne.²²⁰

O *princípio da justiça restitutiva*: esse princípio se aplica de forma complementar sempre que se seguir o *princípio do mal menor* e da *justiça distributiva*, caso em que o mal foi feito a animais e plantas inofensivos, portanto alguma forma de reparação ou compensação é necessária para que os agentes morais se mantenham coerentes com a *atitude de respeito pela natureza*. Esse princípio é complementar, pois restabelece o equilíbrio da justiça entre os seres humanos e os não-

²²⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 296.

humanos, devendo gerar uma compensação de bem comparável ao mal produzido.

A prática de preservação ambiental pode ser entendida como uma questão de justiça para com animais e plantas silvestres, de um lado abrangendo o princípio da justiça distributiva (com o compartilhamento da abundância da natureza com os demais organismos vivos) e, de outro lado, uma forma de cumprir as exigências da justiça restitutiva (compensando as injustiças perpetradas por seres humanos sobre a vida silvestre).²²¹

Taylor apresenta, com os princípios de prioridade, sua proposta para solucionar os dilemas morais, de maneira a estender a justiça para todos, dando o devido reconhecimento ao bem-inerente igual de todos os organismos individuais, o que possibilita seguir uma vida centrada na teoria ética ambiental igualitária. Os cinco princípios de prioridade fornecem uma base sistemática para o conceito de justiça entre espécies, para as situações em que os interesses de organismos pertencentes a espécies diferentes não possam ser todos preenchidos. De certa forma, a *luta pela sobrevivência* é substituída por restrições de ordem moral, definidas por princípios racionais de justiça.²²²

Esses princípios não dão soluções inequívocas para todos os possíveis dilemas morais, alerta Taylor. Cada um representa um conjunto de considerações moralmente relevantes que se deve levar como guia nas decisões a serem tomadas. Na medida em que a aplicação de um princípio é bem sucedida, pode-se ter uma maior confiança de que a decisão é justa. Sempre há um grau de incerteza e deve-se estar aberto à possibilidade de que um erro tenha sido cometido. A revisão do juízo deve estar aberta para novas informações factuais ou para uma reflexão crítica mais refinada sobre o significado preciso de um princípio e das suas condições de aplicação. Semelhante à ética humana, o uso desses cinco princípios como guias normativos não evita a aparição de *casos difíceis*, em que as demandas concorrentes são tão complexas que não há uma simples solução. Taylor sugere, para esses casos, além de se utilizar de todo o arcabouço de sua teoria, que os agentes morais busquem uma resolução justa do conflito no *ideal de harmonia* entre natureza e civilização humana. É esta visão do *melhor mundo possível* que expressa o espírito por trás da letra dos cinco princípios, que os unifica e interrelaciona de maneira coerente, e que

²²¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 304-306.

²²² TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 306-307.

lhes dá o seu ponto global e objetivo. É à luz desse ideal ético que os casos difíceis devem ser resolvidos.²²³

Finalizando esta análise sobre a ética do respeito pela natureza (individualismo biocêntrico ou, ainda, igualitarismo biocêntrico), que desde seu surgimento até os dias atuais ainda figura como uma teoria *deveras avançada* ou *custosa à cultura da civilização humana*, destaca-se que, mesmo com a construção de um sistema de crenças, a delimitação da atitude de respeito pela natureza e as regras de dever e os princípios de prioridade, ainda é papel dos agentes morais terem como guia *o ideal de harmonia com a natureza* para direcionar e controlar sua conduta. Para Taylor, o ideal é a referência do paradigma de respeito pela natureza que dá a direção na busca por respostas mais acertadas de como agir:

O ideal nos dá um retrato imaginativo do que podem significar, para todos os agentes morais, para exemplificar em seu caráter e conduta, as duas atitudes, de respeito pelas pessoas e respeito pela natureza. A frase mais apta para descrever este ‘melhor mundo possível’, em seus mais simples termos, é: *uma ordem mundial em nosso planeta onde a civilização humana alcançou a harmonia com a natureza*.²²⁴ (grifo do autor)

Taylor ressalta que embora não se possam evitar distúrbios no mundo natural, quando os agentes morais buscam valores culturais e individuais devem constantemente colocar restrições sobre si, de modo a causar o mínimo de interferência nos ecossistemas naturais. Haverá casos difíceis de conflitos intratáveis, em que a tomada de decisão sobre a coisa certa a fazer é indecível. Nesses casos, ao invés de tomar uma decisão arbitrária ou aleatória, deve-se adotar este ideal de harmonia como imagem geral ou visão do tipo de ordem mundial estruturado nos princípios normativos que se tenham adotado.²²⁵

2.5 UM BREVE RECORTE SOBRE OS DIREITOS DOS ANIMAIS E PLANTAS

Na reconstituição da teoria ética biocêntrica na presente pesquisa, não abordei extensivamente a questão dos direitos legais e morais de

²²³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 263-264.

²²⁴ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 308.

²²⁵ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 307-310.

animais e plantas, tema que recebeu um capítulo próprio na obra de Taylor. Este recorte foi feito porque na mediação, foco desta investigação, não nos utilizamos de uma abordagem da *ordem*, baseada em direitos, mas da satisfação e da transformação da crise de interação entre as partes, através do reconhecimento e do empoderamento. Mas tendo em vista que a teoria ética ambiental biocêntrica é pouco analisada no âmbito filosófico e jurídico no Brasil, e que diversos juristas vêm envidando seus esforços para conquistar direitos para os animais, tratarei resumidamente deste arrazoado de Taylor.²²⁶

Taylor explica que, em geral, falar em ter um direito é ter uma demanda legítima ou titularidade de algo, o reconhecimento da legitimidade daquela demanda ou titularidade sendo (moral ou legalmente) requerido de outros. Para um direito moral, o requisito de reconhecimento é imposto pelos princípios morais sobre todos os agentes morais. Já o direito legal é imposto por um sistema legal dado a todos os membros da comunidade legal em questão. Esse último, o direito legal, é o menos controverso.²²⁷

Direitos legais são demandas ou titularidades que pessoas podem fazer em sua própria causa em determinado sistema legal. Alguém pode justificadamente demandar que outros reconheçam a legitimidade de uma demanda e essa demanda estará protegida por sanções legais, penalidades. Para ter uma demanda legal a algo ou ser legalmente titular a agir de determinada forma, é necessário estar investido por uma lei e aqueles que se contrapõem a esses direitos legais podem sofrer, também pela lei, alguma forma de punição. Em sistemas legais totalmente desenvolvidos, na infração, negação ou violação de um direito legal é possível reivindicar a reparação do dano ou compensação. O direito legal dota seu possuidor de um status na comunidade, o de possuidor de direitos. Agora, é possível (e realmente acontece) o sistema legal conferir direitos a seres que não são capazes de se entender como sendo possuidores de direitos. Alguns exemplos são as crianças, pessoas com deficiências mentais graves ou transtornos psicológicos severos, humanos estes que podem ser corretamente endereçados como

²²⁶ Tomo as duas seguintes obras como de significativa relevância no campo do debate sobre os direitos animais no Brasil: MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. *Direito dos animais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. (Versão Kindle); e LOURENÇO, Daniel Braga. *Direitos dos animais: fundamentação e novas perspectivas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008. 566 p.

²²⁷ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 219.

detentores de direitos legais, e todos os demais possuidores de direitos aos quais lhes é legalmente requerido o respeito aos seus direitos, reconhecendo a legitimidade de suas demandas e os tratando da forma que a lei determinou. Mas esses detentores de direitos não são capazes de demandar contra outros. Sem entender seus próprios direitos, eles não podem demandar ou insistir em lhes ser garantido o que foi prometido em lei. Procuradores e guardiões, amigos e parentes devem fazer isso por eles. Independente disso é correto afirmar que eles *têm* direitos, pois a lei dessa maneira os intitula e aplica restrições em como cada um na comunidade deve tratá-los. Uma característica dos direitos legais é que eles são inteiramente dependentes e relativos ao sistema legal que são criados, em determinado período histórico e aceito socialmente. Cada sociedade irá garantir os direitos específicos de acordo com suas deliberações, independente, mas passível, de uma justificativa ética genuína. Por isso qualquer direito legal que o indivíduo vier a ter dependerá exclusivamente do que a lei prescrever. Como as leis são escritas pelos humanos, os direitos legais serão produto da convenção e decisão humana, por se manter na autoridade para definir tais leis ou decisões judiciais nas suas cortes.²²⁸

Para o autor, fica claro que com base na teoria ética ambiental biocêntrica, pelo menos às populações de espécies e comunidades de vida em ecossistemas naturais *deveria* ser garantida proteção legal e seus correspondentes direitos legais. Uma vez que as pessoas de uma nação venham a considerar todas as coisas vivas silvestres como possuidoras de bem-inerente, elas irão erigir tais leis como uma medida necessária de proteção para proteger o bem daqueles entes silvestres tanto quanto seja compatível com os direitos humanos. Dessa forma, a questão “animais e plantas têm direitos *legais*?” pode ser respondida facilmente. Sim, eles podem ter direitos legais naquelas sociedades em que o sistema legal contenha leis que protejam seu bem de variadas formas. Animais e plantas não terão direitos legais na ausência dessas leis.²²⁹

No que tange aos direitos morais para animais e plantas, Taylor afirma que o argumento mais frequentemente usado para provar que animais e plantas não têm tais direitos é porque à argumentação destes trunfos, adicionar animais e plantas seria *conceitualmente confuso e logicamente absurdo*. O conceito de direitos morais é utilizado para os direitos fundamentais humanos ou o *direito das pessoas*, originalmente

²²⁸ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 221-222.

²²⁹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 223-224.

intitulado “direitos do homem”. Pensando a partir dessa via tradicional efetivamente seria uma verdade que animais e plantas não são os tipos de seres que podem ser sujeitos de direitos morais. Para Taylor existem quatro aspectos dos direitos morais que fazem aos animais e plantas serem conceitualmente impossibilitados de receber o título de possuidores de tais direitos. Elenco eles aqui:

- a) *Um possuidor de direitos morais supõe ser um membro da comunidade de agentes morais*: para que faça sentido dizer que possuidores de direitos morais são titulares para sustentar seus direitos morais contra agentes morais e para exigir que tais agentes morais respeitem seus direitos, isso deve ser *teoricamente possível* para eles, no caso de sua titularidade. Um animal não-humano ou uma planta não se encaixam nesses conceitos, pois não poderiam receber reconhecimento por suas queixas, afinal, um animal ou uma planta, não seriam o que são caso fossem capazes de ter tais atos humanos;
- b) *Existe uma conexão entre ser um possuidor de direitos morais e ter auto-respeito a isso, se é inconcebível para algo ter auto-respeito é inconcebível ser um possuidor de direitos morais*: um ser tem auto-respeito quando concebe a si como uma *pessoa* e se considera como possuidor de bem-inerente em virtude de sua personalidade. Consequentemente acredita que merece igual consideração que todas as outras pessoas e que todos os agentes morais têm o dever de respeitar sua personalidade. Agora, se uma entidade não se concebe nesse viés ela nunca afirmaria seus direitos morais, e se ela se concebe nesse viés afirmaria seus direitos, principalmente quando os outros lhe faltassem o respeito;
- c) *Deve fazer sentido dizer que um ser é capaz de escolher exercer ou aproveitar um direito, se faz sentido dizer que ele tem o direito*: a ideia de ter direitos morais está conceitualmente ligada à ideia de ter escolha. Uma entidade pode ser pensada como possuidora de direitos morais somente se ela tiver a capacidade de fazer escolhas entre outras alternativas confrontadas ao seu direito. Para Taylor existe uma incoerência conceitual em inscrevê-las nos direitos morais, pois se elas tivessem o poder de realizar tais julgamentos elas seriam pessoas e não plantas ou animais não-humanos;

d) *Um possuidor de direitos morais tem certas titularidades de segunda-ordem em virtude de seus direitos morais*: ao possuir direitos morais de primeira ordem (direito de subsistência e segurança; direito à liberdade, e direito à autonomia), nas sociedades modernas aparecem certas titularidades que chamamos de *segunda-ordem*, ligadas às primeiras, como o direito de pedir restituição pela infração de um direito, demandar sanções por violações e outras formas que o sistema legal permitir para redirecionar as queixas apresentadas. Todas essas titularidades de segunda-ordem exigem certas capacidades daqueles que possuem os direitos de primeira-ordem, capacidades que não são encontradas em animais e plantas. Eles não podem registrar queixas, chamar por forças judiciais ou policiais por uma proteção igualitária de seus direitos. Então, para Taylor, aquilo que é uma implicação normal por ter direitos, de fato, parte da sua real significância (significado e importância) de ser um possuidor de direitos, seria sem sentido se direitos morais fossem atribuídos para animais não-humanos e plantas.²³⁰

Descartando a possibilidade de titularidade de direitos morais a animais e plantas pela via tradicional, ao final, Taylor propõe uma hipótese teórica na qual poderiam ser pensados animais e plantas como sujeitos de direitos morais. A via para chegar neste conceito modificado de direitos morais seria que as pessoas racionais tomassem a *atitude de respeito pela natureza* da ética biocêntrica e considerassem as coisas vivas como possuidoras de *bem-inerente*, levando em consideração o sistema de crenças que constitui a perspectiva biocêntrica da natureza. Nesse caso, considerando animais e plantas por este viés, as pessoas racionais iriam julgá-los como merecedores de consideração moral e se comprometeriam com o princípio moral que afirma ser o *bem das coisas vivas silvestres um bem a ser preservado e protegido como um fim em si*.

Quando aqueles que têm respeito pela natureza fazem um comprometimento moral com essas normas, as regras do sistema são adotadas como matérias do princípio moral. Eles se veem imbuídos de deveres frente às coisas vivas em questão. Como as regras de dever definem o relacionamento moral entre o agente e o objeto, o dever de

²³⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 246-251.

respeito e consideração será realizado por ações dos agentes morais que são genuinamente devidas aos pacientes morais não-humanos. O paciente, em seu turno, é visto como merecedor do tratamento estendido, pois tem bem-inerente. Assim, quando animais e plantas são considerados como entidades possuidoras de bem-inerente o seu bem é entendido como uma demanda a ser respeitada por todos os agentes morais, e os deveres são impostos como vias para resolver as queixas.

Em sua perspectiva ética, afirma Taylor, existe toda uma estrutura conceitual que parece prover uma justificativa para afirmar que animais e plantas têm pelo menos um direito moral, o de preservação e proteção – e que pode ser usado para prescrever diversos outros direitos morais. No entanto, o autor assevera que a forma em que se prescrevem os direitos morais aos animais e às plantas, nesta forma extensiva, nunca poderá nos levar a pensar que eles têm direitos da mesma forma que *nós* temos, o que poderia ser chamado de *senso primário de possuidor de direitos morais*.

Por conta dessa tendência à confusão conceitual, nosso autor crê que é muito mais arriscado utilizar a linguagem dos direitos morais com relação à consideração dos animais e plantas, pois não se adiciona nada a mais do que o próprio conceito de bem-inerente já concede. Também porque as pessoas naturalmente tendem a pensar em direitos morais de acordo com o paradigma analisado anteriormente, um *direito das pessoas*, e a confusão facilmente se estabelecerá no uso da linguagem dos direitos no domínio da ética ambiental. Para Taylor, adicionar a noção de direitos morais a sua proposta de estrutura conceitual não é eticamente significativa.²³¹

²³¹ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 251-255.

CAPÍTULO 3

A DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL E A FUNÇÃO DO MEDIADOR A PARTIR DA ÉTICA DA LIBERTAÇÃO BIOCÊNTRICA E DE APORTES PSICANALÍTICOS

Tendo investigado detidamente a ética ambiental biocêntrica e, antes, o debate em torno da ética na mediação ambiental, foi possível definir qual é o cenário que encontramos nestes campos. Na deontologia da mediação, tanto geral quanto ambiental, restam muitas questões sem qualquer horizonte de solução. O mediador é encarado como um profissional isolado, preparado por uma formação específica e atado aos códigos de ética e literatura relativos à abordagem de mediação que se filie. Isto é, não há construção teórica suficiente para lidar com as questões deontológicas complexas envolvidas no ofício, muito menos na área específica da mediação ambiental.

Já no terreno da ética ambiental, encontramos uma teoria biocêntrica que se propõe, dentro de alguns limites (pois não foi produzida para reger relações de biocultura, somente de ambiente silvestre), a ser a mais ampla e coerente, por fim, justa, quando se trata da relação entre seres humanos e as demais formas de vida. Segue o formato tradicional da ética baseada no sujeito racional (agente moral Moderno), amplia o círculo de consideração moral e constrói um monumento de regras de conduta, virtudes e princípios de prioridade para a resolução dos conflitos de interesse entre humanos e não-humanos. O contrapeso desta carga de consideração moral é a distância da realidade vivida nas sociedades humanas contemporâneas, que ainda se esforçam em aplicar uma ética (ambiental) centrada nos humanos.

Com esses cenários delimitados e a abertura de novas questões, que foram asseveradas por Stephens, Stephens e Dukes, neste movimento final do estudo, proponho-me a seguir alguns caminhos não percorridos pelos autores até então analisados, ou pelo debate hegemônico instituído, para produzir algumas teses que auxiliem na melhoria do campo deontológico da mediação ambiental. Este esforço se dá pela realização de *encontros improváveis*, mas necessários, para constituir novos espaços de pensamento. Serão nestes encontros que acredito ser possível produzir respostas aos problemas elencados na introdução e que parecem ter sido esquecidos ou estarem inacabados na cena atual da deontologia da mediação ambiental.

Neste momento aproximarei as teorias da Ética Ambiental Biocêntrica, de Taylor, com a Ética da Libertação, de Dussel. A função

de amalgamar tais teorias é aproveitar o avanço na capacidade filosófica de consideração moral produzida por Taylor, com o aporte crítico que contemporiza a teoria ética libertária de Dussel. Mais adiante, aportarei alguns conceitos pontuais sobre a epistemologia e a ética da psicanálise, traçando suas similitudes com a ética do mediador, e, assim, desdobrando a função do mediador ambiental entre as partes.

Tarefa nada elementar de ser realizada, como se pode supor, mas capaz de problematizar e responder aos problemas encontrados na deontologia da mediação ambiental e promover um pensamento ético material, de base biocêntrica, como referência para a estrutura teórica do mediador ambiental, e, com isto, traçar parâmetros mais coerentes de articulação da função do mediador e de uma ética da mediação compromissada com a transformação da relação dos sujeitos da mediação e aberta às vozes dissidentes.

3.1 PARA UMA LEITURA BIOCÊNTRICA DA ÉTICA DA LIBERTAÇÃO (OU VICE-VERSA): TAYLOR COM DUSSEL

Antes de qualquer investida na teoria da ética da libertação de Dussel é relevante contextualizar que venho buscando algum tipo de reforma na teoria dusseliana desde meu mestrado, quando dissertei por uma crítica ao princípio da dignidade da pessoa humana, partindo da Constituição de 1988 e da doutrina brasileira, no sentido de apontar seus limites conceituais, por se fundar em teorias filosóficas que necessitam de acréscimos teóricos (hermenêuticos, principalmente) e pelo viés *especista* e antropocêntrico que carregava em sua matriz cognitiva. Em resumo, o cerne do trabalho buscou (a) socorro na teoria de Dussel para constituir uma *teoria ética material* base para o princípio da dignidade da pessoa humana, e (b) o suporte na teoria dos direitos animais de Tom Regan, fundada no respeito aos *sujeitos-de-uma-vida*, para repensar o *critério material universal da ética*, de Dussel.²³²

²³² Obviamente que em pesquisas posteriores encontrei abordagens semelhantes à minha, propondo ampliação dos critérios para ser incluído no círculo dos dignos e que fariam os animais figurarem como sujeitos de direitos. A autora ecofeminista Martha Nussbaum entra neste rol ao propor tais postulados. Em específico às propostas desta autora, compartilho das críticas levantadas por Samantha Buglione e Neide Köhler Schulte no que diz respeito à hierarquização indireta proposta pela autora para valoração dos animais baseada no desenvolvimento de capacidades que possua o animal, o que faz sua teoria apresentar traços especistas e antropomorfizadores que ainda precisam ser

Ao tempo, estas propostas foram as mais avançadas que pude dar conta, na medida em que eu desconhecia, ao que é relevante aqui, a teoria ética ambiental de Taylor, para pensar um critério mais avançado sobre o princípio da dignidade da pessoa humana (que tomou contornos, ao final da dissertação, de um *princípio da dignidade do sujeito de uma vida*). Desde então, com as contribuições da banca (composta por Alexandre Moraes da Rosa, Luis Alberto Warat e Maria da Graça Santos Dias) e dos estudos posteriores sobre a ética ambiental biocêntrica (Sônia T. Felipe) e da psicanálise (Maiêutica Florianópolis Instituição Psicanalítica), foi possível levantar novas ideias e possibilidades de ampliar a visão crítico-libertária de Dussel com o escopo ético ambiental de Taylor e, por este caminho, propor superações de alguns limites nas teorias de ambos os autores.

Tendo analisado, no capítulo anterior, de forma detalhada, a teoria ambiental de Taylor, passarei a trabalhar com a teoria ética de Dussel para que ambas possam ser aproveitadas em seus avanços e suprir alguns de seus limites, o que, espero, possa nos conduzir a uma *teoria ética ambiental biocêntrica e libertária*, ou uma *ética da libertação biocêntrica*. Estes novos contornos esperados do estudo se alinham ao sentido dado por Wolkmer, da necessidade histórica de argumentar em favor da “[...] materialização de elementos iniciais fundantes para uma proposta cultural teórico-prática que permita a desmistificação das velhas estruturas alienantes [...]” para pensar o passado mundial não só como dominação e exclusão, mas como presente e futuro de resistência e de construção de uma utopia.²³³ Esta utopia, entretanto, não é uma utopia ingênua, crente na possível harmonia absoluta entre os organismos vivos, mas é uma utopia prevenida de que *todo sistema ético gera vítimas* e de que *a violência não é algo extrínseco à vida, mas parte constituinte da condição humana, algo fundante da relação com o outro*.

melhorados. BUGLIONE, Samantha; SCHULTE, Neide Köhler. “Capacidades” como postulado para ampliar a comunidade jurídica e moral na proposta de Martha Nussbaum. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 10. n. 1. p. 212-236, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n1p212/24901>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

²³³ WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da crítica no pensamento político e jurídico latino-americano. In: WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2004, p. 2 e 4.

3.1.1 Uma ética (míope) desde e para as vozes das vítimas

A Ética da Libertação, proposta por Dussel, é uma filosofia crítica estruturada para incluir o que o autor intitula de: as *voces das vítimas* (terminologia que incorpora de Walter Benjamin). Semelhante à teoria ética proposta por Taylor, ela é uma ética igualitarista e individualista que se baseia na preservação e reprodução da vida concreta (de cada indivíduo *humano*) em comunidade.

A necessidade de desenvolver uma ética nestes padrões surge para superar o paradigma Moderno que, em seu desenvolvimento, *encobriu a voz das maiorias* e desenvolveu, para isso, diversos argumentos falaciosos justificando as incoerências teóricas, como a aceitação da imposição ideológica europeia (econômica, religiosa, artística etc.) às diversas civilizações encobertas e da morte dos sujeitos humanos (índios, negros, mulheres, por exemplo). Este é o panorama da *exclusão da alteridade* na história da América Latina, da África e da Ásia. A Ética da Libertação é uma *ética cotidiana*, que parte e é pensada em favor das *imensas maiorias da humanidade excluídas da globalização*. Dussel explica que

A filosofia hegemônica foi fruto do pensamento do mundo como dominação. Não tentou ser a expressão de uma experiência mundial, e muito menos dos excluídos do ‘sistema-mundo’, mas exclusivamente regional [europeu], porém com pretensão de universalidade (quer dizer, negar a particularidade de outras culturas). Por isso, nas histórias da filosofia em uso, só se recorda, [...] o mundo greco-romano; [...] muito pouco do mundo muçulmano (e nada da sabedoria do Oriente); e na modernidade, só a Europa.²³⁴

Fazendo um comparativo entre a teoria ética de Dussel, em relação à teoria biocêntrica, a libertária se revela mais atualizada em sua estrutura filosófica de acordo com os embates e críticas ao paradigma da Modernidade e seu sujeito Moderno (racional). A crítica à Modernidade reconhece o desenvolvimento de uma razão emancipadora, mas, por outro lado, de uma estrutura irracional (incoerente com a anterior) de aceitação das vítimas produzidas por este sistema. Dussel não critica a razão em si (o núcleo racional humano), mas um tipo de *razão*

²³⁴ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 77.

vitimária-violenta (momento irracional) que estrutura os aparelhos de dominação existentes até o presente e gera a destruição da maioria.

As investigações de Dussel apontam que as civilizações mundiais encontram-se diante de um fato massivo de crise do *sistema-mundo*, que, de acordo com seus levantamentos, começou a se formar há 5.000 anos e está se globalizando até chegar a todos os pontos da Terra, paradoxalmente excluindo a maioria das vidas. Em suas palavras:

É um problema de vida ou morte. Vida humana que não é um conceito, uma idéia [sic], nem um horizonte abstrato, mas o *modo de realidade* de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda libertação. Não deve estranhar, então, que esta Ética seja uma ética de *afirmação total da vida humana ante o assassinato e o suicídio coletivo para os quais a humanidade se encaminha se não mudar o rumo de seu agir irracional*.²³⁵ (grifo meu)

O *projeto libertador* desta teoria ética que visa superar a Modernidade e produzir uma *racionalidade ampliada*, onde a razão do Outro (Levinas) tenha lugar numa *comunidade de comunicação* na qual todos os humanos possam participar como iguais na construção material da verdade, sendo respeitado em sua Alteridade, em seu ser-Outro, *outredade*, garantido no plano da ‘situação ideal de fala’ (Habermas), na *comunidade de comunicação ideal ou transcendental* (Apel).²³⁶

Na teoria ética de Dussel a questão não está, como em Habermas, na mera superação da razão instrumental, ou da razão *terror* dos pós-modernos, mas na *superação do próprio sistema-mundo como foi desenvolvido* durante quinhentos anos. Ele explica:

O problema que se descobre é o esgotamento de um sistema civilizatório que chega a seu fim. A superação da *razão cínico-gerencial* (administrativa mundial) do capitalismo (como sistema econômico), do liberalismo (como sistema político), do eurocentrismo (como ideologia), do machismo (na erótica), do domínio da raça branca (no racismo), da destruição da natureza (na ecologia), etc., supõe a libertação de diversos tipos de vítimas oprimidas e/ou excluídas. É nesse

²³⁵ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 11.

²³⁶ DUSSEL, Enrique. *1492 - O encobrimento do outro*, p. 172-173.

sentido que a ética da libertação se define como transmoderna (já que os pós-modernos são ainda eurocêtricos).²³⁷

A Ética da Libertação aponta os *limites absolutos* com que a civilização humana se depara neste momento da história. Em primeiro lugar, a destruição ecológica do planeta, pois, desde sua origem, a Modernidade *constitui a natureza como um objeto 'explorável' com vistas a aumentar o lucro do capital*, e com Marx: “Pela primeira vez a natureza se transforma puramente em objeto para o homem, em coisa puramente útil; cessa de ser reconhecida como poder para si.”²³⁸ A crítica de Dussel é semelhante à crítica dos eticistas ambientais, mas parte do enfoque econômico que reduz a natureza a um *objeto explorável* em favor do *quantum*, do capital, e que hoje toca seu limite insuperável, quando o fim da natureza é o limite, a barreira intransponível do progresso humano.

O segundo limite absoluto é a destruição da própria humanidade. Pois o *trabalho vivo* é outra mediação necessária ao capital, o sujeito humano é o único que pode *criar* novo valor (mais-valia, lucro). O capital põe cada vez mais tempo absoluto de trabalho; no entanto não pode superar este limite, daí aumenta a produtividade *pela tecnologia*; tal aumento diminui a proporção do trabalho humano; há assim uma *humanidade sobrando* (desprezada, desempregada, excluída). Aquele que resta desempregado não recebe o salário, o dinheiro; e o dinheiro é a única mediação eficiente no mercado pela qual podem ser adquiridas mercadorias para satisfazer as necessidades.

Este é o limite dúplice que configura a crise terminal do *processo civilizatório*: (a) a destruição ecológica da vida no planeta e (b) a extinção da própria vida humana na miséria e na fome da maioria da humanidade. Diante desses dois fenômenos co-implicantes de magnitude planetária a “[...] morte das maiorias exige uma *ética da vida*, e seus sofrimentos nos levam a pensar e a justificar a sua necessária libertação das cadeias que as prendem.”²³⁹ Para chegar a uma ética libertária concreta, Dussel empreende esforços no sentido de argumentar um *princípio universal de toda ética crítica*: este, para ele, é o *princípio da obrigação de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana concreta de cada sujeito ético em comunidade*.

²³⁷ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 65.

²³⁸ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 65.

²³⁹ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 17.

A pretensão de universalidade da ética da libertação não parte de uma noção *homogeneizante do modo de vida*, alvo de diversas críticas formuladas pelos autores pós-modernos e pela análise da multiculturalidade. Ao contrário, para Dussel este princípio de obrigação de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana já se realiza como universal

“[...] através das culturas, motivando-as por dentro, assim como aos valores ou às diversas maneiras de cumprir a ‘vida boa’, a felicidade, etc. Mas todas essas instâncias nunca são o princípio universal da vida humana. O princípio penetra todas elas, incitando-as à sua auto-realização. As culturas, por exemplo, são modos particulares de vida humana de cada sujeito em comunidade, a partir de dentro. Toda norma, ação, microestrutura, instituição ou eticidade cultural têm sempre e necessariamente como *conteúdo* último algum momento da produção, reprodução e desenvolvimento da *vida humana* em concreto.”²⁴⁰

Segundo Dussel, a vida humana é a condição *sine qua non* para a cultura, portanto a cultura subsume a manutenção e reprodução da vida. Por isso é que Dussel pode propor um princípio de manutenção e reprodução como *universal*. Essa universalidade de um *princípio igual* sobre todas as *culturas (diferentes, com modos de realização particular de cada existência comunitária)* parece totalizante em um primeiro olhar, no entanto ele é proposto com base no argumento de que para ainda *existirem como comunidade viva* necessitam manter viva a vida que *ganharam* cada um dos sujeitos em comunidade. Os postulados morais de cada cultura têm, por pressuposto, um critério de manutenção e reprodução da vida, senão não existiriam mais, haveriam perecido. Os suicidas não existem como cultura própria, pois cessam o seu fator pré-ontológico, a vida.

Pois bem, antes de continuar adiante reconstituindo a presente teoria ética, desta rápida análise dos fundamentos da Ética da libertação é fácil observar, principalmente após os estudos críticos do capítulo anterior, a matriz antropocêntrica a que Dussel se filia, não se afastando um centímetro das concepções tradicionais centradas no humano. Portanto o que proponho é tratar esta miopia do autor, seu distúrbio teórico que acarreta na focalização dos objetos próximos com nitidez (os

²⁴⁰ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 93.

iguais, humanos), enquanto os distantes se apresentam embaçados. Evidencia-se que ao mesmo tempo em que o autor se propõe a constituir uma ética que leve em consideração as *vítimas*, semelhante à abordagem da viragem biocêntrica com foco no paciente moral, Dussel faz uma distinção entre humanos e não-humanos que desqualifica os segundos de qualquer consideração em sua teoria, relegando animais e plantas à condição de *vida sobrando*. A partir de então passarei a tratar de Dussel com Taylor, introduzindo na Ética da Libertação, um espaço de consideração de humanos, com os preceitos do respeito pela natureza.

Partindo de uma perspectiva libertária, o humano se depara com um outro ainda mais distante da libertação, o outro não-humano. A continuidade da vida, na *Ética da Libertação tradicional*, que propõe escapar da destruição ecológica, limite extremo *para a vida humana*, não consegue dar foco de que junto a essa destruição ecológica na qual se perdem as vidas humanas, também a vida não humana padece do mesmo destino. Na medida em que é coisificada, vitimizada e não encontra, na ética, um estatuto reconhecido de possuidor de seu *bem-inerente*, continuará a ter um valor instrumental para a comunidade humana. Esta moral que não impõe limites às ações humanas frente a toda forma de manifestação da vida (a não ser que gere um mal à própria civilização humana) permite a todo momento o aniquilamento massivo de vidas organizadas e comunidades de vida que representam, assim como a vida humana, o continuum da vida na Terra. A vida, que desde que surgiu, com sua astúcia, se manteve e reproduziu em diversos formatos até os dias de hoje, sendo ainda uma continuação da primeira vida (Dussel, Vernal). As vidas de todos os organismos padecem do mesmo destino e será com uma alteração ao núcleo fundamental da Ética da Libertação, seu sistema de crenças subjacente, que proponho a mudança da matriz cognitiva, de uma ética da libertação humano-centrada, para uma Ética da Libertação Biocentrada.

A substituição de um sistema de crenças antropocêntrico por um sistema biocêntrico não encontra grande dificuldade se observamos a forma da proposição dusseliana, pois ambas as teorias seguem uma filiação teórica baseada na ética da virtude, consequencialista. Isto permite uma assimilação entre suas produções. Portanto, faz sentido falar de uma renovação teórica no sistema de crenças da Ética da Libertação para a *abolição da discriminação por conta da aparência física dos organismos vivos*.

A cultura da transformação de *organismos vivos* em *coisas mortas* para a utilização humana, de tão naturalizada é tornada invisível e a inter-relação destrutiva do outro, não-humano, é recíproca àquilo que

Dussel apontou como o limite absoluto, a destruição ecológica do planeta e da humanidade (discurso comum da sustentabilidade). Crer que não se está destruindo a si ao espoliar e destruir as demais comunidades de vida significa se filiar, ingenuamente, à visão de domínio da natureza que acompanha a humanidade e ganhou novos contornos a partir da Modernidade (desenvolvimento da *técnica* para exploração da natureza). Na reflexão contextualizada de Felipe:

Quando Santa Catarina aparece como primeiro ou segundo abatedor de frangos e suínos para exportação no *ranking* brasileiro, os empresários ficam com os dólares, os produtores com os prejuízos da queda do valor da nossa moeda na compra da ração que é calculada em dólares, os habitantes das regiões que produzem e abatem esses bilhões de seres, com a contaminação do ar, da água de superfície, do lençol freático e do solo, destruindo assim as bases da vida para esta e para a geração futura, e os russos, árabes, e japoneses, com a carne, sem qualquer problema de administração do lixo e da contaminação que todo esse abate e dejetos representam. Não é possível encontrar uma só justificativa ética para uma prática econômica tão destrutiva quanto a da criação em massa de animais para abate.²⁴¹

Desde este ponto de vista, a formatação da Ética da Libertação continua a encher os filósofos e juristas com a ficção de que a vida da espécie humana é o que há de mais valioso em todo universo. Felipe reflete que, ao definir como *moralmente iguais* apenas os seres dotados de certas habilidades, tidas como qualificativas da autonomia da vontade, “a filosofia moral tradicional oferece à violência os flancos desses mesmos sujeitos morais.” Permitindo que estes não sejam obrigados a reconhecer um dever moral de respeito e consideração, a não ser em relação a seus iguais em certas capacidades, legitima todo ato de violência praticado contra quaisquer organismos vivos, quando esses não se encontram em condições de defender seus interesses, fazendo uso da razão, liberdade e linguagem. Ao fim, a autora conflui:

Mas, que moralidade é essa que só reconhece *deveres* frente àqueles que lhe aparecem como semelhantes? Seria este o fim da razão: o de

²⁴¹ FELIPE, Sônia T. *Por uma questão de princípios*, p. 37.

possibilitar apenas à comunidade dos que, por sua semelhança, podem ver-se espelhados uns nos outros, viver respeitados em sua especificidade? Perde o sujeito moral todo dever de respeito, assim que o outro lhe aparece numa configuração não-semelhante?²⁴²

É precisamente aí que o *mito encobridor* da Modernidade, a *irracionalidade justificada*, atua com semblante de racionalidade, inclusive na Ética da Libertação. Trabalhar para desmascarar esse mito e libertar as vítimas tem um papel fundamental para a formação de uma transmodernidade, como postulada por Dussel. Admitir responsabilmente o *dever-viver* de todos os organismos vivos e estender, por decorrência, um *critério material universal de verdade prática e teórica* a todas as formas de vida parece o desafio, que com Taylor se torna compreensível. O conteúdo ontológico do sistema de crenças proposto por Taylor, e que em Dussel não aparece (está subentendido), permite iniciar um processo de cura da miopia, ou pelo menos um início de terapia, na medida em que permite agregar, à ética libertária, a noção de que humanos são membros da comunidade de vida da Terra no mesmo sentido e termos dos outros seres vivos; que a espécie humana integra um sistema de interdependência para a sobrevivência de cada comunidade de vida; que os organismos relevantes são os centros teleológicos de vida, com singularidades e um bem próprio; e não são inferiores aos humanos. Intentar produzir um discurso ou crítica ético-ambiental com a Ética da Libertação não é possível (e Dussel não se propôs a este ensejo), no entanto a união dos dois sistemas pesquisados permitirá uma construção e reconstrução da ética da libertação e das políticas decorrentes dela, que inclua novas formas de convivência na Terra.

Continuando o curso de ligar as teorias, na Ética da Libertação o que interessa é o seu aspecto material, ou de *conteúdo da ética*. A vida concreta de cada sujeito interessa pelo conteúdo. Como ressaltei, para a Ética de Dussel a vida em jogo é a *vida humana*, detentores da dignidade de partilhar a consideração pelo estatuto moral que não lhes objetifique. Delimitado o *círculo de abrangência da comunidade moral*, ou seja, os humanos, cumpre dizer que essa vida não é entendida como conceito ou uma ideia abstrata, mas como *modo de realidade* do indivíduo, o qual, especificamente para o autor, difere do modo de ser de uma *pedra* ou de um *animal irracional*. Tenho que admitir que

²⁴² FELIPE, Sônia T. Redefinindo a comunidade moral, p. 267.

surpreende o aplainamento que Dussel realiza ao correlacionar um objeto inanimado à um animal. Considerar o modo de realidade do sujeito significa implicar seus aspectos fisio-biológico, histórico-cultural, econômico-político, ético-estético, político-social, místico-transcendental, desde onde surgem os conteúdos de suas ações concretas. Assim argumenta Ludwig, que

Esse modo de realidade do sujeito serve de referência indicativa também dos *limites* da vida. *A própria vida do sujeito delimita sua ação vital dentro de rígidos limites que não podem ser ultrapassados, quer seja por ação própria ou pela ação de outros, sob pena de ameaça real de sua eliminação.*

*A vida humana impõe limites, fundamenta normativamente uma ordem. A vulnerabilidade dessa condição circunscreve a possibilidade de viver dentro de certos limites e a partir de certos conteúdos, que vão desde a necessidade de alimentos, casa, segurança, liberdade, valores, identidade cultural e soberania até as mais sofisticadas manifestações culturais nas variadas formas civilizatórias. A vida humana é o modo de realidade do ser ético.*²⁴³ [grifo meu]

Dussel estabelece, portanto, uma *ética do cumprimento das necessidades* da vida (comer, beber, vestir, morar), afirmando a *dignidade* unitária do sujeito ético corporal, permitindo a liberdade de realizar suas faculdades características (racionais) humanas.²⁴⁴ Uma dignidade fundada no material, no pressuposto para o existencial. Realizando a transposição biocêntrica, o fundamento, para dar início à cadeia de significantes e servir de referência em cada momento para determinar as mediações filosóficas adequadas para a realização do princípio universal da ética crítica é: *o princípio da obrigação de produzir, reproduzir e desenvolver a vida de cada centro teleológico de vida em comunidade*. Destarte, a *realidade material* afirmada significa *conceber a vida impregnada de necessidades, porque é uma corporalidade viva e vulnerável*. O critério material, da produção,

²⁴³ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade: reflexões desde a filosofia de Enrique Dussel. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). *Repensando a teoria do estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2004, p. 289.

²⁴⁴ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 28.

reprodução e desenvolvimento da vida, realiza-se diferentemente em cada comunidade de vida e tem *pretensão de universalidade*. As culturas humanas e não-humanas (o conceito de cultura, neste ponto, precisa ser relativizado para as características singulares do organismo) são modos particulares de vida, movidas pelo princípio material universal, que serve de marco prévio comum a todas elas.²⁴⁵

O critério material universal tradicional da Ética da Libertação se inscreve da seguinte maneira:

Aquele que atua humanamente sempre e necessariamente tem como conteúdo de seu ato alguma mediação para a produção ou desenvolvimento auto-sustentável da vida de cada sujeito humano numa *comunidade de vida*, como cumprimento material das necessidades de sua corporalidade cultural (a primeira de todas o desejo do outro *sujeito* humano), tendo por referência última toda a humanidade.²⁴⁶

Com base neste critério universal material é que toda norma, micro ou macroestrutura, instituição, ação ou eticidade cultural deve, sempre sob o ponto de vista da ética, buscar conteúdos que tenham por fim a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana, perante esta exigência do aspecto material da vida tem-se *pretensão de verdade prática*.

Com os fundamentos elencados por Taylor da ética biocêntrica, também direcionada à singularidade do paciente moral, esse critério tradicional da ética crítica de Dussel pode congrega a amplitude de todos os centros teleológicos de vida, na medida em que quando se fala em animais e plantas, as características dessa *ética do cumprimento das necessidades* se aplicam com os mesmos recursos de respeito às singularidades de cada vida digna de ser vivida. Cabe reescrevê-lo, para assim poder seguir adiante nas considerações. Uma proposta de critério que congregue a visão igualitária biocêntrica, centrada na vida independente da aparência, pode ser enunciado, a título de proposta, da seguinte forma: *Aquele que atua centrado na vida sempre e necessariamente tem como conteúdo de seu ato alguma mediação para a produção ou desenvolvimento sustentável de cada centro teleológico de vida em sua comunidade específica de vida, como cumprimento*

²⁴⁵ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p. 290.

²⁴⁶ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 134.

material das necessidades de sua corporalidade e de respeito ao seu ambiente, permitindo aos demais organismos vivos viverem sem as perturbações humanas e de acordo com seus próprios interesses, tendo por referência última todo o ecossistema planetário.

Esse enunciado segue os moldes propostos por Dussel, mas carrega o conteúdo do giro biocêntrico ao incluir no círculo de consideração moral o respeito entre as espécies vivas no planeta, permitindo que os demais seres sejam tomados em conta em suas singularidades pelo agente moral e pela comunidade moral humana. Precisamente, um *critério material universal da verdade biocêntrica*, pode-se inclusive constituir um *dever-ser*, o princípio da dignidade que estabelece o círculo de consideração ética dos humanos, abrangendo todos os *centros teleológicos de vida*. Este é um princípio da dignidade do organismo vivo, informando a abrangência de toda norma, ato, microfísica estrutural, instituição ou sistema de eticidade, enunciado da seguinte forma: A cada organismo vivo é garantida sua consideração pela comunidade moral humana e por cada indivíduo humano, os quais devem (como obrigação) produzir, reproduzir e desenvolver responsavelmente a vida concreta de cada centro teleológico de vida, numa comunidade global de vida; para os humanos, a partir de uma “vida boa” cultural e histórica que se compartilha pulsional e solidariamente; enquanto para os não-humanos a partir da vida no seu ambiente e em condição de viver em paz; tendo como referência última todo o ecossistema planetário.

A passagem do *critério* ao *princípio* envolve, inevitavelmente, a questão da *falácia naturalista*. A questão precisa e decisiva apontada por Dussel é esta: “Será que é possível material e concretamente, a partir de enunciados descritivos, *fundamentar* enunciados normativos?”²⁴⁷ Aqui se trata do problema da possibilidade de fundamentar a partir do *critério material* uma *exigência* (obrigação, um *dever-ser* éticos), pois o critério material se refere a um aspecto puramente descritivo. Diversos são os estudos que demonstram a insuficiência do argumento dedutivo formal. Ludwig aponta que essa impossibilidade da *passagem* foi fartamente investigada desde Hume, Kant, Kelsen e outros. Não se trata de questionar os argumentos nessa ordem, a da lógica formal, mas sim da problemática da possível *fundamentação dialético-material*,²⁴⁸ na

²⁴⁷ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 138.

²⁴⁸ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p. 291.

qual Dussel visa fundamentar essa existência da vida como requisito pré-ontológico à constituição paradigmática do sujeito,

Isto é, a produção, reprodução e desenvolvimento da vida de cada sujeito humano é ela mesma um *fato* (sobre o qual podem ser feitos juízos de fato’ ou ‘enunciados descritivos’; não meramente da razão analítico-formal ou instrumental), que se ‘impõe’ à própria vontade (à ordem pulsional da humanidade como gênero, da comunidade e a cada sujeito ético) por sua inevitável constituição auto-reflexiva. A vida humana não só se dá espontaneamente, mas nos é imposta a nós mesmos como uma ‘obrigação’ sua conservação e desenvolvimento. Quer dizer, sobre o ‘há vida humana’ pode-se ‘fundamentar’ (racional, prático-material e reflexivamente) o *dever-ser ético* (que pode ser emitido como ‘enunciado normativo’ ou juízos éticos de realidade’), como pretensão de verdade, como exigências deonticas de produzir, reproduzir e desenvolver a própria vida do sujeito.²⁴⁹

Diante desse dever-ser, partindo do *ser-vivente*, para Dussel, do sujeito humano, pode-se fundamentar a exigência do *dever-ser* da própria vida, pois a vida, nesse patamar, é reflexiva e autorresponsável, contando com sua vontade autônoma e solidária para poder sobreviver.

Através desse argumento Dussel propõe o que chama de *princípio material universal da ética*, o princípio da corporalidade como “sensibilidade” que contém a ordem pulsional, cultural-valorativa (hermenêutico-simbólica), de toda norma, ato, microfísica estrutural, instituição ou sistema de eticidade:

Aquele que atua eticamente *deve* (como obrigação) produzir, reproduzir e desenvolver auto-responsavelmente a vida concreta de cada sujeito *humano, numa comunidade de vida*, a partir de uma ‘vida boa’ cultural e histórica (seu modo de conceber a felicidade, com uma certa referência aos valores e a uma maneira fundamental de compreender o ser como dever-ser, por isso também com *pretensão de retidão*) que se compartilha pulsional e solidariamente,

²⁴⁹ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 141.

tendo como referência última toda a humanidade, isto é, é um enunciado normativo *com pretensão de verdade prática, e, em além disso, com pretensão de universalidade*.²⁵⁰

Para o momento material da política, de forma inicial e provisória, a primeira *determinação* da racionalidade política é a *material*, partindo do princípio de que a racionalidade política é complexa e tem por *conteúdo* fundamental a exigência de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade e a vida de toda humanidade. Os atos, as normas, as instituições, as microestruturas e as macroestruturas na condição de mediações têm a obrigação de cumprir o imperativo que decorre deste fundamento inicial, a concepção da razão política em seu momento material.²⁵¹

Além de produzir uma ética refinada de acordo com o que acompanha o estado da arte da teoria crítica filosófica, o salto teórico de Dussel se encontra, precisamente, na sua proposta de compreensão de que todo sistema ético gera vítimas e deve estar preparado para, em momentos pré-estabelecidos de sua aplicação, (re)incluir as vozes destas vítimas. Ao pensarmos um entrelaçamento de Taylor com Dussel, mais vítimas entram no cenário, não só as humanas, mas todos os organismos vivos que precisam ser levados em consideração pelos agentes morais.

3.1.2 Construção comunitária do conteúdo material da ética biocêntrica

Uma característica da ética dusseliana é a grande importância dada aos processos auto-organizados ou auto-regulados dessas formas de viver comunitária, “[...] já que um certo ‘consciencialismo’ moderno exagerado e unilateral fez perder o sentido da corporalidade orgânica da existência ética.”²⁵² Portanto, a estrutura da ética toma por referencial que o saber do agente moral, o conteúdo da verdade, é construído intersubjetivamente. Ou seja, o conteúdo da ética não é dado *aprioristicamente*, mas sim passa por um processo de legitimação intersubjetivo da comunidade linguística (sobrepunhando a Filosofia da Consciência em benefício do giro linguístico – Rorty), prevenido, claro, pelo critério material (manutenção e reprodução da vida). Sem um

²⁵⁰ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 143.

²⁵¹ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p. 293.

²⁵² DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 95.

critério material, que segure o sentido durante o trabalho filosófico-hermenêutico dos agentes morais, Dussel se encontraria nos limites da teoria do agir comunicativo de Habermas e seu problema de não ter uma referência material pré-ontológica, a vida, pois sem ela, não há o ontológico. Em outras palavras, no trabalho hermenêutico dos agentes morais libertários biocêntricos, o sentido é circular, na medida em que o sujeito já é *ser-no-mundo* quando interpreta, o que destitui uma consciência livre de preconceitos interpretativos (Gadamer), no entanto o critério fundamental e o produto hermenêutico não podem causar a destruição daquilo que constitui o ontológico, a vida.

A situação empírico-objetiva da existência maciça de vítimas no sistema-mundo, reflexo da produção de sujeições históricas e mesmo de vítimas não-intencionais do próprio sistema, exigiu de Dussel a formulação de uma crítica desde um horizonte que ultrapassasse analéticamente²⁵³ a totalidade dialética do debate entre a modernidade e a pós-modernidade: o horizonte chamado, por diferenciação, de transmodernidade. Ludwig aponta os seis momentos necessários da Ética, para estruturar a ética fundada na vida concreta de cada sujeito e aberta à revisão pelas vítimas que ela própria gera em seu funcionamento: (a) desde o momento material ou de conteúdo; (b) articulado com o momento formal ou procedimental; (c) até alcançar o momento da factibilidade ética como processo efetivo; então, metodologicamente, (d) o ponto de partida aparece no momento da crítica material do sistema como dominador; (e) abrindo passagem para o momento da crítica formal, na condição de nova validade consensual anti-hegemônica desde as comunidades das vítimas, para, enfim; (f) enfrentar a construção da nova factibilidade, agora crítica (práxis de libertação), como momento final.

Dussel postula que a efetivação e construção da norma ou sistema a ser executado na ação, não decorre direta e imediatamente do *princípio biológico-instintivo*, mas do *modo de realidade do sujeito ético*, pois considerando o estágio atual do processo civilizatório e cultural humano, é necessário assegurar o concurso de todos, em um espaço decisório subjetivo e intersubjetivo. As *mediações* (filosofia) são buscadas no espaço da autoconsciência, liberdade, responsabilidade e autonomia, para permitir uma fundamentação racional (não meramente

²⁵³ A analética é uma proposta de Dussel de superação da dialética e seu conteúdo ontológico que coloca o sujeito a conhecer o objeto (colonização do objeto). O ponto *além* da ontologia ou *lógos* dialético está no entendimento do outro sem lhe compreender em si.

instintiva) de toda norma, ato, instituição, a ser executada na ação. Este momento se dá para que as decisões de conteúdo não sejam fruto do egoísmo extremado e autoritarismo violento, o que se constituiria na negação da própria moralidade. Isto é, há a exigência de uma norma básica da moral formal a ser cumprida que tenha ganhado *validade* comunitária, universal. Esse é o momento em que Habermas toma assento na teoria de Dussel, e a razão comunicativa toma sua *forma* por excelência. Os procedimentos da moral formal para obter a validade com *pretensão de universalidade* são buscados entre os princípios da Razão Comunicativa. A validade com pretensão de universalidade passa à ordem da *fundamentação subjetiva* para a *fundamentação intersubjetiva* desde o núcleo básico da infra-estrutura da linguagem. Todavia, na arquitetura da Ética da Libertação, a questão não se situa meramente no horizonte da moral formal (*critério de validade formal*), porque é *vinculada* pelo momento material.²⁵⁴

O momento seguinte é o de factibilizar o *novo verdadeiro* e o *novo válido*, sendo julgados em sua factibilidade pela razão instrumental e estratégica nos diversos níveis de *possibilidade*, *impossibilidade* e *operabilidade*, anunciados no terceiro momento da fundamentação. Para Ludwig, a práxis exigida é aquela orientada pelos princípios enunciados anteriormente, tendo em vista a transformação da realidade para que as *negatividades* possam ser superadas. “Trata-se da práxis de libertação factível – ‘crítica à razão utópica’ – transformadora da realidade subjetiva e social e que tem como referência central uma vítima ou uma comunidade de vítimas, específicas.”²⁵⁵

Portanto, a existência da negação da vida, em algum nível, sendo uma contradição do sistema, e a exigência da necessária transformação, são concebidas pelo *critério da factibilidade crítica*.

A possibilidade de transformar o sistema que vitimiza depende também das próprias forças do sujeito da ação. Por isso, é necessária a cautela especial, na avaliação da capacidade estratégico-instrumental da comunidade das vítimas de

²⁵⁴ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p.294-295.

²⁵⁵ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p. 318.

realizar processo de libertação diante do poder do sistema dominante.²⁵⁶

O *princípio-libertação*, proposto por Dussel, formula o momento deontológico, ou o dever ético-crítico, da transformação como possibilidade da reprodução da vida da vítima e como desenvolvimento factível da vida (desde uma perspectiva libertária biocêntrica) em geral, esse é seu enunciado:

Aquele que opera ético-criticamente *deve* (está obrigado a) libertar a vítima, como participante (por ‘situação’ ou por ‘posição’ – diria Gramsci) da própria comunidade a que pertence a vítima, por meio de a) *uma transformação* factível dos momentos (das normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade) que *causam* a negatividade material (impedem algum aspecto da reprodução da vida) ou discursivo-formal (alguma simetria ou exclusão da participação) da vítima; e b) *a construção*, através de mediações com factibilidade estratégico-instrumental críticas, de novas normas, ações, microestruturas, instituições ou até sistemas completos de eticidades onde essas vítimas possam viver sendo participantes iguais e plenos.²⁵⁷

Na dimensão política a nova factibilidade tem a tarefa de organizar e efetuar, estratégica e instrumentalmente, a transformação da negação ou destruição das estruturas injustas vigentes até a afirmação ou construção de novos sistemas ou subsistemas na ordem política. Nesse momento, a razão será *razão política crítico-estratégica*. As ações políticas visam à transformação da ordem vigente pela práxis concreta como exercício da razão estratégico-instrumental sobredeterminada pelos princípios da razão política crítico material e crítico formal.

Estão em jogo as ações concretas que possibilitem a transformação dos efeitos *negativos* não intencionais já produzidos pelas ações políticas vigentes. Ação política que destrua (momento negativo) o sistema ou aspectos dos sistemas que não permitem a vítima viver e construa (momento

²⁵⁶ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p. 319.

²⁵⁷ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 565.

positivo) novo sistema ou subsistemas (de direito, de economia, de ecologia, de educação, etc.) que permita e seja condição para que a vítima possa viver. Aqui a *razão política* transforma-se em razão política de *libertação* na medida em que o cidadão passa a ser sujeito da transformação. Sujeito da libertação como nos momentos de libertação nacional – é o caso típico dos *heróis nacionais*. É o lugar das lutas das ‘frentes de libertação’ dos diversos e diferentes movimentos das comunidades de vítimas. Por isso, trata-se de um princípio que subsume todos os princípios anteriores.²⁵⁸

Para a política fica o dever de se ocupar das *condições ou princípios universais* da produção, reprodução e desenvolvimento da vida dos centros teleológicos de vida, dos humanos em sua comunidade política e dos demais organismos, respeitando as regras de conduta e princípios de prioridade biocêntricos em relação às suas comunidades de vida específicas. *Interessam os mais diversos níveis da vida humana em comunidade. Interessa a vida humana no nível dos conteúdos da razão política (nível econômico e ecológico); também interessa a vida humana no nível das formas/procedimentos normativos legítimos (nível do Princípio Democrático); interessa, ainda, a vida humana no nível da efetividade dos meios e fins das ações concretas (razão estratégico-instrumental no exercício do Poder político).*²⁵⁹

Ambas as teorias propõem uma ética individualista, que nega a aceitação da morte das vítimas produzidas pelo sistema ético, entretanto, Dussel propõe um igualitarismo individualista centrado no humano e Taylor, ao lidar com a teoria ambiental e a busca de um critério não arbitrário de consideração moral, herança da viragem biocêntrica, propõe um igualitarismo individualista centrado na vida (não em abstrato, mas dos *centros teleológicos de vida*). É precisamente por encontrarmos um cenário ético ambiental de crise que as teorias de Dussel e Taylor são vistas como pesadas de serem carregadas e radicais (almejam a raiz do problema filosófico) em suas propostas.

Quando a questão trazida por Stephens, Stephens e Dukes, acerca da ética subjacente na mediação de conflitos foi abordada no primeiro

²⁵⁸ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p. 322-323.

²⁵⁹ LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade, p. 324.

capítulo, o cenário retratado apresentava uma diversidade de caminhos sem horizontes muito definidos que pudessem indicar qual seguir, inclusive porque a cisão entre ética (humana) e ética ambiental promove uma separação que dificulta a compreensão da amplitude do conceito de respeito ao continuum da vida. No segundo capítulo reconstituí o processo de viragem biocêntrica e a teoria ética ambiental de Taylor, com a expectativa de conseguir conciliar o problema da ética subjacente visto no momento anterior. Entretanto, os avanços propostos por Taylor ainda necessitavam de uma oxigenação teórico crítica, a qual se realiza pela sua amalgama com a Ética da Libertação, de Dussel, que se iniciou nas páginas anteriores. Ao produto deste entrelaçamento, que para este estudo acredito suficiente, mas que pode ainda receber novos recortes em estudos posteriores, intitulo de Ética da Libertação Biocêntrica. Esta ética tem a abrangência necessária para que o mediador ambiental possa estar preparado a lidar com todos os interesses e relacionamentos envolvidos no jogo da mediação e, conseqüentemente, para produzir um conjunto de deveres ao mediador ambiental, capaz de informar de maneira mais ampla a deontologia de seu campo.

Antes de passar às considerações finais e à organização das propostas e resultados da investigação, pretendo aportar conteúdos teóricos dos estudos sobre a ética psicanalítica que possam auxiliar em uma localização da função e posicionamento mais coerente do mediador ligado ao debate Susskind/Stulberg, controvérsia clássica da deontologia da mediação ambiental.

3.2 SOBRE A *FUNÇÃO* DO MEDIADOR AMBIENTAL: APORTES DA EPISTEMOLOGIA E DA ÉTICA PSICANALÍTICA

Falar da ética da mediação é falar do que se acredita ser o conjunto de valores subjacentes à mediação e, em última instância, do papel do mediador. A abordagem transformativa tem seu foco no empoderamento e reconhecimento, partindo de uma prática na qual o mediador não deve dirigir as ações das partes para um acordo (este é secundário), mas auxiliá-las a construir um relacionamento com melhor qualidade de interação entre as partes para que possam, então, decidir os conflitos que lhes assolam. No entanto, o grande debate dentro da mediação ambiental gira em torno da *responsabilidade do mediador* sobre as *decisões tomadas pelas partes* e, em decorrência, das conseqüências, para o mediador, destas decisões. Susskind foi enfático em estabelecer o dever do mediador ambiental de se posicionar na defesa de decisões *responsáveis social e ambientalmente* pelas partes.

Deve, inclusive, ser um conhecedor dos temas ambientais envolvidos, para poder se *posicionar* e *encaminhar* as tomadas de decisões no sentido de ter um final positivo à sociedade e ao ambiente, estabelecendo um dever de *proibição de retrocesso*, semelhante ao encontrado nos Direitos Humanos.

Esta proposta de Susskind é tão tentadora que o seu debate com Stulberg sobre o ofício do mediador ambiental e sua responsabilidade material ainda não encontra uma aceitação majoritária entre os pensadores da mediação. Desde o tempo que se inaugurou o embate até os dias atuais, estas questões chamam a atenção daqueles que estudam a deontologia da mediação e, mesmo na recente obra de Waldman, o impasse ainda reina. Mas, por que este impasse persiste? Ora, a argumentação de Susskind carrega uma lógica em seus argumentos e se mostra *bem intencionada* em seu discurso de defesa ambiental, mas ao mesmo tempo se encontra na contramão dos padrões de atuação do mediador, principalmente das abordagens geradoras de normas, como a transformativa.

Pessoalmente, peguei-me por diversas vezes exercitando a imaginação e colocando o mediador ambiental neste lugar de poder proposto por Susskind. Afastar-se da tradicional neutralidade e imparcialidade significa ocupar um lugar de poder frente às partes, no entanto é um poder que se deseja incorporar ao mediador que é contrário à filosofia e à estrutura do processo de mediação, principalmente porque o mediador não tem poder de decisão (diferente de um juiz ou árbitro). Isto significa querer que o mediador imponha algo que ele não tem poder para impor. De fato, é colocar o mediador em um lugar perverso, buscando defender a angústia própria de seu ofício em casos que realmente importam, os ambientais. Para Susskind, esta posição se justificaria no dever de cuidar (ou representar) os interesses relevantes que estão em jogo e que devem ser defendidos por alguém. Esses interesses não poderiam ser deixados à mercê das partes, pois se estas não forem responsáveis, suas decisões irão gerar consequências ambientais a pessoas e outros seres vivos que não estão participando do processo ou que ainda não existem (futuras gerações). A lógica de Susskind é uma resposta problemática ao ofício do mediador.

Neste exercício da profissão, sugerido por Susskind, o que ocorre é a mudança da ocupação tradicional do mediador, de neutro e imparcial, para jogador na mesa de mediação. Como foi visto no primeiro capítulo, existem correntes de mediação que sustentam a possibilidade de um mediador avaliar os argumentos e decisões das partes, no entanto, os problemas com relação a estas abordagens

mediativas envolvem, por exemplo, os limites de seu saber sobre o caso; a capacidade de julgamento do mediador sobre o que seria o melhor para as partes; e as possíveis infrações que este mediador comete ao misturar competências profissionais diferentes ao aconselhar e assessorar desde o lugar de um especialista (advogado, engenheiro, biólogo etc.), como analisado por Waldman.

Desde uma abordagem transformativa (e também da Mediação Dinâmica – Vezzulla), esta mudança no papel no ofício do mediador apresenta incoerências e consequências mais profundas do que a simples infração nos limites de atuação profissional. Ela guarda relação com o fundamento filosófico da mediação e a epistemologia que institui este lugar do mediador de auxiliar na melhoria da qualidade da relação entre as partes. Por consequência, afeta todo o conjunto de deveres do mediador, levando-o, se seguir a proposta da responsabilidade do mediador, a atuar em dois lugares (pelo menos) ao mesmo tempo, um de mediador e outro de parte.

Estes problemas sobre a função do mediador, ao colocar seu *eu* à mesa, enseja um problema sobre *o que é(deve) ser* mediador, e pode ser enriquecido com um debate semelhante, produzido principalmente por Freud e Lacan, sobre a ética do analista. O campo de trabalho da psicanálise auxiliou um rasgo epistemológico ocorrido nos idos do século passado, no discurso racionalista da filosofia tradicional ao inaugurar o conceito de inconsciente, produzindo um debate sobre a condição humana e abrindo a derradeira ferida no narcisismo humano. A função do analista, própria da psicanálise, de não ocupar um lugar de saber (Mestre), e sim de um *sujeito suposto saber*, abriu um novo espaço de atuação profissional no qual o ator principal do processo (semelhante à mediação) é o paciente, pois o analista não carrega um saber acerca do inconsciente do analisante. O paciente consegue saber de si, das razões de suas neuroses e de seu desejo e inconsciente, através da análise pessoal. Este rasgo e a decorrente abertura a uma nova forma de agir também estão presentes na mediação.

A exemplo de autores como Warat e Vezzulla que já coletaram saberes da psicanálise para compor suas teorias e práticas mediativas, ressaltarei algumas semelhanças existentes entre a função que exerce o analista e o mediador em relação a seus clientes. De antemão, destaco que os campos da mediação e da psicanálise são distintos, de sorte que a função do mediador e a função do psicanalista também se encontram em lugares muito diferentes. Por óbvio, enquanto ao analista resta um trabalho com o inconsciente do analisando, ao mediador resta um trabalho mais modesto, com o consciente e pré-consciente dos

mediandos. Acompanho Warat, em sua análise sobre o ofício do mediador, quando coaduna com esta separação entre o lugar do mediador e do psicanalista:

O mediador não pertence à família dos psicanalistas, o que mais pode fazer é aproveitar-se de alguns ensinamentos de Freud, Lacan e associados, sem tentar estabelecer a transferência como tampouco às pontuações ou interpretações da escuta psicanalista. O mediador encontra-se, por dever de ofício, impossibilitado de interpretar.²⁶⁰

Vezzulla e Warat, cada um a seu modo, introduziram recursos teóricos psicanalíticos em suas abordagens de mediação e demonstraram a importância do empréstimo de suas formulações doutrinárias. Sabemos que psicanálise e mediação são práticas distintas, entretanto, o quão distintas e similares, exatamente, não se sabe. O que será feito, precisamente, é aproveitar os ensinamentos produzidos na clínica psicanalítica, que, por suas semelhanças, podem fortalecer um lugar próprio reservado ao mediador e auxiliar para pensar a *função, ou, em função de que, age o mediador*.

Uma contribuição relevante a este estudo se encontra na perspectiva crítica psicanalítica sobre sua *teoria da cultura e sobre a consciência ética*, que intitulou de ética tradicional, remontando a Aristóteles, passando por Kant e, seguindo a linhagem teórica, chegando até Taylor. Dussel, por sua vez, inscreve em sua teoria as análises críticas de Freud sobre a Modernidade ocidental e sua ordem pulsional dominada pelo instinto de morte.²⁶¹ Com a *invenção* do conceito de *inconsciente*, as éticas fundadas em uma natureza estritamente racional do ser humano, baseadas em um ideal de harmonia, encontram no imperativo categórico a base de supressão da *subjetividade inadequada* ao agente moral. Por não lidarem com o desejo do indivíduo, pivô do psiquismo, tais éticas *ortopédicas*, ao tratarem da dinâmica e do adestramento dos hábitos dos agentes morais, enquadram-se no grupo de geradores do mal-estar causado no *indivíduo* pelo processo civilizatório e de definição do caráter.

²⁶⁰ WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus, 2001, p. 50.

²⁶¹ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação*, p. 356-363.

As partes atendidas e o próprio mediador, independente da ética da qual sejam signatários (tradicional ou qualquer outra), não são exatamente os agentes morais retratados e esperados pelas éticas tradicionais, mas sujeitos cindidos. A civilização e o trabalho humano em prol do bem coletivo exige a renúncia de grandes quantidades de satisfação pulsional para manter o caráter do indivíduo. A partir desse recalque, o desejo somente se torna acessível através dos seus representantes (como os sintomas, por exemplo).²⁶² É neste cenário que o analista toma seu assento para auxiliar no trabalho personalíssimo de acompanhar o agente moral na análise da equação de supressão do desejo pela moral civilizatória.

Uma coesão social humana fundada no respeito pela natureza, da mesma forma, tem como condição o recalque individualista do desejo, para constituir uma ampliação da ética. A questão ética do mediador ressoa semelhantemente à crítica psicanalítica do mal-estar produzido pela moral, a partir das noções produzidas por Freud sobre civilização.²⁶³ Cabe ressaltar, no entanto, que enquanto o analisante vai *sozinho* ao divã, os mediandos carregam, além de seus conflitos intrapsíquicos, as pessoas que se interpõem ao seu gozo.

Mediação e psicanálise não buscam o adestramento do comportamento dos sujeitos à lei ou moral vigente, ambas articulam sua própria direção do tratamento, focadas na melhoria da qualidade de vida ou da relação dos envolvidos. Nem o psicanalista, nem o mediador ocupam um *lugar de Mestre*, de medida de todas as coisas, onde a prática se reveste de inspirações utilitaristas. A própria crítica ao modelo de mediação tradicional linear de Harvard ocorre porque o mediador está numa constante busca narcísica de levar as partes ao *sim*. Da mesma forma que não cabe ao analista decidir, a partir de suas próprias experiências e expectativas, não cabe ao mediador direcionar para onde os sujeitos devem ir ou que tipo de sujeitos devem se tornar, inclusive porque não serão somente eles que conviverão com as decisões após a mediação ou análise.

²⁶² LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7*, p. 20 e ss.

²⁶³ FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 65-148. v. XXI.

3.2.1 Semelhanças de um lugar vazio, função do mediador e construção do significante em comunidade

O primeiro recurso teórico da psicanálise que pode produzir respostas às questões com as quais nos deparamos na mediação ambiental se refere à *ética do analista*. A forma que irei realizar esta filiação teórica com a psicanálise passará por identificar as diferenças e reconhecer as semelhanças dos ofícios. A bibliografia e a amplitude dos estudos da função do analista é imensa, e por isto selecionei os estudos de Freud e principalmente de Lacan, que dedicou todo um seminário para a questão da ética na psicanálise²⁶⁴, para que possam contribuir no presente estudo, pois muitas questões deste tema não se aplicam à mediação por se referirem a processos próprios da psicanálise e seu trabalho com o inconsciente (por exemplo, a questão da demanda de amor do analisando ao analista, o tipo de escuta etc.).

O primeiro questionamento que podemos importar da ética da psicanálise é o de Lacan, quando inicia seus seminários para revigorar o pensamento psicanalítico freudiano: o que fazemos quando fazemos análise?²⁶⁵ Para este estudo revento para: o que fazemos quando fazemos mediação ambiental? Isto significa problematizar a clínica desta mediação ambiental para encontrar as *condições* e as *premissas* teóricas que caracterizam a função do mediador. A psicanálise se apresenta como uma terapêutica baseada na experiência do desejo inconsciente, e o analisante atua com um sujeito cindido, não plenamente racional, mas que, dividido, não da conta de si e sofre.

O mediador sentado à mesa, semelhante ao analista atrás do divã, ocupa um lugar de objeto muito específico para as partes. Enquanto do lado de um analisante, há uma tensão inevitável entre desejo e moral, que constitui um dos fatores mais importantes na causa das neuroses e, assim, o lugar do analista é lidar com esta singularidade (demanda de felicidade), nos conflitos levados à mediação, as partes estão diante deste outro que lhes ocupa o lugar proibidor do gozo e, portanto, seu lugar é ser uma *função* entre as partes, ou seja, auxiliar a (re)estabelecer uma relação entre elas.

²⁶⁴ LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Trad. de Antônio Quinet. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 397 p.

²⁶⁵ LACAN, Jacques. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Trad. de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 336 p.

Em ambas práticas se encontra a “cura”, individual ou da relação, através da fala livre e de uma escuta específica do profissional, no entanto o que assemelha a escuta do mediador e do analista, e as separa da escuta de um árbitro, juiz, de um lugar de Mestre, é que suas escutas não são julgadoras. Não é função do analista e nem do mediador decidir o melhor para seus pacientes. Na visão de Lacan, a psicanálise está na contramão do gozo e na direção de uma ética do desejo. Do lado do analisante, suportar a falta significa no final da análise, dar passagem da impotência à impossibilidade; já do lado do analista, significa suportar a sua própria falta. Sustentar o desejo do analista, significa *não gozar*, isto é, não aplicar o desejo, que é unicamente seu, para suplantar o do outro.

O mediador ocupa um lugar semelhante ao do analista de *sujeito suposto saber*. As partes, com raras exceções, depositam na pessoa do mediador uma crença de que ele contém algum tipo de resposta ao conflito. São raras as vezes nas quais as partes têm um conhecimento claro do que esperar de uma mediação, e quando aderem a estes significantes, direcionam uma expectativa ao mediador, uma *transferência mediativa*. Esta é uma ilusão produzida pelas partes de que o mediador sabe algo de antemão.

Ao mediador, de seu lado, não cabe se identificar com o saber que lhe é creditado, devendo, semelhante ao analista, estar advertido contra ele. O mediador não deve estar no jogo como jogador, mas como função entre os jogadores, servindo-se deste saber que lhe é creditado para produzir o empoderamento e reconhecimento entre as partes, para, ao final, o mediador, tal qual o analista, ser *resto*. Aquilo que se usou e gastou pelos mediantes para trabalharem suas relações e, eventualmente, alcançarem suas soluções.

Semelhante aos pressupostos da abordagem transformativa da mediação, o que importa é auxiliar as partes a melhorarem sua qualidade na relação, afinal de contas, a função do mediador não é criar uma ausência de conflito ou uma relação sem diferenças, tal meta é impossível. Nem mediador, nem psicanalista agem para extinguir o conflito no mundo. Da mesma forma, asseverou Andrade Júnior, não é papel do analista legislar sobre a moral, mas *demarcar o plano onde o conflito com a moral se insere*. O psicanalista e o mediador descartam o papel de Mestre, de alguém que indique o caminho ou se personifique como protetor da moral, restando-lhes a função de tornar seus processos

possíveis, ou seja, permitir que os envolvidos falem e que o jogo se desenvolva.²⁶⁶

Para o analista, a proposta é importante: dirigir o tratamento, isto é, ocupar o lugar que lhe compete, permitir que o inconsciente do sujeito fale e seja escutado em análise. Isso não é a mesma coisa que moldar o paciente em algo que ele não é, interpretando sua fala a partir de suas próprias expectativas ou mesmo direcioná-lo para algum obscuro ideal de sujeito analisado, quer ele queira ou não. A mediação transformativa já ataca o *direcionismo* de muitas outras abordagens de mediação, pois nestas o mediador espera um acordo e para isso foge de seu lugar. Nada mais avesso, portanto, a uma ética do aconselhamento, da promessa de uma felicidade ideal e adaptada. O fim terapêutico da psicanálise vislumbra um sujeito menos propenso ao sofrimento, mais ciente de suas limitações (de sua própria *falta-a-ser*) e capaz, nas palavras de Freud, de amar e trabalhar, sem com isso limitar seu amor às expectativas do desejo do Outro.

Dentro da proposta de Lacan, não se pode dizer que a psicanálise e a mediação não intervenham no campo da virtude, pois elas permitem desobstruir vias nas quais se espera que aquilo que se chama virtude venha a lá florescer.²⁶⁷ Desta forma não caberia direcionar os mediandos, ao mediador cabe a direção do processo. Lacan propõe o mesmo para o analista: ele certamente dirige o tratamento, mas não deve, de forma alguma, dirigir o paciente, buscando lhe imprimir uma consciência moral. Lacan conclui:

A direção do tratamento é outra coisa. Consiste, em primeiro lugar, em fazer com que o sujeito aplique a regra analítica, isto é, as diretrizes cuja presença não se pode desconhecer como princípio do que é chamado “a situação analítica” [...] Essas diretrizes, numa comunicação inicial, revestem-se da forma de instruções, as quais, por menos que o analista as comente, podemos considerar que, até nas inflexões de seu enunciado, veicularão a

²⁶⁶ ANDRADE JÚNIOR, Moisés de. *Ética da psicanálise e desejo do analista: bases conceituais do desejo do analista na ética do Seminário VII de Lacan*. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7NXJYB/dissertacao_etica.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014, p.59.

²⁶⁷ LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7*, p. 19.

doutrina com as quais o analista se constitui, no ponto de consequência [sic] que ela atingiu para ele. O que não o torna menos solidário da profusão de preconceitos que, no paciente, esperam nesse mesmo lugar, conforme a idéia [sic] que a difusão cultural lhe tenha permitido formar acerca do procedimento e da finalidade da empreitada.²⁶⁸

É possível emprestar este argumento psicanalítico, simpático à abordagem transformativa, para a problemática do dilema do mediador ambiental entre impor sua moral ou se abster de entrar no jogo mediativo.

Certamente há um estilo, modo de interpretar e conduzir a análise, próprios de cada analista, contudo, o que impede que este mesmo estilo sirva às aspirações narcísicas do sujeito que escuta é a lembrança de que, na transferência em jogo na análise, o analista é um objeto alvo de pulsão, cujo propósito de permitir que o inconsciente surja e a transferência se instaure está restrito às quatro paredes do consultório, e de que, ao final da análise, de causa para a fala o analista torna-se resto, objeto usado e, então, sem valor.

E talvez se alguns mediadores realmente desejam entender o que é um terceiro capaz de auxiliar no empoderamento e reconhecimento do outro, esses precisam sentar em uma mesa de mediação, não como mediadores, mas como partes em algum conflito que tenham em suas vidas pessoais. Esta experiência poderá produzir uma verdadeira transmissão do saber mediativo, enquanto o aspirante a mediador vivencia aquilo que estudou na teoria transformativa: seu enfraquecimento diante do conflito e a auto-absorção como lógica defensiva em resposta aos temores provocados pela insegurança gerada pelo conflito. Esta pode ser uma excelente forma de transmissão do saber da mediação, na medida em que, ao sentar à mesa com um conflito e se permitir ser ajudado a sentir seu enfraquecimento e autocentrimento, experimente os efeitos da mediação e, adiante, seja capaz de lidar com sua vontade de *interpretar e dizer a verdade* nos casos que esteja mediando.

Uma compreensão similar se extrai do que Winslade intitula de *reflexividade na mediação*. Explica o autor: “Agir eticamente, portanto, não significa que eu deveria remover todas as minhas pressuposições de

²⁶⁸ LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 592.

minhas declarações, uma tarefa impossível, mas sim que eu deveria cuidar de ser reflexivo sobre como eu uso esse poder.”²⁶⁹ Ser reflexivo significa perguntar quais pressuposições o mediador carrega sobre o ambiente, a consideração moral da vida, o comprometimento com determinados padrões de utilização do ambiente, a equidade da presente lei ambiental, os quais traz para a mesa e os encontra inconscientemente infiltrados no direcionamento do processo. Winslade intitula esta postura de *princípio ético da reflexividade*, sugerindo que o mediador procure aprender com as partes, receber suas compreensões, antes de impor sua perspectiva. Este *princípio* da abordagem narrativa institui um dever de deixar o processo o mais transparente possível, reconhecendo onde o mediador tem vieses e solicitando às partes que adiram a eles, não só em um momento prévio à mediação, mas através de verificações regulares sobre as intervenções, a eficácia ou desconforto gerados.

Estes espaços de reflexividade e de crítica a uma consciência *autopoietica* do mediador encontram solução na inclusão deste na comunidade linguística de mediadores que poderão compartilhar e produzir um saber clínico da mediação. Quando analisei a teoria ética dusseliana, um dos pontos de importância da sua fundamentação teórica se encontrava na sua integração da ética com a construção teórica decorrente do giro linguístico e da hermenêutica filosófica, escapando dos engodos da filosofia da consciência, da hermenêutica clássica e da crença em um sujeito moderno e também da noção de verdade e justiça platônicos. É arcabouço teórico-crítico que, em parte, a Ética da Libertação precisa de seus seis momentos para poder desenvolver a construção de uma verdade intersubjetivamente e, mesmo neste processo realizado pela comunidade linguística, a ética necessite constantemente estar aberta às vítimas que ela mesma produza.

3.3 POR UMA DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL ABERTA ÀS VOZES DISSIDENTES

Qual seria a importância da ética ambiental biocêntrica para o mediador ambiental, porquanto ele não ocupa um lugar de Mestre ou de defensor de uma moral? A resposta para esta pergunta também encontra paralelo no lugar do analista. Para um analista os estudos sobre a clínica psicanalítica e os arrazoados clínicos de Freud e Lacan acerca do

²⁶⁹ WINSLADE, John. Comments on Case 3.2. In: WALDMAN, Ellen (Ed.). *Mediation Ethics*, p. 78-79.

aparelho psíquico e dos desdobramentos do inconsciente servem de referência para guiar o processo analítico. Estas referências não têm por função fundar um guia de procedimento analítico, são experiências transferidas, que, junto com a experiência de análise pessoal do analista, lhe auxiliam a reinventar a psicanálise em cada sessão de análise.

Semelhantemente à visão psicanalítica sobre a ética, produzida pelas experiências clínicas do inconsciente, os deveres e o processo de mediação ambiental sofrem de uma carência teórica e precisam utilizar uma teoria ética que lhe seja mais coerente, que proponho ser, nesta pesquisa, a Ética da Libertação Biocêntrica. Será esta ética, com valor superior e fundante da deontologia, que estabelece as regras do jogo. É a partir desta ética ampliada, que se podem estabelecer as partes relevantes no processo de mediação ambiental, no caso, todos os centros teleológicos de vida afetados pelo conflito. E o que diz respeito à função do mediador, buscamos os referenciais da mediação transformativa e das semelhanças das funções do psicanalista, para encontrar o lugar do mediador à mesa, um lugar de *sujeito suposto saber* que promove o reconhecimento e empoderamento das partes. Pelas singularidades dos envolvidos em cada processo mediativo, o processo de mediação não segue um programa, ele se reinventa a cada sessão, pois as partes, seus desejos e o real incontornável que lhes atravessa a cada momento são únicos e ao mesmo tempo repetitivos (na medida em que estão presos a uma linguagem comum). A solução do conflito não necessariamente estará predefinida na lei, na medida em que o processo de construção da verdade se dará durante a mediação e, como Warat escreve, toda e qualquer produção simbólica necessita da interpretação, não existe produção de sentido sem um trabalho de interpretação. Daí que,

A “interpret-ação” é sempre forçada, dado o caráter incompleto de todos os sentidos, de qualquer processo simbólico, pois estando presente a condição de que qualquer sentido nunca se fechar, de não poder, em nenhuma circunstância, realizar sua plenitude.²⁷⁰

A ética ambiental, em especial, a biocêntrica, sendo a mais ampla e coerente (e de certa forma impossível), garante ao mediador a possibilidade de escuta dos fatores relacionais em conflito dos envolvidos, permitindo-lhe agir para auxiliar às partes a sair da auto-

²⁷⁰ WARAT, Luis Alberto. Pálpitos epistemológicos para el siglo XXI (segunda vuelta). *Revista momento certo kairós*. Tubarão, v. 0, p. 27. 2001.

absorção e enfraquecimento derivados do conflito, promovendo, pelo processo, seu reconhecimento e empoderamento frente ao conflito. Enquanto do lado de um analista, seu trabalho é definir seu lugar de objeto frente à demanda de felicidade que lhe é dirigida, do lado de um mediador seu trabalho é definir seu lugar de objeto frente à demanda de solução (ou felicidade) que lhe é dirigida e responder (ou não) à deposição pelos mediandos de um saber sobre seu conflito.

Utilizando uma Ética da Libertação Biocêntrica como ética de valor supremo e referência para a deontologia da mediação, esta também herdará aquele referencial crítico no que diz respeito ao preenchimento do seu conteúdo deontico, à autorização e legitimidade do mediador por sua comunidade linguística e à construção do sentido do qual o mediador ambiental é signatário.

No que diz respeito à função que ele ocupa na relação com as partes, de um fomentador de uma relação de qualidade de vida e relacionamento (ambiental), os argumentos da crítica de Stulberg à Susskind tem maior peso dentro da teoria da mediação aqui proposta. Isso acontece na medida em que a função do mediador se reveste de legitimidade, não por se encontrar em um lugar de Mestre, conselheiro ou detentor de um saber, mas, similar ao analista, por ocupar o lugar do morto, daquele sobre o qual as partes podem falar, não para ele, mas para o outro que se encontra no diálogo em função do mediador.

O embasamento teórico crítico do mediador lhe adverte sobre a elevação de suas fantasias particulares à condição de falso universal, sua fantasia ideológica não deve tomar lugar junto à mesa, com as partes. Os referenciais éticos e deonticos do mediador precisam se emancipar de si e encontrar reconhecimento na comunidade mediativa na qual está inserido e é aceito, que lhe permite participar de uma interlocução linguística capaz de construir juntos, e não ensimesmado, o sentido da verdade.

O apego aos códigos de ética na mediação é um sintoma produzido pelo isolamento do mediador de uma comunidade pensante sobre seu ofício e pela carência de substrato filosófico capaz de produzir mediadores que entendam, não só a amplitude de sua função e suas restrições, mas também que o significante dos deveres e a interpretação só encontram legitimidade se entender o círculo hermenêutico (Gadamer, *Verdade e Método*) e a importância da comunidade linguística para a validação da verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início da pesquisa confessei que a intenção da presente escrita era escapar da forma pasteurizada de raciocinar a deontologia da mediação, portanto toda sua trajetória foi direcionada para esse horizonte. A originalidade na reunião dos temas, os enlaces interdisciplinares e as proposições, que sintetizarei abaixo, não aspiravam qualquer tipo de transcendência ou serendipismo. A coragem que tomei, ao investir nesta pesquisa pode ser retratada pelas palavras de Christian Dunker: procurar meu unicórnio interior. Este, naturalmente, não existe, o que não me impediu de procurar e, quando o encontrei, ele era feito de outras coisas: “chifres de Nerval mortos há muito tempo, fantasias sobre cavalos fálicos, desejos em torno da virgindade, tapeçarias guardadas em museus, desconhecimento sobre cavalos reais”.²⁷¹ Metáforas à parte, encerrando esta pesquisa, encontro uma lista de proposições que precisam ser arroladas e verificadas para produzir, enfim, um balanço geral da teoria produzida.

I. UMA CONSTITUIÇÃO INTERDISCIPLINAR DA DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL

O primeiro objetivo da pesquisa que neste momento finalizo, foi delimitar o cenário da deontologia da mediação ambiental. Passada a delimitação dos conceitos primários e abordagens de mediação, reconstituí uma crítica ao estado de desenvolvimento do campo deontológico da mediação, por se restringir, em boa parte, à codificação dos valores próprios da sua prática, e não se encontrando praticamente nenhum debate sobre o conteúdo de seus valores subjacentes, razão de intitular o item de *um retrato da falta*. A maturidade da profissão depende da deontologia, não só para a transparência com os mediandos, como também para que os mediadores possam ter por referência o seu lugar no jogo que ocorre à mesa.

Os valores da autonomia da vontade das partes, equidade processual e substancial foram minuciosamente analisados, desde sua interpretação tradicional, isto é, entendidos como normas do processo de mediação com um sentido delimitado em si. Estes valores e o tratamento

²⁷¹ DUNKER, Christian Ingo Lenz. Os 27 +1 erros mais comuns de quem quer escrever uma tese em psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, v. 20. Psicanálise: educação e pesquisa. Curitiba: Juruá. Jun. 2010. 194 p.

do conflito entre estas normas deontológicas deve receber um novo olhar com o aporte da *crítica ao sentido formal* que Dussel aponta às éticas tradicionais. Isto significa entender estes valores subjacentes como não possuindo um conteúdo em si. O trabalho hermenêutico sobre estes valores necessita se basear em um critério material, que em Dussel é bem delimitado e passa por diversos momentos. Portanto, o que proponho para que estes valores deontológicos não sejam um coringa interpretativo, é associar o fundamento da deontologia à Ética da Libertação, de cunho material.

Isto significa dizer que, além dos valores não terem um sentido em si, eles precisam ter um critério material para interpretação e esta interpretação e busca da verdade de sentido não se faz isoladamente, mas em comunidade, intersubjetivamente. Aí encontramos a importância de desenvolver comunidades pensantes de mediação nas quais se possa testar o significante a partir de critérios materiais de verdade.

O exame seguinte se deu no campo da mediação ambiental e sua deontologia. A reconstituição dos conceitos de conflito ambiental e do próprio campo da mediação ambiental foi deveras importante para revelar, não só os alcances e limites do método, mas sua relevância para o embate em torno da relação humano e ambiente, que envolve temas como governança e educação ambiental. O método trabalha sinergeticamente com estes dois campos, na medida que permite a todos os envolvidos no conflito serem escutados e escutar, debater abertamente sem uma estrutura de jogo ou guerra, tradicional dos métodos adversariais. Por decorrência disto, os temas relevantes encontram mais possibilidade de serem abordados, ao invés de serem relegados à segunda instância quando as partes buscam, por exemplo, nos métodos judiciais, lutar por falhas processuais para vencer, anular ou postergar a resolução da demanda. Assim, oportuniza-se a abordagem profunda da relação sócio-ambiental em crise e a resolução do conflito. Por isto, posso dizer que o método, mesmo no estágio teórico que se encontra, já é capaz de produzir os resultados desejados da educação e governança ambiental, coadunando com o que Brügger concluiu:

Finalmente, é preciso enfatizar que jamais tornaremos a educação ambiental apenas transversalizando os chamados “temas ambientais” – como é o que se prega hoje – sem aprofundar e discutir os paradigmas e visões de mundo subjacentes a eles. É preciso privilegiar os

valores que construam um ideário crítico, contra-hegemônico, colocando em xeque os valores que se encontram na base de nossa cultura “não-ambiental”.²⁷²

Contudo, é entorno do ofício do mediador ambiental e da sua ética subjacente que o debate se localiza. Pensando bem, é a partir daí que os demais estudos irão orbitar. Será pelas questões de *função e responsabilidade* (Susskind vs. Stulberg) que trarei os aportes psicanalíticos; e será pelas questões sobre a *ética que fundamenta o sistema de crenças do mediador ambiental* (Stephens, Stephens e Dukes) que buscarei respostas na viragem biocêntrica, na Ética Ambiental Biocêntrica (Taylor) e na Ética da Libertação (Dussel).

A Ética Ambiental Biocêntrica tem um excelente alcance na ampliação da comunidade moral, tem o mérito de produzir um sistema que utilize a linguagem das éticas da virtude convencionais. Taylor racionaliza uma ideologia que dá continuidade a uma visão muito semelhante à abolicionista, ao ponto máximo, ao nível dos *centros teleológicos de vida*. É obvio que isto parece impossível em uma sociedade com um *déficit* de respeito (não só) ambiental. Com sua teoria, Taylor segue a mesma corrente teórica da ética tradicional criticada pela psicanálise, mas com os aportes da teoria dusseliana é possível salvaguardar o ultrapassamento biocêntrico destes limites. O corpo teórico libertário biocêntrico foi desenvolvido no intuito de que sua ética se torne aplicável à civilização humana, produzindo um mundo de harmonia entre a civilização humana e a natureza. Taylor não propôs qualquer mudança política, legal ou econômica para as presentes culturas mundiais, o que é indispensável para produzir a mudança nas crenças e comprometimentos pessoais dos agentes morais. Para ele, não é psicologicamente impossível o agente moral sair do antropocentrismo para o biocentrismo, mesmo parecendo uma jornada difícil, se ele tomar pelo menos os pontos mais rudimentares de uma ética centrada na vida. Ela pode demandar uma profunda reorientação moral, pois a maior parte dos agentes morais é levada a pensar de acordo com a cultura antropocêntrica. Grandes esforços serão necessários para se emancipar dessa visão de mundo estabelecida frente a animais não-humanos e plantas, mas nada impede, para Taylor, de os agentes morais executarem seus poderes da autonomia da vontade e racionalidade e trazer gradualmente para mais próximo esse mundo idealizado.²⁷³

²⁷² BRÜGGER, Paula. *Amigo animal*, p. 137.

²⁷³ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 312-313.

É preciso que fique claro que, mesmo com este otimismo de Taylor, é necessário buscar os aportes da Ética da Libertação para estruturar a Ética Ambiental Biocêntrica ao ponto de conseguir produzir o mínimo de libertação das vítimas que ela se propõe. Com os aportes da teoria dusseliana (critério material e processo de inclusão das vítimas em vários movimentos) é possível promover as mudanças necessárias na teoria ética ambiental biocêntrica para lhe instrumentalizar e usar de base para a deontologia da mediação ambiental. Além disto, a Ética da Libertação tem um excelente alcance por incorporar o pensamento crítico do século XX, em recursos como um critério material, o foco no paciente moral, que para Dussel é intitulado de vítima. Daí a razão de produzir tal amalgama intitulada de *Ética da Libertação Biocêntrica*, um conjunto teórico amplo na sua consideração dos pacientes morais e com um arcabouço teórico-crítico que acompanha o estado da arte filosófico.

Uma proposta de mediação de conflitos ambientais é mais complexa, pois é mais ampla que o método tradicional, fundado na ética antropocêntrica. O conceito de conflito ambiental passou por uma ampliação conceitual, levando em consideração não só os *conflitos das sociedades humanas envolvendo o ambiente*, mas os *conflitos entre humanos e natureza*. O desgastado discurso de *cuidar do ambiente para salvar as próximas gerações*, precisa ser acompanhado da seguinte pergunta: gerações de quem? Somente dos humanos? A inclusão das vítimas não humanas nos permite ampliar a visão das consequências dos conflitos ambientais para as próximas gerações dos demais seres vivos.

No momento final, os enlases com a psicanálise tomaram uma forma objetiva para dar conta de alguns empréstimos teóricos necessários para delimitar a função do mediador (ambiental) entre as partes. A posição defendida por Susskind encontra resistência nos modelos tradicionais, indo à contramão do lugar do mediador transformativo e sua filosofia. Além disso, a própria crítica de seu interlocutor, Stulberg, traz que a função do mediador passa por auxiliar as partes a criarem a solução para o problema e se retirar. Um mediador que intenta controlar o resultado, por questões egoístas (não ser processado) ou altruístas (o bem do outro), não dá conta das questões e causas que podem motivar às partes a estar em conflito, muito menos dos possíveis efeitos das decisões que estão em jogo (ótimo de Pareto).

As aproximações com a psicanálise coadunam com a perspectiva tradicional de mediador *imparcial*, quando, por exemplo, compreende o sujeito como cindido, incompleto, constituído pela linguagem. *Em outros ofícios o profissional ocupa um lugar de Mestre, que aconselha e*

indica o caminho, no entanto, tanto na mediação quanto na psicanálise, o profissional ocupa um lugar impossível, pois assume a impossibilidade de resolver para o outro (o conflito ou o sofrimento, por exemplo). Por isto se coloca no lugar de *sujeito suposto saber*, advertido de seu desejo e à disposição dos desejos das partes. Esta não é uma escolha arbitrária ou opcional, mas sim um elemento estruturante do que chamamos de mediação (ambiental), que lhe separa das demais profissões que carregam um conteúdo específico, um saber, na fala de seu interlocutor (advogado e juiz, por exemplo). Com base nestes argumentos a prática da mediação ambiental é avessa a uma educação da moral.

Finalmente, a pergunta que não quer calar é: qual é o lugar da ética subjacente da mediação de conflitos ambientais? Posso dizer que a função da ética subjacente à deontologia da mediação ambiental é estabelecer, além das regras do jogo, principalmente os jogadores necessários para este tipo de processo (ambiental) acontecer. Isto quer dizer que não é função do mediador, como sugeriu Susskind, ser a voz do ambiente ou dos interesses da sociedade no ambiente, mas sua função se encontra, precisamente, em deixar claro para as partes que o procedimento de mediação não se faz sozinho, com uma só parte. É necessário que os envolvidos estejam presentes para poder tratar do conflito e seu relacionamento em crise. Com a proposta de utilizar a Ética da Libertação Biocêntrica como estrutura anterior à deontologia da mediação ambiental, será dever do mediador garantir os requisitos mínimos para o funcionamento do processo, qual seja, que as partes relevantes estejam presentes ou representadas e que elas entendam o funcionamento e metas do processo. Por esta ética levar em consideração todos os organismos vivos e comunidades de vida envolvidas, cabe ao mediador se certificar que seus interesses estarão representados no processo. Portanto, é no momento pré-mediação que se apresentarão tais questões ligadas à ética subjacente, à consideração dos jogadores, e caberá ao mediador, sob a égide da ética maior (à qual a deontologia está submetida), verificar se os requisitos mínimos estão satisfeitos para que a mesa esteja completa e as partes possam entrar no processo e começar a mediação.

Em um processo de mediação ambiental transformativo, não cabe ao mediador ser diretivo (ideologicamente) nas suas intervenções para buscar uma solução eco-responsável e sustentável (Susskind). Não cabe a ele julgar nem decidir o que é a melhor solução para o conflito ambiental. Não sendo um juiz ou árbitro, sua função é seguir pró-ativamente as partes para se empoderarem (auxiliar a saírem do

enfraquecimento) e se reconhecerem (auxiliar a saírem da auto-absorção) para que tomem a decisão que desejarem. Na prática profissional do mediador ambiental, com uma atitude de respeito pela natureza, a sua função continua sendo a de um terceiro que está inserido na relação conflituosa, mas que, além de não decidir, não direciona as partes para algum tipo de *solução por ele esperada*. Entretanto, no seu ofício de auxiliar as partes a desenvolver suas habilidades de empoderamento e reconhecimento, ele compartilhará de uma ética material ambiental que poderá lhe informar sobre como organizar a mediação antes de iniciar o processo, permitindo no estágio pré-processual da mediação, entender quem poderia participar da mesa de mediação, representando seus próprios interesses ou interesses de terceiros (tanto de grupos humanos quanto de não-humanos); ou durante o processo de mediação, servir de referência para o julgamento moral de como resolver alguns dilemas relacionados à sua prática da mediação, por exemplo, suspender ou sair do processo, ou mesmo quebrar a confidencialidade, em casos mais raros, caso se depare com posturas das partes que venham a ferir os fundamentos da ética ambiental. A decisão das partes não é de sua responsabilidade na mediação, no entanto, o seu ofício é de sua responsabilidade, e realizar a mediação em casos que ferem a deontologia e a ética ambiental lhe implicaria em responsabilidade pessoal.

Já no processo de mediação, propriamente dito, este é para as partes que estiverem à mesa. O dever do mediador é auxiliar no movimento de seu reconhecimento e empoderamento, para que elas superem a crise de sua relação. O caminho do processo não pode ser predeterminado, ele depende das estratégias das partes e daquilo que escapa ao mediador. A mediação se reinventa a cada sessão. Será na experiência clínica da mediação ambiental que será possível, a longo prazo, produzir um saber acerca da resolução das crises ambientais.

Por outro lado, *emprestando conhecimentos, métodos e técnicas da mediação de conflitos, a própria teoria ética ambiental biocêntrica de Taylor pode ser favorecida*. Isso porque um dos pontos mais atacados por seus interlocutores se encontra na resolução dos dilemas morais, ou seja, como os agentes morais poderiam resolver conflitos entre interesses básicos humanos (e eventualmente não-básicos) e interesses básicos de não-humanos? Taylor construiu regras e princípios para orientar os agentes morais no sentido de chegar a uma decisão que seja compatível com o *ideal de harmonia com a natureza*, mas o que a mediação de conflitos ambientais oferece é um espaço democrático de interlocução entre as partes envolvidas. Ou seja, o agente moral abstrato

de Taylor, desacreditado, é materializado em termos mais realistas no debate de resolução da crise de relacionamento entre ambiente e civilização humana. O que acontece, concluindo, é uma condensação de um ideal de harmonia biocêntrica (gasoso), para um meio material (*ético material*, com Dussel e material por ser um meio factível de resolver o conflito) de chegar à melhor realidade através da participação dos envolvidos. Pelo processo de empoderamento e reconhecimento da mediação é possível reacreditar na capacidade das partes envolvidas para encontrar soluções responsáveis para com a natureza, que se sustentem na atitude dos agentes morais depois do processo de transformação do conflito.

Com este novo olhar sobre a prática e a deontologia da mediação ambiental, com aportes da teoria crítica, da Ética Ambiental Biocêntrica, da Ética da Libertação e da Psicanálise, o ofício do mediador precisa inaugurar um novo capítulo sobre a construção do seu saber clínico e dos conteúdos dos seus valores. Isto pode se dar a partir de uma comunidade de mediadores que partilhem desta estrutura argumentativa e assim se reconheçam. Esta comunidade linguística de mediadores atua para a transmissão do saber, para construir intersubjetivamente os sentidos da mediação, pois a verdade não se dá *a priori*, nem mesmo a constituição do processo.

O questionamento seguinte, presente logo no início do estudo, se refere a quais seriam as partes que necessariamente precisam estar à mesa para que o processo de mediação ambiental possa ocorrer. Sem dúvida a resposta para essa questão irá depender do caso concreto, na medida em que cada conflito envolve seres vivos, grupos, culturas e ambientes diferentes. No entanto, uma resposta para esta pergunta, tendo por base a ética ambiental estudada, envolverá não só os humanos ligados à crise no relacionamento, como também precisará levar em consideração as comunidades de vida afetadas ou que virão a ser afetadas pela mediação. Nesta lista podem figurar empresas, grupos da sociedade civil organizada, indivíduos, representantes do governo e representantes das comunidades de vida e dos seres vivos não-humanos.

Na mediação ambiental, as instituições públicas e privadas envolvidas no conflito têm o espaço para participar da mesa e será função do mediador acolher os profissionais que lhes representam ao ponto de poderem tratar dos seus interesses, motivações e sentimentos que o conflito lhes produz.

Uma experiência bem sucedida que pode servir de inspiração para os trabalhos da mediação ambiental, no que diz respeito à participação de representantes da lei e que lida com partes vulneráveis,

foi a realizada por Juan Carlos Vezzulla com crianças e adolescentes em conflito com a lei, quando atuou na Vara da Infância e Juventude. A similaridade se dá, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reservou a estes sujeitos um tratamento especial em decorrência de diversos fatores, principalmente sua vulnerabilidade. Para Vezzulla, é possível exercer uma capacitação dos adolescentes (reconhecê-los como sujeitos), por meio da mediação (justiça restaurativa), “para lhes auxiliar a produzir um trabalho pelo qual, por meio da ‘solidariedade’ e o ‘reconhecimento do outro’ alcançados, deixem de ser submetidos pela regulação e sejam libertados pela ‘emancipação’.”²⁷⁴ A justiça restaurativa é chamada, explica Rosa, para se manifestar sobre os traumas sociais, em uma sociedade que vive numa *convivência à distância*, um contato sem contato, e os contatos são traumáticos por natureza.²⁷⁵

Na experiência de Vezzulla, a mediação entre o adolescente autor de ato infracional e sua família é para trabalhar esse conceito emancipador. Para cada parte o processo tem uma função. Para o adolescente, passa por conhecer, reconhecer que seus pais sofrem os mesmos condicionamentos e limitações que ele, e que, como ele, fazem o que podem. Já para os pais, o objetivo seria o reconhecimento de suas limitações e o quanto seu relacionamento está condicionado por um modelo de dependência, do qual podem se liberar dando ao filho a possibilidade de se expressar, pois nessa expressão ele adquirirá, diante da família, o respeito de sujeito.²⁷⁶

A proposição feita nesta pesquisa sobre a função do mediador se assemelha a delimitada por Vezzulla na atuação com crianças e adolescentes:

²⁷⁴ VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*, p. 119. Vezzulla se utiliza do conceito de emancipação de Boaventura de Souza Santos, que descreve o tipo de conhecimento em oposição à ignorância e ao colonialismo. SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 415 p.

²⁷⁵ ROSA, Alexandre Morais da. Mediação e ECA: práticas e possibilidades. In: SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Douglas Cesar (Orgs.). *Justiça restaurativa e mediação: políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais*. Ijuí: Unijuí, 2011, p. 103-120.

²⁷⁶ VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*, p. 120.

Não é nossa função como mediadores julgar a procedência ou improcedência de determinada norma e se ela se aplica ao acionar do adolescente. Sim, é nossa função que a lei seja um dos participantes da mediação e que por meio do representante da Vara possa se expressar e explicar para que seja compreendida pelo adolescente.²⁷⁷

A forma utilizada por Vezzulla, por exemplo, na primeira sessão é de o mediador conduzir o encontro entre o adolescente e um membro da equipe interprofissional, que cumpre a função de representante da Vara (da sociedade e do Estado, da lei) para servir de nexo entre o adolescente e a Vara, “a fim de quebrar os formalismos e o anonimato que tanto o Judiciário quanto a lei possuem.”²⁷⁸

II. UM RESTO, ALHURES, MAIOR QUE ESTE PRODUTO, OU, POR UMA CONTINUAÇÃO DA DEONTOLOGIA DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL EM SINTONIA COM AS VOZES DISSIDENTES

Antes de encerrar o presente estudo cumpre-me dizer que muitas novas questões apareceram durante a investigação que garantem novos horizontes, *outros lugares* a visitar em estudos futuros. Dos que consigo perceber, o primeiro se refere à *Teoria dos Jogos* aplicada ao processo de mediação. Venho me aproximando de tais análises depois de conhecer a obra de Alexandre Moraes da Rosa, que envida seus esforços em aproximar a teoria dos jogos e da guerra à leitura crítica do processo penal. Um estudo futuro neste campo será importante para compreender o quanto a noção de jogo pode auxiliar ao ofício do mediador (levando em conta que a mediação não é um método adversarial, mas mesmo assim *as partes jogam*). De antemão podemos perceber uma função importante do mediador de deixar claras as regras para as partes sobre a ideologia que fundamenta sua abordagem mediativa (ética ambiental aplicável, por exemplo).²⁷⁹ Tendo as regras claras e os jogadores declarados, as estratégias podem mudar, por outro lado, se não

²⁷⁷ VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*, p. 116.

²⁷⁸ VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*, p. 125.

²⁷⁹ ROSA, Alexandre Moraes da. *Guia compacto do processo penal conforme a teoria dos jogos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

souberem o papel do mediador e dos demais jogadores, o jogo fica injusto, mudando os fatores de sucesso (regras compartilhadas, recompensa – o que cada um quer, estudar os jogadores e o julgador).

A esta possível abordagem da mediação conforme a Teoria dos Jogos é necessário agregar as críticas ao *homem metodológico*, que monta racionalmente a estratégia, que é somente um retrato incompleto deste sujeito dividido. Isto é, analisar o quanto a Teoria dos Jogos considera o irracional dentro deste jogo, pois, como vimos nos aportes psicanalíticos, não é possível pensar o humano fora da loucura, mas o humano sempre com a loucura e seus tipos (a loucura é o limite da liberdade).

Outro tema que deve reaparecer em meus programas de trabalho futuro se refere aos interesses de partes que não estão à mesa e quanto um representante pode falar por um ausente de outra espécie. Esta é uma preocupação sobre como alguém pode representar interesses de animais não-humanos e plantas levando em conta que estes não produzem sua existência da mesma forma que os humanos.

Uma opção é buscar pessoas ou grupos que representem os interesses destes organismos, no entanto, como bem ressaltou Taylor (em outro contexto), a biologia e demais ciências são uma importante base de dados e conhecimento factual, mas as ciências não fornecem normas morais em que nossa avaliação e julgamentos normativos possam se firmar.²⁸⁰

Finalizando, imagino que estes argumentos e posicionamentos teóricos possam ter causado estranhamentos ou não venham a convencer a alguns leitores, principalmente se acreditarem em um papel de mediador mais voltado a um *guardião da virtude* ou mesmo pela utilização de uma proposta de ética ambiental tão avessa à relação humana com a natureza na história e no presente. Enfim, ressalto que a intenção da pesquisa não foi de transformar o processo de mediação em outra coisa. Na experiência de implantação do método no Brasil é muito comum encontrar pessoas e grupos se apropriando da mediação para judicializá-la ou lhe transformar em outra coisa. Acompanhando a visão de Vezzulla, não cabe incorporar um serviço de mediação pervertido pelo sistema para servir à regulação e à sujeição. Ele afirma: “O serviço de mediação deve se manter incontaminado do processo judicial e das imposições normativas.” Dessa forma, a mediação deve se manter um espaço informal, aberto a acolher qualquer realidade apresentada, com respeito e com a consideração de que cada ambiente é único, exclusivo

²⁸⁰ TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature*, p. 50.

centro teleológico de vida e que não há modelos pré-estabelecidos nem padrões de condutas desejadas ou esperadas.²⁸¹

Está claro que esta não é a primeira nem a última palavra no domínio da deontologia da mediação de conflitos ambientais, o anseio foi contribuir para a conversa acrescentando algo novo, neste caso, o enlace interdisciplinar que considerei necessário para avançar na produção de um saber mediativo no campo ambiental.

²⁸¹ VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*, p. 115.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Letícia; FORTES, Renata de Mattos. Ecologismo do ensino: da teoria à práxis. In: RODRIGUES, Horácio W.; DERANI, Cristiane (Orgs.). *Educação Ambiental*. Florianópolis: FUNJAB, 2011. Disponível em: <http://funjab.ufsc.br/wp/wp-content/uploads/2012/10/VD_Educacao-Ambiental-FINAL-24-07-2012.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014. p. 63-81.

ANDRADE JÚNIOR, Moisés de. *Ética da psicanálise e desejo do analista*: bases conceituais do desejo do analista na ética do Seminário VII de Lacan. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7NXJYB/dissertacao_etica.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BACOW, Lawrence S.; WHEELER, Michael. *Environmental Dispute Resolution*. New York: Plenum, 1984. 372 p.

BINGHAN, Lisa B.; FAIRMAN, David; FIORINO, Daniel J.; O'LEARY, Rosemary. Fulfilling the Promise of Environmental Conflict Resolution. In: O'LEARY, Rosemary; BINGHAM, Lisa B. *The Promise and Performance of Environmental Conflict Resolution*. Washington: Resources for the Future, 2003, p. 329-351.

BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts: theory and practice*. Westport: Quorum Books, 1995. 309 p.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 4.827, de 1998*. Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21158>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça - CNJ. *Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/323-resolucoes/12243-resolucao-no-125-de-29-de-novembro-de-2010>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRASIL. *Lei n.º 11.340, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BRÜGGER, Paula. *Amigo animal: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. 159 p.

BUGLIONE, Samantha; SCHULTE, Neide Köhler. “Capacidades” como postulado para ampliar a comunidade jurídica e moral na proposta de Martha Nussbaum. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 10. n. 1. p. 212-236, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n1p212/24901>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BUSH, Robert A. Baruch; FOLGER, Joseph P. *The Promise of Mediation: Responding to Conflict Through Empowerment and Recognition*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1994. 296 p.

CARVALHO, Salo de. *Como não se faz um trabalho de conclusão: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 187 p.

CONSELHO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. *Código de ética para mediadores*. Disponível em: <http://www.conima.org.br/codigo_etica_med>. Acesso em: 10 dez. 2013.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Os 27 +1 erros mais comuns de quem quer escrever uma tese em psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, v. 20. Psicanálise: educação e pesquisa. Curitiba: Juruá. Jun. 2010. 194 p.

DUSSEL, Enrique. *1492 - O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Trad. de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.

_____. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 671 p.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 170 p.

EGGER, Ildemar. *Cultura da paz e mediação: uma experiência com adolescentes*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. 233 p.

EMERSON, Kirk; NABATCHI, Tina; O'LEARY, Rosemary; STEPHENS, John. The Challenges of Environmental Conflict Resolution. In: O'LEARY, Rosemary; BINGHAM, Lisa B. *The Promise and Performance of Environmental Conflict Resolution*. Washington: Resources for the Future, 2003, p. 3-26.

FELIPE, Sônia T. Por uma questão de justiça ambiental. *Ethic@*: revista internacional de filosofia moral. Edição Especial. v. 5, n. 3, p. 5-31, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/et53art1Sonia.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

_____. *Por uma questão de princípios*: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 216 p.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. *Como chegar ao sim*: a negociação de acordos sem concessões. Trad. de Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. 216 p.

FÓRUM NACIONAL DE MEDIAÇÃO. *Código de ética para mediadores*: referências de boas práticas para mediadores. Disponível em: <<http://www.foname.com.br/codigo-de-etica-para-mediadores>>. Acesso em 10 dez. 2013.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 65-148. v. XXI.

GOODPASTER, K. E.; SAYRE, K. M. (Eds.). *Ethics & Problems of the 21st Century*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1979. 210 p.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico*: estudos filosóficos. Trad. de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

KHEEL, Marti. *Nature Ethics: An Ecofeminist Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008. 339 p.

KLEIN, Julie Thompson. *Interdisciplinarity: History, Theory, and Practice*. Detroit: Wayne State University Press, 1990. 331 p.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 937 p.

_____. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Trad. de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 336 p.

_____. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Trad. de Antônio Quinet. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 397 p.

LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac: And Sketches Here and There*. New York: Oxford University Press, 1968. 226 p.

LOMBARDI, Louis G. Inherent Worth, Respect, and Rights. *Environmental Ethics*. Fall 1983, v. 5, n. 3, p. 257-270.

LOURENÇO, Daniel Braga. *Direitos dos animais: fundamentação e novas perspectivas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008. 566 p.

LUDWIG, Celso Luiz. Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade: reflexões desde a filosofia de Enrique Dussel. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). *Repensando a teoria do estado*. Belo Horizonte: Fórum, 2004. 400 p.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. *Direito dos animais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. (Versão Kindle).

MOORE, W. Christopher. *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. 2.ed. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1998. 368 p.

NALINI, José Renato. *Ética ambiental*. 3. ed. São Paulo: Millenium, 2010. 422 p.

O'LEARY, Rosemary. Environmental Mediation: What Do We Know and How Do We Know It? In: BLACKBURN, J. Walton; BRUCE, Willa Marie (Ed.). *Mediating Environmental Conflicts: Theory and Practice*. Quorum Books: Westport, 1995, p. 17-35.

O'LEARY, Rosemary; BINGHAM, Lisa B. *The Promise and Performance of Environmental Conflict Resolution*. Washington: Resources for the Future, 2003. 368 p.

REGAN, Tom. *The Case for Animal Rights*. Berkeley: University of California Press, 2004. 425 p.

REINO UNIDO. *Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, de 7 de julho de 2012*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/511936-declaracao-de->

cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>. Acesso em: 15 jan. 2014.

RISKIN, Leonard L. Understanding Mediator's Orientations, Strategies and Techniques: A Grid for the Perplexed. *Harvard Negotiation Law Review*, v. 1. p. 7-51, 1996. Disponível em: <<http://www.hnlr.org/print/wp-content/uploads/2008/09/15-60.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *El ingenioso hidalgo Don Quijote De La Mancha*. 2. Ed. Edición Conmemorativa IV Centenario. Madrid: Espasa Calpe, 2005. 890 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 415 p.

SciELO - Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <<http://www.scielo.org/>> Acesso em: 9 nov. 2013.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. *Mediação de Conflitos Ambientais: um novo caminho para a governança da água no Brasil?* Curitiba: Juruá, 2010. 197 p.

SPITLER, Gene. Justifying a Respect for Nature. *Environmental Ethics*. Fall 1982, v. 4, n. 3, p. 255-260.

SUSSKIND, Lawrence. Environmental Mediation and the Accountability Problem. *Vermont Law Review*. v. 6, n. 1, p. 1-47, 1981. Disponível em: <<http://law.marquette.edu/courtadr/wp-content/uploads/2011/07/Susskind-Vermont-LR9161.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

_____. Mediating Public Disputes. *Negotiation Journal*. v. 1, issue 1, p. 19-22, jan. 1985. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/nej.1985.1.issue-1/issuetoc>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

STEPHENS, William O.; STEPHENS, John N.; DUKES, Frank. The Ethics of Environmental Mediation. In: BLACKBURN, J. Walton. BRUCE, Willa Marie (Eds.). *Mediating Environmental Conflicts: Theory and Practice*. Westport: Quorum Books, 1995, p. 167-184.

STRECK, Lenio Luiz. O pan-principiologismo e o sorriso do lagarto. *Consultor Jurídico*. Coluna Senso Incomum. 22 mar. 2012. Disponível

em: <<http://www.conjur.com.br/2012-mar-22/senso-incomum-pan-principiologismo-sorriso-lagarto>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

STULBERG, Joseph B. The Theory and Practice of Mediation: A Reply to Professor Susskind. *Vermont Law Review*. v. 6, n. 1, p. 85-117, 1981. Disponível em: <<http://law.marquette.edu/courtadr/wp-content/uploads/2011/07/Stulberg-Vermont-LR9162.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

SUARES, Marínes. *Mediando en Sistemas Familiares*. Buenos Aires: Paidós, 2002. 416 p.

TANCZOS, Nandor. A better kind of justice. *The Ecologist*. jun. 2000. Disponível em: <http://www.theecologist.org/back_archive/20002009/269676/a_better_kind_of_justice.html>. Acesso em: 1º jan. 2014.

TAYLOR, Paul W. Are Humans Superior to Animals and Plants? *Environmental Ethics*. Summer 1984, v. 6, n. 2, p. 149-160.

_____. In Defense of Biocentrism. *Environmental Ethics*. Fall 1983, v. 5, n. 3, p. 237-243.

_____. *Respect for Nature: A Theory of Environmental Ethics*. 2nd impress with corrections. New Jersey, Princeton: Princeton University Press, 1987. 330 p.

_____. The Ethics of Respect for Nature. *Environmental Ethics*. Fall 1981, v. 3, n. 3, p. 197-218.

USA, (United States of America). *The Administrative Dispute Resolution Act of 1996*. Disponível em: <<http://www.epa.gov/adr/adra.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

VERNAL, Javier. Continuidades animais: argumentos contra a dicotomia humano/animal não humano. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 8, n. 1, p. 60-86, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n1p60/18425>>. Acesso em: 1º fev. 2014.

VEZZULLA, Juan Carlos. *A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional*. Florianópolis: Habitus, 2006. 158 p.

WALDMAN, Ellen (ed.). *Mediation Ethics: cases and commentaries*. Jossey-Bass: San Francisco, 2011. 448 p.

WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus, 2001. 279 p.

_____. Pálpitos epistemológicos para el siglo XXI (segunda vuelta). *Revista momento certo kairós*. Tubarão, v. 0, p. 26-35. 2001.

_____. *Surfando na pororoca: o ofício do mediador*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 423 p.

WINSLADE, John; MONK, Gerald. *Narrative Mediation: A New Approach to Conflict Resolution*. San Francisco: Jossey-Bass, 2000. 261 p.

WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da crítica no pensamento político e jurídico latino-americana. In: WOLKMER, Antônio Carlos (Org.). *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2004. 385 p.

_____. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa-omega, 2001. 403 p.

ZIMMERMAN, Michael E. (et al.). *Environmental Philosophy: From Animal Rights to Radical Ecology*. 4. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005. 495 p.